

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Centro de Letras e Comunicação**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras**  
**Mestrado em Literatura Comparada**



**Dissertação**

**Desconstruindo o Império: História e Imaginário na Ficção  
de António Lobo Antunes**

**Leonardo von Pfeil Rommel**

Pelotas, 2016

**Leonardo von Pfeil Rommel**

**Desconstruindo o Império: História e Imaginário na Ficção  
de António Lobo Antunes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Literatura Comparada.

Orientador: professor doutor Alfeu Sparemberger

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

R766d Rommel, Leonardo von Pfeil

Desconstruindo o império : história e imaginário na ficção de António Lobo Antunes / Leonardo von Pfeil Rommel ; Alfeu Sparemberger, orientador. — Pelotas, 2016.

134 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. História. 2. Imaginário. 3. Memória. 4. Pós-colonialismo. 5. António Lobo Antunes. I. Sparemberger, Alfeu, orient. II. Título.

CDD : 809

Leonardo von Pfeil Rommel

**Desconstruindo o Império: História e Imaginário na Ficção  
de António Lobo Antunes**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Letras, do Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado, Área de Concentração Literatura Comparada, da Universidade Federal de Pelotas.

24 de fevereiro de 2016

Banca examinadora:



---

Prof. Dr. Alfeu Sparemberger  
Orientador/Presidente da Banca  
Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo



---

Prof<sup>a</sup> Dra. Raquel Trentin Oliveira  
Membro da Banca  
Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria



---

Prof. Dr. Aulus Mandagará Martins  
Membro da banca  
Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## **Agradecimentos**

Agradeço, primeiramente, a Deus por me conceder saúde e a possibilidade de vivenciar esta fantástica experiência que foi o Mestrado, e de poder conhecer belíssimas pessoas durante a esta caminhada.

À Universidade Federal de Pelotas (UFPel), ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por oferecerem as condições necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa e da minha trajetória acadêmica.

À minha mãe, Neli, por influenciar minha escolha pelo mágico e encantador universo das palavras e da Literatura. Agradeço por sempre me motivar a seguir em frente em todas as circunstâncias da vida.

À minha namorada, Cristiane, pelo companheirismo de todas as horas e por constantemente ser minha grande fonte de incentivo. Agradeço por suas palavras, que sempre apontam uma luz para os meus caminhos e escolhas.

Aos professores do Centro de Letras e Comunicação e do PPGL, pela sua participação em minha formação acadêmica e humana.

Ao meu orientador, professor doutor Alfeu Sparemberger, pela sua constante paciência e atenção para com o meu trabalho. Agradeço pela confiança e pela participação ativa ao longo da minha trajetória acadêmica.

*“Só não se acabou ainda de averiguar se é o romance que impede o homem de esquecer-se, ou se é a impossibilidade de esquecimento que o leva a escrever romances”.*

(José Saramago,  
**História do cerco de Lisboa**).

## Resumo

ROMMEL, Leonardo von Pfeil. **Desconstruindo o Império**: história e imaginário na ficção de António Lobo Antunes. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

O presente estudo analisa o processo de desconstrução da memória imperial portuguesa efetivado pelos romances *Memória de elefante* (1979), *Os cus de Judas*, (1979) e *As naus* (1988), de autoria do escritor português António Lobo Antunes. Publicadas em um contexto pós-colonial, as narrativas direcionam-se à exploração do período de transição imperial/pós-imperial ainda em processo de construção após a Guerra Colonial, a Revolução dos Cravos e o processo de descolonização da África. A literatura surge no contexto pós-colonial português como uma alternativa para a elaboração de uma memória coletiva sobre o passado traumático e sobre os últimos capítulos do império português. A produção ficcional apresenta-se como possibilidade de interpretação da dinâmica política e social existente na construção de um novo Portugal após a Guerra Colonial, a Revolução dos Cravos e a descolonização dos territórios ultramarinos. A ficção antuniana, ao abordar acontecimentos traumáticos para a coletividade nacional, busca efetivar uma releitura da História e do imaginário nacional, a fim de desconstruir a memória imperial e efetivar a construção, por meio do discurso ficcional, de uma memória/História que se oponha ao sistemático movimento de apagamento da contemporaneidade iniciado após a Revolução. Os romances analisados durante a pesquisa, publicados em um período pós-Revolução, notabilizam-se pela tentativa de, pelo discurso ficcional, estabelecer uma forma de simbolizar, de transformar em linguagem, os traumas e os lapsos causados pelo processo de desmoronamento da imagem imperial junto à sociedade portuguesa. Em suas narrativas, Lobo Antunes reelabora o passado, evitando que acontecimentos marcantes sejam esquecidos pela sociedade com o decorrer do tempo.

**Palavras-chave:** história; imaginário; memória; pós-colonialismo; António Lobo Antunes

## Abstract

ROMMEL, Leonardo von Pfeil. **Deconstructing the Empire: History and Imaginary in the Fiction of António Lobo Antunes**. 2016. 134 p. Dissertation (Master Degree in Comparative Literature) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

This study analyses the process of deconstruction of portuguese imperial memory by the novels *Memória de elefante* (1979), *Os cus de Judas* (1979) and *As Naus* (1988), from the portuguese author António Lobo Antunes. Published in a post-colonial context, the narratives turn to the exploration of the period of imperial/post-imperial transition still in the building process after the Colonial War, the Carnation Revolution and the process of decolonization of Africa. The literature appears in the portuguese post-colonial context as an alternative to the development of a collective memory about the traumatic past and the last chapters of the portuguese empire. The Antunes's fiction, to address traumatic events for the national community, seeks to effect a rereading of history and the national imagination in order to deconstruct the imperial memory and carry out the construction, through the fictional discourse, a memory/history opposed the systematic erasure of the contemporary movement started after the Revolution. The novels analyzed during the research, published in a post-revolution period, signalize by the attempt of the fictional discourse, establish a way to symbolize, to turn in to language, trauma and lapses caused by the process of collapse of the imperial image with the the Portuguese society. In his narratives, Lobo Antunes reworks the past, avoiding that important events are forgotten by society over the time.

**Keywords:** history; imaginary; memory; post-colonialism; António Lobo Antunes



## Sumário

<b>1 Introdução</b> .....	9
<b>2 A escrita engajada de António Lobo Antunes: explorando o Portugal pós-colonial</b> .....	15
2.1 Literatura e sociedade .....	15
2.2 O Portugal do Estado Novo e a transição pós-colonial .....	21
2.3 Lobo Antunes e a construção de uma poética pós-colonial .....	30
<b>3 O Império ao avesso: a desconstrução da História</b> .....	43
3.1 A História como fetiche do Estado Novo .....	43
3.2 Guerra, revolução, descolonização: rupturas históricas .....	47
3.3 <i>Memória de elefante</i> : o indivíduo como metáfora de seu país.....	54
3.4 <i>Os cus de Judas</i> : uma guerra sem fim .....	63
3.5 <i>As naus</i> : a tragédia da descolonização .....	72
3.6 A literatura e os excluídos da História .....	81
<b>4 Império e imaginário: o Portugal antiépico</b> .....	83
4.1 O Império como ficção.....	83
4.2 Camões e a formação do imaginário nacional .....	88
4.3 Independência do Brasil e <i>Ultimatum</i> : o império como refúgio.....	93
4.4 A ficção antuniana e o Portugal antiépico .....	98
4.5 A Guerra Colonial e a (não) perspectiva do retorno .....	101
4.5.1 <i>Memória de elefante</i> .....	102
4.5.2 <i>Os cus de Judas</i> .....	106
4.6 As confusas impressões da última viagem: o regresso para si próprio .....	114
4.6.1 <i>As naus</i> .....	115
<b>5 Considerações Finais</b> .....	125
<b>Referências</b> .....	130

## 1 Introdução

O presente estudo analisa o processo de desconstrução da memória imperial portuguesa, efetivado nos romances *Memória de elefante* (1979), *Os cus de Judas*, (1979) e *As naus* (1988), de autoria do escritor português António Lobo Antunes. Publicadas em um contexto pós-colonial, as narrativas relatam a exploração do período de transição imperial/pós-imperial ainda em processo de construção após a Guerra Colonial, a Revolução dos Cravos e o processo de descolonização da África.

*Memória de elefante* e *Os cus de Judas*, primeiras publicações do autor, são marcadas intensamente por sua experiência como médico na guerra em Angola, no início da década de 1970, e abordam diretamente a exploração da temática da Guerra Colonial, a situação dos soldados retornados e do país no período que sucedeu a Revolução dos Cravos. Centradas na figura de um médico psiquiatra que participou dos combates no continente africano a serviço do exército português, ambas as narrativas acompanham o traumático processo de readaptação desse sujeito que, após ter vivenciado toda a dor e degradação causada pelo imperialismo português, não mais consegue se adaptar ao seu país.

Mediante um relato fragmentado pelos traumas e pela violência da guerra, acompanha-se toda a frustração desse sujeito anônimo, representante de uma geração de portugueses que foi vitimada pela opressão do salazarismo e pelos combates ocorridos na África. Em um discurso que se alterna constantemente entre a narração de episódios da guerra, da infância e da vida cotidiana, tem-se acesso ao processo de degradação identitária a que o ex-combatente foi exposto ao voltar a Portugal após os conflitos, pois seu país já não mais o aceitava, uma vez que representava uma memória incômoda relacionada à opressão salazarista.

Em *As naus*, sétimo romance de Lobo Antunes, publicado às vésperas da integração de Portugal à comunidade da UE, no final da década de 1980, percebe-se que o autor efetiva a desconstrução da História e do imaginário imperial, transformando, pela sobreposição de diferentes tempos históricos, os grandes nomes responsáveis pelas Navegações e conquistas do império português em vítimas da descolonização dos territórios ultramarinos. Neste romance, utilizando-se da ficção, Lobo Antunes contempla o processo ainda em construção, de um tempo

pós-imperial, salientando, por meio da representação dos colonos retornados, que passados 14 anos da Revolução, Portugal ainda precisava revisitar sua História e seu passado de maneira crítica.

Nos três romances ora analisados percebe-se que a ficção antuniana busca abordar o processo de transição entre o período imperialista e a construção de um tempo pós-colonial, que teve início a partir do fim da Guerra Colonial e da Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. A ficção antuniana, ao abordar acontecimentos traumáticos para a coletividade nacional, busca efetivar uma releitura da História e do imaginário nacional a fim de desconstruir a memória imperial e efetivar a construção, a partir do discurso ficcional, de uma memória/História que se opõe ao sistemático movimento de apagamento da contemporaneidade iniciado após a Revolução.

A Revolução dos Cravos marca o momento de transição entre o Portugal imperialista, alimentado pela ideologia fascista do Estado Novo de Salazar, e o ímpeto de apagamento desse passado opressivo, marcado também pela Guerra Colonial e pelo conturbado processo de descolonização dos territórios africanos ultramarinos, entre 1974 e 1975. O governo revolucionário, após comandar a derrubada do regime e iniciar rapidamente a descolonização, entendia que o passado traumático do país deveria ser apagado a fim de que Portugal pudesse finalmente efetuar um movimento de aproximação ao bloco de países da Europa, rompendo, assim, com o atraso e o isolamento econômico e social promovido pelo fechamento da ditadura.

Este movimento de apagamento da contemporaneidade foi responsável por criar uma espécie de vácuo historiográfico, deixando uma lacuna a respeito da Guerra Colonial e do processo de descolonização. *Memória de elefante* e *Os cus de Judas* buscam preencher os silenciamentos deixados a respeito da Guerra, abordando, a partir da perspectiva de um ex-combatente, todo o drama de uma geração de portugueses que viveu sob a tutela da opressão da máquina estatal salazarista e se viu obrigada a participar de uma guerra cujos propósitos imperialistas estavam disfarçados sob um discurso extremamente nacionalista e falsamente humanitário.

A literatura que tematiza a Guerra Colonial e a dinâmica político-social que acompanha o movimento revolucionário de Abril de 1974 visa a construção de uma História/memória compreensível sobre os conturbados momentos derradeiros do

império português. A Guerra, a Revolução e a descolonização foram responsáveis por instalar Portugal em um tempo de transição, permeado por catástrofes sociais, como a morte e os traumas causados pelos conflitos na África, e a tragédia do retorno por parte das centenas de milhares de colonos portugueses que tiveram de abandonar os territórios ultramarinos entre 1974 e 1975.

Em *As naus*, por meio da sua representação paródica da História portuguesa e do imaginário imperial, Lobo Antunes realiza um processo de desconstrução e releitura de Portugal, desde o século XVI até a contemporaneidade da Revolução, na metade da década de 1970. Ao fazer a interação de diferentes tempos e personagens históricos em um ambiente hostil, degradado e surrealista, o romance demonstra que as conquistas portuguesas, intensamente veneradas pela sociedade e pelo poder estatal ao longo de séculos, conduziram, finalmente, o país a uma situação de atraso econômico e social.

A descolonização e o processo de transição político-social estabelecidos pela Revolução dos Cravos são os momentos-chave de *As naus*, que estabelece um estreito diálogo com a contemporaneidade portuguesa e visa, por meio de um discurso fragmentado e burlesco, representar todo o drama social enfrentado pelos colonos portugueses que, após a independência de Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, precisam regressar a um país que desconhecem e que lhes é completamente estrangeiro.

O presente estudo centra-se na área da pesquisa de Literatura Comparada e, por intermédio da metodologia da interdiscursividade, visa estabelecer relações entre os discursos literário e historiográfico, realizando a aproximação entre duas diferentes áreas do conhecimento humano – a Literatura e a História. No decurso dessa metodologia, a pesquisa analisa a forma como o discurso literário exercita a construção de uma memória coletiva sobre o processo histórico de transição pós-colonial estabelecido em Portugal no contexto da Revolução dos Cravos, da Guerra Colonial e da descolonização.

A partir dessa aproximação entre duas diferentes áreas das ciências humanas – Literatura e História –, a Literatura Comparada proporciona a possibilidade de que novas potencialidades do discurso literário sejam reveladas a partir de suas relações com a sociedade, com a cultura e com a História. A utilização da Literatura Comparada possibilita, neste momento, uma melhor compreensão acerca da relação e da importância que a Literatura exerce na sociedade, ao revelar-se como um

discurso que busca resgatar o passado e conduzir a uma melhor compreensão sobre os acontecimentos da sociedade contemporânea como um todo.

Historicamente concebida como uma nação essencialmente imperialista, precursora das Grandes Navegações e dos Descobrimentos, Portugal sempre buscou ocupar uma posição central no contexto político-econômico europeu e mundial numa espécie de imaginação de centro, provida pela posse de seus territórios espalhados pelo globo terrestre. O Império surge, assim, na História e no imaginário nacional, como uma espécie de refúgio, um espaço de compensação e de afirmação identitária.

Movimentos contínuos de desterritorialização<sup>1</sup> e reterritorialização participam do processo de construção e da essência de todos os impérios, num movimento constante de saída e de regresso. Percebe-se que o império português compartilha dessa característica, uma vez que a História nacional é profundamente marcada por constantes idas e vindas, como as Navegações, marca essencial da desterritorialização e a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974, responsável por assinalar o momento derradeiro de refluxo imperial após quase 500 anos de imperialismo.

A Guerra Colonial, a Revolução dos Cravos e a descolonização, acontecimentos centrais da contemporaneidade portuguesa, manifestam o derradeiro movimento de refluxo do imaginário nacional em direção da Europa. A data de 25 de Abril de 1974 assinala uma mudança na identidade e no imaginário nacional português, pois representa o fim do ciclo do império e marca o início da construção de um tempo pós-colonial, que via no gradativo apagamento dos acontecimentos relacionados ao imperialismo e à ditadura salazarista uma estratégia de empreender um movimento de avanço de Portugal rumo a novas relações com a Europa.

Os Descobrimentos de Novos Mundos e o pioneirismo português em relação ao restante dos seus vizinhos europeus, estabelecido pelos avanços do país no início do século XVI, foram responsáveis por situar Portugal em uma posição de ambiguidade existencial. O país se posicionava entre o exercício da vanguarda da

---

<sup>1</sup> Os conceitos de desterritorialização e reterritorialização utilizados no decorrer do trabalho de pesquisa remetem ao significado utilizado por Margarida Calafate Ribeiro (2004), compreendendo os movimentos inerentes ao processo de expansão que encontra-se na base da construção de todos os impérios. Segundo a autora, todos os impérios ao longo da história vivenciam graduais processos de afastamento e de retorno em relação ao seu centro.

Europa por meio do seu império e da defesa da constante posição marginal que gradualmente vinha assumindo perante os demais países do continente europeu devido ao seu atraso econômico, cultural e social.

No capítulo inicial analisa-se a relação que a produção ficcional de António Lobo Antunes estabelece com a sociedade portuguesa e com os acontecimentos da contemporaneidade, como a Guerra, a Revolução e a descolonização. Neste capítulo, a ficção antuniana é apresentada como uma escrita engajada em desconstruir a memória imperial e construir, por intermédio do discurso ficcional, uma possibilidade de diálogo entre a Literatura e a sociedade durante o período de transição pós-colonial vivenciado por Portugal no contexto de Abril de 1974.

Ainda no decorrer desse capítulo inaugural é enfocada a importância que a experiência da Guerra exerceu em toda a produção ficcional de António Lobo Antunes, levando-lhe a uma espécie de “apreensão antagônica” da realidade. A ficção antuniana caracteriza-se pela constante tensão entre memória e experiência, principalmente na trilogia da aprendizagem que visa, por meio de um trabalho de autoficção praticado por Lobo Antunes, reconstruir o passado marcado pelos traumas, pela violência e pela opressão de uma ditadura e de uma guerra.

O capítulo que segue analisa a relação entre os romances *Memória de elefante*, *Os cus de Judas* e *As naus* no que se refere ao seu potencial em desconstruir a História imperial portuguesa e preencher, por intermédio do discurso ficcional, o vácuo historiográfico deixado pelo movimento de apagamento da contemporaneidade iniciado após a Revolução dos Cravos. Os romances analisados estabelecem uma estreita relação com a História portuguesa, pois abordam diretamente acontecimentos marcantes da contemporaneidade, como a Guerra Colonial e a descolonização.

Os romances desconstróem a narrativa histórica imperialista valorizada pelo salazarismo, pois os mesmos a questionam ao abordar os acontecimentos traumáticos e ignorados pela dinâmica da evolução do país. Na perspectiva de personagens marginalizados e excluídos da História contemporânea portuguesa, como os ex-combatentes da Guerra Colonial e os colonos retornados, Lobo Antunes rompe com o discurso histórico positivista responsável por alimentar o imperialismo e concede espaço e representação a sujeitos e parcelas da sociedade ignorados e oprimidos pela transição imperial/pós-imperial.

Na sequência, no capítulo final os romances antunianos são analisados enquanto possibilidades de uma releitura antiépica do imaginário nacional. As três narrativas abordadas neste estudo representam um movimento de refluxo imperial, ou seja, representam o movimento de regresso do imaginário português para si próprio após a queda do modelo imperialista, efetuando, assim, a desconstrução do modelo épico identitário do imaginário nacional, que via nas Navegações e no processo de desterritorialização toda a sua essência capaz de lhe garantir destaque no contexto europeu e mundial.

Destarte, os romances *Memória de elefante*, *Os cus de Judas* e *As naus* são analisados enquanto discursos que decodificam a História e o imaginário nacional, ou seja, discursos ficcionais que desconstroem o império português e almejam oferecer possibilidades de releitura e interpretação do movimento de evolução do país. Percebe-se que, por meio da ficção, Lobo Antunes busca revelar o caráter imaginário do império português, ressaltando que a construção desta ficção baseou-se sempre na tentativa de ocultação de acontecimentos traumáticos, como no período de transição da memória imperial portuguesa.

## 2 A escrita engajada de António Lobo Antunes: explorando o Portugal pós-colonial

*“em Portugal [...] tudo estagna e se suspende no tempo”.*  
(ANTUNES, António Lobo. *A ordem natural das coisas*, 2008).

### 2.1 Literatura e sociedade

Percebe-se que a produção literária de António Lobo Antunes – mais especificamente nas narrativas analisadas neste estudo – possui um viés de engajamento em desconstruir e reler a História e o imaginário nacional, fomentados ambos, ao longo de cinco séculos, pela ideologia imperialista que levou Portugal a lançar-se nas Grandes Navegações e Descobrimentos. Publicadas num período pós-colonial, as narrativas de Lobo Antunes buscam explorar e estabelecer um diálogo com o contexto histórico e social em que Portugal esteve envolvido durante o Estado Novo, a Guerra Colonial e o processo de descolonização.

Como aponta o ensaio escrito por Álvaro Cardoso Gomes (1993, p. 83), uma das principais características da literatura portuguesa surgida após 1974 trata-se da combatividade e da “consciência sempre atenta aos magnos problemas político-sociais de Portugal”. De modo geral, o principal objetivo dessa ficção, surgida durante um momento de grandes mudanças políticas, sociais e culturais, trazidas pela Revolução dos Cravos e pelo fim do Império português, é o de desconstruir e denunciar a opressão do Estado Novo e produzir uma memória coletiva sobre o período pós-colonial ainda em construção.

A ficção antuniana caracteriza-se por desempenhar uma tentativa de expurgo da memória imperial que, após a Revolução e o processo de descolonização, se negava a ser sepultada, por sua apreensão ser traumática e por ainda sobreviver em algumas parcelas da sociedade. Os romances em análise estabelecem um vínculo com a sociedade portuguesa, pois almejam a reconstrução e o resgate dos laços coletivos e identitários fraturados pela guerra, pela revolução e pela descolonização.

A literatura surgida após a Revolução dos Cravos, de maneira geral, segundo Gomes (1993), procura denunciar e desconstruir a memória ainda recente da opressão ditatorial. Busca, também, realizar um exercício de análise da sociedade portuguesa como um todo, refletindo a respeito de questões como o peso da



tradição nacional e os costumes das classes dominantes da burguesia e o seu sistema de castas e hierarquias. Reflete, assim, de maneira bastante aprofundada, sobre a geração de portugueses que viveu uma ditadura e foi obrigada a participar de uma guerra.

Ao analisar as relações entre a produção literária e o meio social, Antonio Candido (2011) salienta que se deve sempre buscar o ponto no qual convergem os elementos sociais e estéticos. Isso se deve ao fato de que uma análise mais formalista, puramente focada na estrutura artística e estética, que tomasse a obra como um sistema totalmente independente, tornaria o processo de interpretação limitado e extremamente hermético. Enquanto isso, uma análise voltada somente às características sociais exteriores presentes na obra, que teriam servido de pano de fundo para a sua produção, apagaria toda a diversidade e a potencialidade de uma análise sociológica entre a literatura e o meio social.

Para que se empenhe a análise de uma obra literária e a sua relação com o meio social, segundo Candido (2011), é preciso atentar para a forma como os elementos externos e sociais interagem e se fazem presentes na constituição e no arranjo da estrutura estética e narrativa da obra como um todo. Ambos os elementos (internos e externos) devem ser analisados sempre em conjunto, a fim de que possam revelar com maior eficiência e sensibilidade questões relativas ao processo artístico e literário.

A literatura, enquanto elemento cultural e fenômeno de civilização, para que possa se constituir e caracterizar, depende do entrelaçamento de diversos fatores sociais. Os elementos sociais, que estão presentes na estrutura da obra literária, se engendram e relacionam aos fatores estéticos e passam a fazer parte da materialidade da obra, que, assim, transmite o seu significado com maior potencialidade.

Candido (2011) salienta ainda que é sempre importante ter consciência de que o trabalho com a arte, com a literatura, não visa simplesmente a realização de uma transposição literal e total da realidade para o interior da obra de arte. Esse processo de mimese, ademais, sempre será criativo e transgressor das fronteiras da realidade. O ato de imitar contém em si, sempre, o ato de criar, com o intuito da reorganização e da criação do novo.

A produção literária surge como um processo que visa utilizar a realidade como material para a sua produção e, a partir daí, o autor, por meio de seu trabalho

artístico e estético, a reconfigura em um universo novo, ficcional, que é devolvido por intermédio da obra ao meio social. Seu efeito visa sempre estabelecer alguma reação em seu público, transformando o real em algo novo, possibilitando, assim, novas formas de interpretação e abordagem da realidade.

Gomes (1993) aponta que a literatura portuguesa surgida no período pós-1974 estabelece uma estreita relação com a realidade, tentando, muitas vezes, reconstruir o discurso histórico fragmentado pela vertiginosa dinâmica da Revolução e da descolonização, que em pouco tempo alteraram de maneira profunda a sociedade e a identidade portuguesa. O romance surgido pós-1974, segundo o autor, muitas vezes “ficcionaliza a história como tentativa de suprir falências do discurso histórico”. (GOMES, 1993, p. 84).

Ana Paula Arnaut (2009) evidencia o fato de que a ficção antuniana, em linhas gerais, não somente nos primeiros romances, que remetem à exploração das experiências do autor e do contexto da Guerra Colonial, estabelecem uma estreita ligação com a realidade contemporânea. Esta relação entre o universo romanesco e o contexto social, em Lobo Antunes, se apresenta como característica marcante de sua produção literária, servindo os seus romances como uma espécie de relato ficcional da História e da realidade portuguesa, seja no que diz respeito à Guerra, à Revolução ou à descolonização.

Mas o que os romances do primeiro ciclo, e não só estes também evidenciam é uma indissociável ligação do mundo romanesco ao real que lhes dá origem. Tal sucede não apenas no que respeita a estreitas ligações com a realidade pessoal do escritor, mas também no que se refere ao real mais abrangente da sociedade portuguesa de um passado próximo ou de um tempo coetâneo à publicação dos romances. (ARNAUT, 2009, p. 25).

A literatura portuguesa surgida no momento de transição entre um tempo imperial/pós-imperial busca se efetivar como uma espécie de documento, capaz de relatar esta fase de intensas mudanças da sociedade e da cultura nacional. Como aponta Gomes (1993, p. 84), “essa busca de verismo e do histórico fundamenta-se pelo desejo de transformação do romance num documento de uma era de convulsões e de modificações substanciais na sociedade portuguesa”.

O romance português pós-74, segundo Gomes (1993), busca capturar e traduzir a realidade por intermédio dos mecanismos da ficção a fim de conseguir efetivar a criação de uma memória coletiva e de um processo de interpretação capaz de retratar a efervescência das mudanças ocorridas após a Revolução em Portugal.

A ficção busca, assim, conceber uma organização ao movimento de transição entre o Portugal imperial e o novo tempo pós-colonial em constante processo de construção.

Como se pode observar, num período muito curto de tempo, a realidade portuguesa sofreu profundas mutações – a Revolução, com suas consequências imprevisíveis, imprimirá um dinamismo sem precedentes nas relações sociais e na vida cultural do país. O resultado disso é a sucessão vertiginosa das ideologias, dos modos de comportamento, dos modos de atuação política, o que implicará, às vezes, descompassos entre os acontecimentos e o olhar que tenta registrá-los. [...]. Se os jornais – formas não ficcionais de abordar a realidade – se contentam com a fixação do efêmero e a conseqüente diluição da notícia dentro do dinamismo da história, o romance, que aspira a uma transcendência, a uma atemporalidade, deve se servir de outros mecanismos, que não a pretensa objetividade factual, para não sucumbir ao desenrolar do tempo. (GOMES, 1993, p. 84).

O discurso ficcional, no Portugal pós-Abril de 1974, apresenta-se como possibilidade de análise do contexto social e da dinâmica da evolução do país promovida pela transição do processo revolucionário. O romance, muitas vezes, apresenta-se como uma forma de enfrentamento desse processo dinâmico iniciado com a Revolução, que via na substituição e no esquecimento de um período histórico e de um modelo político-social ultrapassado a única forma de evolução. A ficção se assume como tentativa de resgate dos últimos capítulos do império português, como a Guerra Colonial, a Revolução e a descolonização.

Ao buscar-se uma análise sociológica da obra literária, com fatores internos, externos e sociais, de acordo com Candido (2011, p. 24), pode-se ver então, “provavelmente, que os elementos de ordem social serão filtrados através de uma concepção estética e trazidos ao nível da fatura, para entender a singularidade e autonomia da obra”.

O coletivo, como aponta Antonio Candido, acaba desempenhando o papel de forças condicionantes que guiam o artista durante o processo de produção da obra literária, servindo de matéria e de inspiração para escolha e abordagem da temática. A obra literária surge, então, do movimento de confluência que pode ser encontrado entre as necessidades coletivas e individuais do escritor.

Torna-se, assim, extremamente necessário para o processo de interpretação da obra literária, que sejam analisados, de maneira conjunta, o contexto social de sua produção, os fatores sociais que participam ativamente no processo de

formação da sua estrutura estética, e a posição e o engajamento do autor. Analisar a obra somente pelo viés social, como um produto de sua sociedade, ou unicamente estético, como já anteriormente mencionado, acabaria por gerar um prejuízo para a sua interpretação.

É importante abordar, então, o contexto social e a posição do autor no processo de criação de uma obra literária. Adquire, assim, determinada relevância para o processo de interpretação da obra de Lobo Antunes, de maneira geral, o fato de o autor ter desempenhado a função de médico do exército português em Angola durante a Guerra Colonial, estando, deste modo, diretamente envolvido com as principais temáticas que futuramente viria a abordar em seus romances.

Este fato, certamente, auxilia e desempenha um papel capaz de orientar e indicar caminhos para a leitura de sua produção literária, uma vez que, a partir disso, o leitor cria determinada empatia com a temática. Relaciona, ademais, a sua experiência enquanto combatente, diretamente afetado pelo imperialismo e pela opressão do sistema ditatorial, com a sua produção literária, exercitando, constantemente, um processo de desmontagem dos valores do regime ainda presentes na sociedade.

O escritor desempenha uma função social de extrema importância, de acordo com Candido (2011) pois, segundo ele, a forma estética a ser trabalhada e a temática selecionada e desenvolvida em sua obra sempre relacionam-se diretamente com os anseios da sociedade em que o autor está inserido, fornecendo respostas e possibilidades de interpretação de determinadas necessidades existentes na sociedade.

O escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o *indivíduo* capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um *papel social*, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público. (CANDIDO, 2011, p. 83-84).

A partir dessa citação de Candido (2011) a respeito do importante e destacado papel do escritor junto à sociedade, pode-se concluir que António Lobo Antunes, ao publicar suas narrativas, exerce um papel social, pois, por intermédio da arte e da produção literária, busca atender à necessidade coletiva de repensar a História e o imaginário nacional.

Como aponta Gomes (1993), o escritor, no período pós-Revolução dos Cravos, desempenha um papel fundamental frente à sociedade portuguesa, pois o discurso ficcional lhe permite assumir o papel de pedagogo, atuando como uma espécie de intérprete, que tenta auxiliar a sociedade a compreender as profundas transformações e traumas da última fase do império português. Por intermédio da ficção, os romancistas que tematizam a Guerra Colonial, a Revolução e a descolonização, tentam recompor o corpo estilhaçado da experiência coletiva nacional, fraturada pela guerra e pela opressão salazarista.

O escritor assume/supre o papel de doutrinador, pedagogo, etc., que foi tentado a assumir durante o período mais ativo da Revolução, com sua atenção incisiva no real, através do instrumental da ficção. A consciência do autor, mediando as relações entre o mundo e o público leitor, testemunha um tempo que sofre mudanças contínuas e torna-se um intérprete dessas mesmas mudanças e um criador de possibilidades para além daquilo que é meramente factual. (GOMES, 1993, p. 85).

Em entrevista concedida a José Jorge Letria, ainda no início de sua carreira como escritor, em 1980, Lobo Antunes se manifesta a respeito do papel do escritor na sociedade, e comenta sobre o engajamento de sua obra no processo de desmantelamento dos discursos imperialistas consolidados pela valorização do passado histórico. O autor menciona, também, o fato de receber ameaças de pessoas ligadas a partidos de direita, cuja orientação política e ideológica, cerca de seis anos após a Revolução, ainda era voltada às tendências do antigo regime de Salazar.

Um escritor, como um cantor ou um pintor é sempre a voz de qualquer coisa que está latente nas pessoas. A crítica de extrema direita diz que pomos em causa os sagrados valores da nação. A inteligente diz que escrevemos mal. Mas, como dizia o Balzac, só os bons escritores se podem dar ao luxo de escrever mal. O que incomoda a direita é que a nossa escrita não é intemporal, é o fato de falar de coisas que a põe diretamente em causa. Por isso continuo a receber cartas com ameaças e sei que houve várias tipografias que se recusaram a imprimir *Os cus de Judas*. (ANTUNES *apud* ARNAUT, 2008, p. 31).

O autor comenta que *Os cus de Judas* foi rejeitado por diversas editoras, pois o seu conteúdo atacava diretamente os valores ditatoriais ainda presentes na sociedade portuguesa. Lobo Antunes afirma que ele, e a geração de escritores na qual se inclui – a geração pós-74 – possui uma escrita que põe em causa e

desestabiliza os valores imperialistas, e que, principalmente, centrava-se em problemas contemporâneos do país, sem ser atemporal.

A opinião de Lobo Antunes se encontra em conformidade com Antonio Candido, uma vez que ambos entendem que o escritor, assim como outros artistas, é sempre responsável por dar voz e representação às diversas questões que estão latentes nas pessoas, daquilo que necessita ser abordado e trazido à luz em uma determinada sociedade.

## **2.2 O Portugal do Estado Novo e a transição pós-colonial**

Ao se abordar o contexto social da época da publicação dos romances analisados no presente estudo – *Memória de elefante* (1979), *Os cus de Judas* (1979) e *As naus* (1988) –, percebe-se um diálogo claro entre as obras literárias e a sociedade da época. Pode-se considerar, inclusive, que tais obras correspondem a certas expectativas e necessidades da população ao revelar o drama dos ex-combatentes retornados da Guerra Colonial e o traumático e conturbado processo da descolonização, uma vez que essas situações diziam respeito a uma experiência pertencente à coletividade nacional.

Publicados em um período pós-colonial, os romances buscam desconstruir a memória ativa do regime salazarista que ainda vigorava na sociedade portuguesa pós-1974 e construir, a partir do discurso ficcional, uma História compreensível sobre os traumas sociais causados pelo regime do Estado Novo. Como aponta Eduardo Lourenço (1999), após a Revolução dos Cravos Portugal ocultou o seu passado recente, como se ele simplesmente não houvesse existido, assumindo a literatura um papel fundamental no processo de resgate das histórias e subjetividades ocultadas pelo movimento de evolução do país.

Lourenço (1999) comenta o fato de a História e o imaginário nacional português terem sepultado o regime do Estado Novo e a figura de Salazar após Abril de 1974. Tal ocultação do passado, na sua visão, é um caso único na História da Europa, tendo em vista que nem a Alemanha ou a Itália, países que estiveram diretamente envolvidos na traumática e destruidora II Guerra Mundial, não deixaram os traumas do passado caírem no esquecimento sem a sua devida problematização pelas culturas nacionais.

Nem na Itália, nem na Alemanha – pesada cruz –, nem na União Soviética, hoje Rússia, onde a tentação de sepultar no esquecimento era uma espécie de dever ou reflexo nacional, um tal fenômeno de não existência póstuma se produziu. Nem na Espanha, onde Franco subiu ao poder por cima de tanto cadáver, o personagem e o seu tempo desapareceram com tanta presteza de paisagem. (LOURENÇO, 1999, p. 132).

Como ainda aponta Lourenço (1999), esta estratégia de silenciamento e esquecimento voluntário do passado traumático corrobora justamente com uma das técnicas utilizadas pelo regime ditatorial do Estado Novo, que via no silêncio dos problemas contemporâneos, a exemplo da situação da Guerra Colonial na África durante a década de 1960 até 1974, uma forma de fazer com que as vicissitudes desaparecessem ou não existissem, transmitindo para a sociedade, uma ideia de constante tranquilidade, responsável por legitimar o governo de Salazar.

A filosofia do Estado Novo, segundo Margarida Calafate Ribeiro (2004), instalado no poder após um golpe militar em 1926, pregava o ressurgimento do Portugal imperial, defendendo a noção de que o domínio das colônias africanas era de extrema importância para que o país pudesse acompanhar a marcha das grandes potências da Europa, frente as quais os portugueses econômica e culturalmente detinham um *status* de estagnação desde o final do século XIX.

Para conservar esta ideologia, o Estado promoveu um fechamento do país em relação ao estrangeiro, adotando uma política protecionista que desfavoreceu o desenvolvimento industrial e priorizou a ação de uma política agrícola. A prática reduziu o país, em pleno século XX, período de efervescência industrial, principalmente na Europa e nos EUA, a uma posição periférica e tipicamente dependente da produção agrícola e do mercado com as colônias ultramarinas.

Após se instalar no poder, o regime percebeu que a única forma de lidar com a situação semiperiférica de Portugal frente à Europa seria promover um fechamento do país e da cultura nacional sobre si próprio, vendendo a imagem de um retorno às origens, com o intuito de recuperar a histórica identidade nacional de país imperialista e descobridor de Novos Mundos. O Estado Novo passou, assim, a cultivar uma filosofia de regeneração e de crescimento a partir do resgate das origens nacionais.

Com o Estado Novo, instalado no poder na sequência do golpe militar de 1926, esta “filosofia” parece tomar corpo político, social e econômico, determinando uma política interna e externa apelativa do ressurgimento da nação. Intensamente, caracterizava-se por uma atenção a uma política

agrícola proteccionista, uma inibição do desenvolvimento da indústria e serviço, e, conseqüentemente, das classes sociais a eles inerentes; externamente, determinava o sucessivo fechamento de Portugal e do seu império ao exterior e uma centralização administrativa e político-econômica do império na metrópole, garantia da sua independência política e pedra angular do “ideal colectivo português”. É nesta linha que surgem as iniciativas de regenerar a nacionalidade e o espírito nacional, fazer renascer o espírito imperial de outrora, reaportuguesar Portugal e os portugueses ou, numa palavra, fazer ressurgir Portugal reorganizado e robustecido. (sic). (RIBEIRO, 2004, p. 118).

Percebe-se, então, que o Estado Novo pregava “uma ressurreição da Nação, uma transformação de carácter espiritualista” (RIBEIRO, 2004, p. 119) com o intuito de “libertar” o país de todas as influências negativas vindas do estrangeiro, valorizando as origens rurais e o ímpeto conquistador e aventureiro que sobreviviam ainda no imaginário nacional português. Cabe salientar que na década de 1920 os cenários econômico, político e cultural da Europa favoreciam o surgimento de modelos fascistas e nacionalistas que pregavam uma espécie de purificação de suas nações frente ao medo dos países estrangeiros.

Ribeiro (2004, p. 118-119) aponta que o Estado Novo, aproveitando-se de um ambiente europeu favorável ao surgimento de modelos políticos e ideológicos totalitários, baseia sua ação política “num nacionalismo apelativo da tradição da história, do império, dos valores morais católicos, da ordem e da unidade nacional”. Desse modo, constrói um ambiente social e cultural extremamente controlado, onde problematizar o regime e as suas decisões era praticamente impossível.

O Salazarismo buscava promover uma espécie de “atualização” no presente dos valores ligados ao destino histórico português, como as navegações e as grandes conquistas. Essa estratégia de retorno às origens do Portugal rural, obstinadamente católico e imperialista, aponta para um movimento de duplo regresso, pregando a exploração e a valorização das colônias ultramarinas e o fechamento do país sobre o seu próprio universo cultural.

Este movimento de gradual fechamento do país sobre si próprio, promovido pelo Estado, foi responsável por, paulatinamente, promover a descaracterização do povo português, como aponta Gomes (1993). Os propósitos ideológicos da ditadura e a exaltação de um estreito nacionalismo, que aos poucos foi minando a cultura e as fontes discursivas do país, gradualmente conduziu a sociedade portuguesa a uma espécie de alienação em relação aos acontecimentos contemporâneos.



O Estado Novo, por meio da figura de Salazar, que se autodefinia como um cidadão português humilde e simples, tipicamente “beirão, católico, ‘camponês filho de camponeses’, ‘pobre, filho de pobres’” (RIBEIRO, 2004, p. 118), levou Portugal a mergulhar em uma intensa mistificação e exaltação do passado imperialista e das tradições rurais e religiosas. O fato promoveu uma espécie de ensurdecimento e emudecimento da cultura nacional, restringindo-a à glosa interminável das conquistas e do futuro promissor que seria traçado em aliança com as colônias ultramarinas.

Salazar conhecia esse povo de que se proclamava guia sábio e sereno, quer dizer, conhecia-lhe a ancestral condição humilde, a inata ou histórica paciência diante da adversidade, a infinita resignação, a inexpugnável credulidade, realidades sociológicas do mundo rural que poucos homens de Estado ou nenhum souberam utilizar com tão profunda perspicácia. Mas mais conhecia a espessura, a autêntica paixão nacional desse mesmo povo e sob ela fundou, mais que sobre o tardio terror e a polícia, o seu longo reino, cultivando e impondo como ideal cultural uma exaltação mitificada do mesmo passado ou do nosso presente, comemorando bispos anónimos de Bragas lusitanas ou vitórias caseiras de hóquei em patins (sic). (LOURENÇO, 2013, p. 59).

Eduardo Lourenço (2013) ressalta que o salazarismo perseguia, sistematicamente, a fabricação de uma ideologia que venerava a lusitanidade exemplar, a essência da identidade portuguesa por intermédio de uma doutrinação da opinião pública, manobrada pela imprensa, principalmente do rádio. Esta era uma forma de divulgar a noção de que o país vivia em uma espécie de calmaria constante, sem problemas de nenhuma espécie, assumindo, sob a ótica do regime ditatorial, o *status* de um oásis de paz.

Houve no salazarismo concreto (e na sua ideologia expressa nos “Discursos” do universitário assaz racionalista que foi Salazar) uma tentativa para adaptar o país à sua natural e evidente modéstia. Todavia, a glosa do relativo sucesso dessa tentativa é que não foi nada modesta e breve, redundando na fabricação sistemática e cara de uma lusitanidade exemplar, cobrindo o presente e o passado escolhido em função da sua mitologia arcaica e reacionária que aos poucos substituiu a imagem mais ou menos adaptada ao país real dos começos do Estado Novo por uma ficção ideológica, sociológica e cultural mais irrealista ainda do que a ideologia republicana, por ser ficção oficial, imagem sem contraponto nem contradição possível de um país sem problemas, oásis da paz, exemplo das nações, arquétipo da solução ideal que conciliava o capital e o trabalho, a ordem e a autoridade com um desenvolvimento harmonioso da sociedade. Esse optimismo de encomenda teve nas famigeradas “notas do dia” o seu evangelho radiofónico. Não vivíamos num país real, mas numa “Disneylandia” qualquer, sem escândalos, nem suicídios, nem verdadeiros problemas (sic). (LOURENÇO, 2013, p. 33-34).

Como aponta Ribeiro (2004, p. 14), esta política de fechamento de Portugal em torno de si próprio, promovida e executada pela máquina estatal do Estado Novo, era uma “estratégia discursiva e simbólica/ideológica que promoveu um desmoronamento originário de qualquer outra palavra, promoveu o silêncio aliado à repressão”. Originou, assim, um ambiente social e cultural altamente favorável à opressão do regime, onde não havia espaços para outros discursos, pois o Estado criou uma espécie de interminável monólogo consigo próprio.

O regime se estabelece e encontra apoio inicial justamente em justificativas econômicas e culturais que viam a influência estrangeira como problemática para a manutenção das colônias ultramarinas na África e os territórios estratégicos na Índia e Timor Leste. Após o *Ultimatum* britânico, somado com a independência do Brasil, o século XIX acabou de forma extremamente melancólica para Portugal. O século XX, conseqüentemente, trouxe consigo toda uma carga de desconfiança de Portugal frente aos países estrangeiros, tendo em vista que as feridas pela negativa britânica ainda eram sentidas no imaginário e na identidade nacional.

Em Portugal, onde os movimentos que caracterizavam a modernidade europeia iam dando passos inibidos, ficando sempre aquém dos desejos de uma burguesia e de uma intelectualidade moderna, este movimento era também a expressão política de uma desconfiança face a essa Europa moderna que durante o século XIX foi entrando Portugal adentro, interferindo na política nacional e colonial, determinando grande parte dela e devolvendo perturbantes imagens de periferia. (RIBEIRO, 2004, p. 118).

Após a Revolução dos Cravos o governo revolucionário evitou discutir o passado e tentou sepultá-lo junto com a imagem de Salazar, responsável por coordenar o Estado Novo até 1968. Após sofrer um acidente, que o incapacitou de exercer suas funções, Marcello Caetano assume a regência do país, até ser deposto em 1974 pelo golpe militar, que restabeleceu o sistema democrático em Portugal e acabou com os combates da Guerra Colonial, encaminhando o processo de independência e descolonização dos territórios do ultramar.

Na euforia pós-revolucionária, o destino de Portugal, que era um povo tão oniricamente épico era a forma mesma do “antidestino”, não suscitou nem emoção nem reflexão conseqüente. Foi tudo posto na conta de Salazar. E Salazar na conta de ninguém. Ele utilizava o silêncio, pelo menos a ausência de discussão política de um país que teoricamente não tinha problemas nem internos, nem menos externos, com refinada ostentação, se a palavra conviesse. (LOURENÇO, 1999, p. 138).

Lourenço (1999) comenta que a “euforia” pós-revolucionária impediu de certa forma que Portugal repensasse o seu passado traumático e concluísse o processo de luto e melancolia inerentes ao desabamento do modelo imperialista do Estado Novo. A Revolução dos Cravos trouxe consigo a extinção da ditadura e culminou com o final da Guerra Colonial, que já durava longos 13 anos e colocava Portugal em uma situação ambígua e constrangedora, tendo em vista que o corpo político da nação estava em vias de se desmembrar, arrastando consigo toda a tradição história e identitária, valorizada pelo imaginário nacional ao longo de cinco séculos de imperialismo.

Em *Psicanálise mítica do destino português*, ensaio publicado originalmente por Eduardo Lourenço, em 1978, e presente em sua obra *O labirinto da saudade* (2013, p. 43), apenas quatro anos após a Revolução dos Cravos, o autor salienta que a “amputação forçada dos territórios ultramarinos” sofrida por Portugal foi vivida pela cultura e imaginário nacional de maneira extremamente singular, sem nenhum tipo de problematização do passado traumático. Tudo se deu, simplesmente, com a simples substituição de uma imagem imperial, fascista e colonialista pela imagem de um país democrático em busca da integração à Europa.

Quinhentos anos de existência imperial, mesmo com o desmazelo metropolitano ou o abuso colonialista que era inerente ao privilégio de colonizadores, tinham fatalmente de contaminar e mesmo de transformar radicalmente a imagem dos Portugueses não só no espelho do mundo mas no nosso próprio espelho. Pelo império devimos outros, mas de tão singular maneira que na hora em que fomos amputados à força (mas nós vivemos a amputação como “voluntária”) dessa componente imperial da nossa imagem, tudo pareceu passar-se como se jamais tivéssemos tido essa famigerada existência “imperial” e em nada nos afectasse o regresso aos estreitos e morenos muros da “pequena casa lusitana” (sic). (LOURENÇO, 2013, p. 43).

Como aponta Lourenço (2013), em seguida à Revolução dos Cravos, o imaginário nacional tentou destruir a memória da ditadura salazarista, promovendo um processo de distanciamento e deslocação da identificação nacional com a imagem do Estado Novo e do colonialismo na África, condenado diversas vezes pela Organização das Nações Unidas. A imagem do antigo regime expunha as fraquezas de Portugal e impedia a concretização de uma redemocratização e uma descolonização exemplar, vendida pelas Forças Armadas após assumirem o poder.

A primeira fase da revolução caracterizou-se também pela tentativa frenética de deslocar a imagem fascista da realidade nacional presente e passada, de destruir pela raiz o que se supunha mera pintura superficial do país, que, lavado e expurgado dos seus demónios passageiros, poria à mostra as suas virtualidades [...] (sic). (LOURENÇO, 2013, p. 50).

Após longo período de relacionamento interno de “convívio hipertrofiado e mistificado” (LOURENÇO, 2013, p. 52), consequência do fechamento promovido pelo regime antidemocrático e ambíguo da Guerra Colonial que obrigava o país a combater o próprio corpo estatal, e da Revolução de Abril de 1974, Portugal precisava se confrontar consigo próprio. Naquele momento os territórios imperiais, antes centros provedores de abrigo e constituintes da identidade e imaginário nacional, já haviam conquistado a sua independência.

Lourenço (2013) aponta que esta “volta para casa” não foi responsável por promover nenhum tipo de problematização na cultura e imaginário nacional, pelo contrário, serviu para efetivar a reconstituição de um modelo “camoniano” de ser. A sociedade portuguesa passou a se satisfazer com a nova imagem proposta pelo governo revolucionário, participando do processo de esquecimento do passado traumático e associando-se à ideia de integração do país aos demais estados da Europa como forma de produzir uma nova imagem do Portugal democrático.

Tudo parecia dispor-se para enfim, após um longo período de convívio hipertrofiado e mistificado conosco mesmos, surgisse uma época de implacável e viril confronto com a nossa realidade nacional de povo empobrecido, atrasado social e economicamente, com uma percentagem de analfabetismo única na Europa, com quase um terço da sua população obrigada a emigrar, imagem capaz de suscitar um sobressalto colectivo para lhe atenuar os traços mais intocáveis. Mas o que sucedeu, o que tem tendência a acentuar-se é a reconstituição em moldes análogos da imagem “camoniana” de nós mesmos, do benfiquismo ingênuo, mas nefasto com que nos contemplamos e nos descrevemos nos indestrutíveis discursos oficiais e, quando não basta, com a promoção eufórica e cara da nova imagem exterior que em seguida reimportamos como se fosse de facto a dos outros sobre nós (sic). (LOURENÇO, 2013, p. 52-53).

O processo de descolonização dos territórios ultramarinos, na visão de Lourenço (2013), ocorreu de forma extremamente rápida e sem maiores questionamentos por parte da sociedade, que pacificamente contemplou este importante movimento de transição. Chama a atenção, segundo o autor, o fato de os portugueses vivenciarem a descolonização de maneira monótona e desinteressada, haja vista que os territórios eram parte essencial da constituição da identidade

nacional, ou seja, eram os núcleos de toda a tradição histórica e imperialista de Portugal e representavam um importante papel econômico e estratégico para o país.

A fabulosa rapidez com que a descolonização se efectuou também não alterou esta nova imagem, antes pareceu reforçá-la, em particular aos olhos da esquerda portuguesa, que é então a única força política actuante e que conta. Será para sempre um assunto de reflexão interminável o do (aparente?) desinteresse com que a generalidade do povo português [...] aceita desfazer-se em escassos meses de territórios de considerável interesse económico e estratégico e em circunstâncias de completo descontrolo, nos quais havia suportado uma luta de treze anos e cuja imagem fazia parte integrante (ou parecia fazer) da sua própria imagem de povo colonizador por excelência, atributo e núcleo central da mitologia do antigo regime, mas também de todo o passado nacional (sic). (LOURENÇO, 2013, p. 63).

A rápida descolonização, iniciada já em 1974 e concluída em 1975, segundo Lourenço (2013), contribuiu para a manutenção da imagem de um país em transição democrática, que via no apagamento do passado autoritário e imperialista uma alternativa de fuga capaz de gerar uma nova imagem de movimento e evolução. A descolonização, antes fervorosamente combatida pelo fascismo do Estado Novo e pelas Forças Armadas por longos 13 anos de conflitos armados, após a Revolução, efectivou-se em poucos meses, sem maiores sobressaltos na sociedade ou na política nacional.

Na visão de Lourenço (2013), a descolonização dos territórios ultramarinos assumiu, perante a sociedade portuguesa, um aspecto intensamente revelador, pois operava uma espécie de traumatismo no processo de transição de uma imagem ligada à opressão do salazarismo e a nova imagem de país livre e democrático que a Revolução buscava concretizar.

Quanto ao povo português – que a sério nada conhecia do fabuloso e mágico império – só tomará realmente consciência dos acontecimentos quando após as independências de Angola e Moçambique centenas de milhares de retornados invadem de súbito a pacífica e bonacheirona terra lusitana [...]. (LOURENÇO, 2013, p. 63).

Após a Revolução dos Cravos, sob a exaltação de um novo tempo libertário e o fim de outro, marcado pela opressão e pelo imobilismo nacional, a sociedade portuguesa dispensou um necessário processo de assimilação do passado traumático, lançando-se imediatamente na construção de uma nova imagem de país livre e democrático, que via no processo de apagamento do passado recente uma necessidade urgente a fim de recomeçar um novo ciclo de evolução nacional.

É neste contexto de “reabertura” política e do retorno de Portugal à Europa, que António Lobo Antunes começa a publicar suas obras. Cinco anos após a Revolução dos Cravos, seus dois primeiros romances são lançados, *Memória de Elefante* e *Os cus de Judas*, ambos publicados no ano de 1979 e acompanhados de *Conhecimento do Inferno*, último romance que compõe a Trilogia da Aprendizagem<sup>2</sup>, publicado em 1980.

Centrados na experiência do autor como tenente médico na Guerra Colonial, em Angola, os romances abordam a rotina de um ex-combatente retornado dos conflitos que não mais consegue se adaptar à vida normal e ao seu país após passar pela destruidora experiência da guerra. Os romances da trilogia problematizam não só a guerra, mas também o Estado Novo e a sociedade portuguesa de maneira geral, por apoiarem a manutenção de um conflito que visava garantir o prosseguimento do colonialismo na África, e manter Portugal com uma ilusória autoimagem de grande potência.

Nove anos após a trilogia, Lobo Antunes publicou, em 1988, *As naus*<sup>3</sup>, sétimo romance, pertencente à segunda fase de sua produção literária, denominada por Ana Paula Arnaut (2009, p. 21) como ciclo das “[contra] epopeias”, série de quatro romances em que Portugal surge como personagem principal. O autor, nesse momento, explora todas as tensões e problemáticas políticas e sociais que envolvem o país durante a construção de uma imagem pós-colonial já no decorrer da década de 1980.

Em *As naus*, através do discurso ficcional, Lobo Antunes busca efetivar uma espécie de desconstrução da memória imperial, sobrepondo o tempo histórico das Grandes Navegações e dos Descobrimentos com um presente pós-colonial marcado por uma perspectiva obscura da descolonização e do processo revolucionário. Os grandes nomes da História e do imaginário nacional, responsáveis pela elevação da identidade portuguesa, em *As naus* são obrigados a desempenhar o papel de

---

<sup>2</sup> *Memória de elefante* (1979), *Os cus de Judas* (1979) e *Conhecimento do inferno* (1980) constituem, segundo a crítica e segundo a opinião do próprio António Lobo Antunes, o primeiro ciclo de sua produção literária, conhecido como Ciclo da Aprendizagem. É uma trilogia que se apoia na exploração das experiências autobiográficas do autor durante a sua participação na Guerra Colonial, em Angola, entre os anos de 1971 e 1973.

<sup>3</sup> Segundo Ana Paula Arnaut (2009), *As naus* (1988) faz parte do segundo ciclo da produção literária de António Lobo Antunes, caracterizado como o “ciclo das [contra] epopeias”, compreendido pelos romances *Explicação dos pássaros* (1981); *Fado alexandrino* (1983) e *Auto dos danados* (1985), dos quais Portugal é o personagem principal.

miseráveis colonos retornados, vítimas do contínuo processo de evolução do país após a Revolução.

Ao lançar luz sobre alguns dos capítulos mais traumáticos da História portuguesa, Lobo Antunes problematiza a identidade de seu país e traz ao debate questões complexas que estavam sendo propositadamente apagadas pelo movimento de evolução do país. O esquecimento do passado imperial, pós-Abril de 1974, era uma alternativa de sepultamento dos longos anos de opressão causada pelo Salazarismo e os 500 anos de memória imperial.

### **2.3 Lobo Antunes e a construção de uma poética pós-colonial**

De acordo com Norberto do Vale Cardoso (2011), o êxito dos romances iniciais de Lobo Antunes, que abordam mais diretamente a experiência individual de um soldado retornado dos conflitos da guerra em Angola, deve-se ao fato de representarem, a partir da experiência individual, da memória e do imaginário, todo o drama de uma geração de portugueses que sofreu direta e indiretamente as consequências da guerra, da repressão ditatorial e da descolonização.

Gersão (1983) apud Cardoso (2011, p. 21) salienta que uma das razões dos primeiros romances de Lobo Antunes terem atingido grande repercussão junto à sociedade portuguesa pós-Abril de 1974 foi o fato de eles “passarem através de uma experiência, uma pele, um corpo, o que os tornava vivos, diferenciando-os de outra literatura de então”, marcada pela censura e regulação ideológica do aparelho estatal.

Em *As naus*, publicado em 1988, justamente às vésperas da integração de Portugal ao bloco econômico de países da União Europeia, António Lobo Antunes busca, por intermédio da literatura, executar a total eliminação dos últimos resquícios da memória imperial. Segundo Cardoso (2011, p. 162), *As naus* desempenha o papel de “uma espécie de juízo final do império e de toda a mitologia que o alimentara”.

Como aponta Ana Paula Arnaut (2009), a literatura e os discursos produzidos no contexto pós-colonial podem ser entendidos como “práticas contradiscursivas”, e almejam a reinscrição do registro histórico na perspectiva daqueles que foram excluídos ou vitimados por repressões e perseguições oriundas do poder estatal, mantenedor do imperialismo e do colonialismo.

Boaventura de Sousa Santos (2010) menciona que o pós-colonialismo pode ser entendido em duas principais acepções. Na primeira, ele representa o período histórico que sucede à independência das colônias; e, a segunda, refere-se ao conjunto de práticas e de discursos responsáveis por desconstruir a narrativa colonial, elaborada tradicionalmente a partir do ponto de vista opressivo do colonizador.

Ainda segundo Santos (2010, p. 234), “O pós-colonialismo [...] contém uma crítica, implícita ou explícita, aos silêncios das análises pós-coloniais”, sendo responsável, numa perspectiva culturalista, onde se associam os estudos culturais, linguísticos e literários, por desconstruir e reler as práticas performativas, os sistemas de representação e os processos identitários ligados ao colonialismo e ao processo de transição entre o tempo imperial/pós-imperial. O pós-colonialismo revela, assim, novas formas de abordagem da História, numa perspectiva que busca acessar os discursos provenientes das margens sociais.

Stuart Hall (2003) aponta que o termo *pós-colonial* se apresenta como portador de certa ambiguidade, uma vez que representa, também, o momento posterior à descolonização, geralmente associado aos eventos críticos que conduzem as colônias à independência, como as guerras de libertação e as revoluções, ambas ocorridas no contexto de desmanche do império português.

O pós-colonialismo, segundo Hall (2003), é um movimento ambíguo com duplo significado, podendo ser entendido como um marco histórico/cronológico ou como uma virada epistemológica, pois marca a desconstrução e a reconstrução ao mesmo tempo, assinalando o fim do tempo imperial e o começo da construção de um tempo pós-imperial. O termo *pós-colonial*, portanto, compreende um período de transição e de reconfiguração, um tempo de passagem que perturba a linearidade da História estabelecida pela mão do colonizador.

Consequentemente, o termo “pós-colonial” não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou “global” das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. (HALL, 2003, p. 109).

O pós-colonialismo não deve ser entendido unicamente como um marco histórico responsável por assinalar um movimento de transição entre um período imperial e a descolonização. Deve, também, ser analisado como uma virada



epistemológica, responsável por produzir e dar voz a narrativas que desconstruem a memória imperial, que releem a colonização como parte de um processo construído ao longo do tempo pelas nações imperialistas.

O termo *pós-colonial* é utilizado neste estudo com o intuito de fazer referência ao período crítico que antecedeu a descolonização dos territórios portugueses na África, um período marcado pela Guerra Colonial e pela Revolução dos Cravos, que se estendeu até o final da década de 1980. Naquela época Portugal almejava entrar no bloco de países da União Europeia, buscando assim, superar o passado marcado pelo imperialismo e pela ditadura salazarista por intermédio da sua aproximação com a Europa.

Hall (2003, p. 107), ao se referir ao termo *pós-colonial*, afirma que o conceito descreve e caracteriza a mudança ocorrida nas relações globais “que marca a transição (necessariamente irregular) da era dos Impérios para o momento da pós-independência ou da pós-descolonização”. Entende-se assim, que o pós-colonialismo é responsável por assinalar um período de transição histórica e social, extremamente marcado por severas rupturas no âmbito político e cultural das nações envolvidas.

O “pós-colonial” sinaliza a proliferação de histórias e temporalidades, a intrusão da diferença e da especificidade nas grandes narrativas generalizadoras do pós-Iluminismo eurocêntrico, a multiplicidade de conexões culturais laterais e descentradas, os movimentos e migrações que compõe hoje o mundo, frequentemente se contornando os antigos centros metropolitanos. (HALL, 2003, p. 111).

Ribeiro (2004) comenta que os estudos pós-coloniais buscam elaborar uma revisão crítica da história imperial, problematizando e desconstruindo, mediante a representação de sujeitos marginalizados, a memória colonial escrita pela mão do colonizador. A literatura pós-colonial surge como uma necessidade de confrontação do presente com o passado, oferecendo novas possibilidades de interpretação de trajetórias e experiências históricas antes homogeneizadas e subjugadas pelo imperialismo.

O pós-colonialismo surge de um sentimento de necessidade de elaborar uma revisão crítica de entendimento da história colonial, dando voz àqueles que a sofreram ou, por outras palavras, registrando, problematizando e desconstruindo a memória da história colonial escrita pelo colonizador, ao confrontá-la com outras memórias desta história aparentemente comum. (RIBEIRO, 2004, p. 17).

Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (2003) apontam que os estudos pós-coloniais são responsáveis por desenvolver novas linhas de reflexão e interpretação do mundo como um sistema global, especialmente ao questionarem ideias muito difundidas no século XIX que, por exemplo, faziam coincidir as noções de desenvolvimento e bem-estar com uma gradual ocidentalização do planeta. Os estudos pós-coloniais, segundo as autoras, reabilitam conceitos identitários, como o hibridismo, a miscigenação e a mestiçagem, antes extremamente associados a um viés negativo na visão dos colonizadores, que viam nas tentativas de defesa de suas identidades, por parte dos oprimidos, uma espécie de afronta ao sistema culturalmente dominante.

Definindo o mundo pós-colonial como híbrido, fragmentário e diverso, os estudos pós-coloniais anunciaram incondicionalmente um tempo de trânsito entre o imperialismo/colonialismo e o pós-imperialismo/pós-colonialismo e proporcionaram a definição plural de um processo e de uma condição global de onde emergem a multiplicidade de histórias e de perspectivas que hoje nos explicam e imaginam. (RIBEIRO; FERREIRA, 2003, p. 15).

Entende-se, então, que a ficção antuniana está centrada no âmbito dos discursos provenientes desse tempo de transição entre o Portugal imperial e o Portugal pós-colonial. Ao assumir em seus romances, principalmente em *Memória de elefante*, *Os cus de Judas* e *As naus* uma atitude crítica frente à História e imaginário nacionais, Lobo Antunes empenha, pelo discurso ficcional, um processo de desconstrução da memória imperial portuguesa. E passa a reescrever a História numa perspectiva híbrida, fragmentária e diversa, que concede espaço e voz aos grupos sociais marginalizados pela opressão do salazarismo e do colonialismo.

Segundo Maria Alzira Seixo (2002), a abordagem de António Lobo Antunes sobre o contexto pós-colonial português corresponde a uma temática de importância central e determinante, em que a experiência da Guerra Colonial, da Revolução e do processo de descolonização espalha-se por toda a sua obra. Romances como *Fado alexandrino* (1983); *Auto dos danados* (1985); *O manual dos inquisidores* (1996); *O esplendor de Portugal* (1997) e *Exortação aos crocodilos* (1999) remetem a uma exploração do período de transição do império português, constituindo-se em narrativas que abordam o contexto pós-colonial daquele país.

Ainda na visão de Seixo (2002), o contexto pós-colonial, além de ser responsável por desencadear o processo de publicação dos romances, uma vez que

o autor utiliza de suas experiências autobiográficas e as incorpora ao trabalho ficcional, também participa ativamente como matéria de suas obras. A temática pode ser encontrada em diversas narrativas ao longo de sua produção literária.

Na medida em que não só desencadeia o processo de publicação dos romances, na prática, como preenche o mundo romanesco dos primeiros livros do escritor, quase nunca abandonado por completo, posteriormente, mesmo naqueles de onde parece à primeira vista achar-se mais arredado. [...] Por isso a problemática dominante destes romances não é a crítica do salazarismo e do imperialismo ou a da guerra colonial (embora obviamente as inclua em situação de proeminência), mas sim um complexo de atitudes que envolve a desgraça do colonizado tanto como a do colonizador, as atitudes de agressão e prepotência visíveis em ambos os lados, e, sobretudo, o misto de malogro e de oportunismo que a guerra produz em todos os sentidos, reduzindo a porção de humanidade no indivíduo, a capacidade criadora nos grupos familiares e afins, e a harmonia nas comunidades. (SEIXO, 2002, p. 499-501).

A ficção antuniana desempenha uma tentativa de resgate e construção, estruturada no discurso literário, de uma memória/história pós-colonial, que aborde e contemple os traumas da sociedade portuguesa na contemporaneidade, como a repressão do Estado Novo, a Guerra Colonial, a Revolução dos Cravos e a descolonização dos territórios ultramarinos. Por intermédio dos seus personagens protagonistas em *Memória de elefante*, *Os cus de Judas* e *As naus*, Lobo Antunes almeja a representação de minorias, como os ex-combatentes e os colonos retornados, a fim de revelar os traumas e rupturas causadas pelo imperialismo na sociedade portuguesa.

A experiência da guerra desempenha um importante papel no processo de criação da produção ficcional de António Lobo Antunes. Após a sua viagem para Angola, por diversas vezes o autor manifesta, em entrevistas, ter sofrido uma espécie de transformação ideológica, responsável por levá-lo a ver as coisas de uma maneira diferente. Ou seja, após a experiência dos combates, o autor passa a ver o seu país com outros olhos, tomando consciência do processo destruidor e opressivo que a Guerra Colonial estava tentando manter à força.

Em entrevista concedida a Rodrigues da Silva, em 1979, logo após a publicação de *Memória de elefante* e *Os cus de Judas*, Lobo Antunes comenta a importância que a guerra exerceu sobre ele, levando-o a um processo de reflexão sobre sua vida em particular e sobre os rumos que o país tomava devido à opressão do Estado Novo.

A guerra de África foi para mim, como provavelmente para muitas pessoas da minha geração, sei lá, uma coisa extremamente importante. Foi quase como, quando a gente, em pequenos, vê na praia os pescadores virarem os polvos ao contrário, ou como quem vira uma meia. Foi, também, a partir de 73 e com o contacto que tive com as pessoas ligadas a determinados movimentos que eu comecei a chegar ao conhecimento de determinado número de coisas que até então para mim eram ameaçadoras para o meu estatuto. Depois da aprendizagem penosa da vida, o regresso de África e o contacto com essas pessoas, me permitiu uma tomada de consciência completamente diferente e uma grande viragem interior, que se produziu com muitas dúvidas, hesitações, sobressaltos, regressos, como eu digo *n'Os cus de Judas*. (sic). (ANTUNES apud ARNAUT, 2009, p. 20).

A guerra, segundo o autor, lhe possibilitou o contato direto com situações e contextos que ele ignorava antes de embarcar para a África. A experiência dos conflitos em Angola foi responsável por promover, na opinião de Lobo Antunes, uma penosa aprendizagem da vida, que imediatamente lhe permitiu uma tomada de consciência em relação ao seu papel social e ao contexto político de Portugal.

Ao comentar a respeito de autores que tematizaram a Guerra Colonial e o Portugal pós-74, Lobo Antunes salienta que a experiência do conflito foi muito mais importante do que qualquer conhecimento livresco, pois foi responsável por levar toda uma geração de portugueses ao conhecimento do sistema imperialista e opressivo que geria o país há quase 40 anos.

Independentemente do valor que a nossa geração, literariamente, possa vir a ter ou não ter, eu penso que ela é uma geração diferente das outras, porque é uma geração marcada pela guerra colonial. De resto, o João de Melo desenvolve isso, quando chama à geração dos escritores entre os 30 e os 40 anos a geração da guerra colonial. Eu penso que a experiência se tornou decisiva para nós sob vários aspectos. Primeiro porque provocou um corte na nossa vida, que deixou cicatrizes que, muitas delas, não sararam. Depois, porque permitiu à nossa geração e àqueles que ainda não tinham uma consciência aguda (como em grande parte era o meu caso) a perceber-se numa determinada problemática social e política. Finalmente, permitiu, como eu digo na *"Memória"*, a aprendizagem da morte e do sofrimento, feita em moldes completamente diferentes. (ANTUNES apud ARNAUT, 2008, p. 25).

A experiência da guerra se manifesta de forma muito marcante em toda a produção ficcional de António Lobo Antunes. Principalmente em *Memória de elefante*, *Os cus de Judas* e *Conhecimento do inferno*, romances de estreia do autor, pertencentes ao primeiro ciclo de sua produção literária, denominado de Trilogia da Aprendizagem. Tais obras exploram de forma acentuada as suas experiências autobiográficas durante a participação como médico na Guerra Colonial, em Angola, no início da década de 1970.

“Na proposta antuniana, a experiência representa, sem dúvida, um aspecto indispensável ficcionalmente. A ficção se lança, assim, rumo a uma polifonia desesperadora, uma ‘obrigação’” (D’ANGELO, 2014, p. 34) com o testemunho, com a representação da realidade e com a denúncia das mazelas da sociedade portuguesa e africana. Esses povos foram cruelmente tiranizados e marginalizados pela opressão do sistema salazarista, que almejava, por meio da repressão e do silenciamento, a perpetuação de sua forma de dominação imperialista.

Na visão de D’Angelo (2014), a experiência da guerra desempenha um processo que dá início e que norteia a produção ficcional do escritor português. Em diversas oportunidades Lobo Antunes admite o fato de objetivar, em seus primeiros romances, abordar, por meio da ficção, a violência dos conflitos, a opressão exercida pelo salazarismo sobre a sociedade portuguesa e o doloroso processo de reaprendizagem da vida cotidiana por parte dos soldados retornados dos campos de combate africanos. Como aponta D’Angelo (2014), a experiência da Guerra Colonial se apresenta como fator determinante para a produção ficcional de Lobo Antunes, representando um ponto de partida para a sua escrita.

[...] se para Dostoievski, a experiência do cárcere na Sibéria foi determinante para decidir a favor da escrita ficcional, e não jornalística ou panfletário-documentarista, para Lobo Antunes, a experiência da guerra em Angola – como o próprio escritor tem declarado em diversas ocasiões – representa o ponto experiencial de não retorno, o ponto de partida para o encontro com a escrita. (D’ANGELO, 2014, p. 28).

A experiência autobiográfica, ao ser incorporada ao trabalho ficcional, revela a existência de um processo de aproximação exercido pelo autor frente à coletividade portuguesa. A questão autobiográfica, utilizada por Lobo Antunes em seus primeiros romances, estabelece um vínculo entre leitor, obra e público, uma vez que as três instâncias exercem um diálogo que visa a recompor as fraturas sociais causadas pela repressão do Estado Novo e pela violência da guerra.

Mas o que eu queria sobretudo focar era o aspecto esquizofrénico da guerra de África, em que se passava tudo como num delírio. Em que havia o senhor, o perseguidor dos delírios que eram os senhores da guerra (como eu chamo n[‘Os] Cus de Judas”), que estavam aqui em Lisboa, e que nos mandavam morrer e depois havia os que morriam de facto e que éramos nós, sem saber como, mortos pelo inimigo invisível, porque nós não os víamos, todo esse combate com sombras, com fantasmas. Era como se um gajo estivesse a lutar contra os espectros do pai do Hamlet durante 27 meses. Mas o problema é que era um espectro que matava de facto e matava de formas extremamente cruéis, através de meios extremamente

sádicos. E, quando digo o espectro que matava, não me refiro aos movimentos de libertação, mas à União Nacional, à ANP, essas merdas, aos Salazares, aos caetanos, às multinacionais, a todas essas entidades que não tinham uma existência concreta, vagas e sem nome, mas que, de facto, nos matavam realmente, provocavam em nós rupturas muitas vezes irreversíveis e que cicatrizes que não sararão mais. E é bom que não saiem e que a gente não esqueça, embora, de facto, o País tenha esquecido que isso existiu (sic). (ANTUNES apud ARNAUT, 2009, p. 26-27).

Na Trilogia da Aprendizagem percebe-se que o autor se autoficciona, a fim de potencializar o carácter de seu discurso literário e, assim, poder enfrentar os silenciamentos e os espaços interditos da narrativa histórica portuguesa. Como aponta Biagio D'Angelo (2014), o trabalho baseado na experiência, realidade e ficção, efetuado por Lobo Antunes, constitui-se numa estratégia de enfrentamento das mentiras da História e depende diretamente dos mecanismos ficcionais. Somente em função do ato de “fingir ser” é que as dolorosas experiências e as memórias traumáticas podem ser finalmente vocalizadas e ganhar representação.

Contar é um dever, não um “material” opcional, posto que contar é o único gesto de participação nas mentiras da história: daí a escolha ou a preferência por um material que assumam a máscara da autobiografia, especialmente na trilogia da África (*Memória de elefante*, *Os cus de Judas* e *Conhecimento do inferno*). A experiência da guerra em Angola é parte essencial do vínculo entre literatura e experiência em Lobo Antunes. (D'ANGELO, 2014, p. 34).

Gomes (1993) comenta que Lobo Antunes, em seus primeiros romances, habilmente “finge” a vida real mediante uma intensa representação da realidade. Na Trilogia da Aprendizagem, o autor utiliza a vida real como material para a constituição do universo ficcional, e mais do que realizar uma simples representação autobiográfica, Lobo Antunes incorpora o mundo real à ficção e utiliza esse gesto a seu favor, potencializando o diálogo entre público e obra. O escritor, desse modo, “acaba por inventar o mundo imagetivamente, de modo que o confessionalismo e o implacável realismo sirvam como elementos retóricos, para que se processe de imediato empatia entre o leitor e as personagens” (GOMES, 1993, p. 56).

Ainda em entrevista concedida a Rodrigues da Silva, em 1979, Lobo Antunes comentou a respeito do “dever” do seu trabalho ficcional em abordar acontecimentos traumáticos para a coletividade nacional. Segundo o autor, passados cinco anos da Revolução dos Cravos e da queda da ditadura salazarista, o país vivenciava um gradual processo de esquecimento do passado recente ligado à Guerra Colonial e à opressão praticada pelo Estado Novo.

Qualquer coisa que me lembra uma frase de Pasolini, a propósito das manobras florentinas, na Itália do tempo de Maquiavel. Chama-lhe ele “la forma ingenua e quase elegante del tradimento” (“a forma engenhosa e quase elegante da traição”). A guerra colonial era um pouco isso: uma forma engenhosa, mas nada elegante, de traição. No fundo, a frase de Pasolini, também, podia aplicar-se sem elegância nenhuma, aos 48 anos do fascismo. No livro que vai sair ainda este ano, [“Os] Cus de Judas”, eu tento explicar isso melhor. E abro aqui um parêntesis para dizer que não terá sido por acaso que [“Os] Cus de Judas” têm sido boicotados já por duas ou três tipografias. É que é um livro que fala na guerra colonial. Penso que, apesar de tudo, se continua a tentar falar, como se a guerra não tivesse existido, como se o Tarrafal e a Pide e tudo isso, nada tivesse existido. Volta a haver as misses, volta a haver a direita, volta a haver tudo isso, de uma forma pujante e alegre, como se tudo, como se esses mortos, como se um milhão e 500 mil homens que passaram por África, como se os mutilados que andavam ali a coxear no Anexo Militar, na Rua Artilharia Um, como se nada disso tivesse existido. (ANTUNES apud ARNAUT, 2008, p. 25-26).

Lobo Antunes aponta que *Os cus de Judas*, por se tratar de uma narrativa que aborda diretamente a questão da Guerra Colonial e a situação dos soldados retornados, vinha sofrendo uma espécie de boicote por parte das tipografias, que se negavam a publicar um romance cujo conteúdo remetia diretamente aos principais traumas da sociedade portuguesa. O autor comenta o fato de que o movimento de evolução do país vinha produzindo uma espécie de amnésia coletiva, responsável por promover o esquecimento da opressão, da guerra e da figura dos combatentes, igualmente vítimas do sistema do Estado Novo.

Em relação ao processo de descolonização, iniciado após a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974, percebe-se que nos romances *As naus* e *O esplendor de Portugal*, Lobo Antunes aborda diretamente a complicada questão dos colonos portugueses. Após as independências de Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, estes se encontravam, muitas vezes, obrigados a abandonar tudo e partir em uma viagem sem volta para Portugal.

Em *O esplendor de Portugal*, numa constante sobreposição de diferentes tempos, acompanha-se a gradual desagregação de uma família de colonos portugueses que vivia no interior de Angola, e que após a Revolução e o período de transição política, se vê obrigada a separar-se. Com o avanço dos conflitos da guerra civil no período pós-independência, os filhos viajam para Lisboa, enquanto que a matriarca permanece em Angola, a fim de tentar garantir as posses da família. Uma vez na Europa, percebe-se que os personagens não conseguem se adaptar completamente, tendo suas vidas para sempre assombradas pelo pesadelo do

imperialismo português e tendo de conviver com um infundável dilema por não se sentirem pertencentes à coletividade.

*As naus* representa, também, a problemática viagem de regresso dos colonos portugueses, uma viagem que, muitas vezes, não era um regresso, pois muitas pessoas sequer haviam nascido no Portugal continental, e não conheciam nada sobre o país em que estavam entrando após saírem da África. Nessa obra, Lobo Antunes traveste os grandes navegadores e ícones da História e imaginário nacional em colonos retornados, e os faz padecer do doloroso processo de adaptação. Nesta narrativa, Lobo Antunes questiona o gradual processo de esquecimento e ocultação dos problemas do Portugal contemporâneo, salientando que se fazia ainda necessária uma espécie de ajuste de contas entre passado e presente.

Em entrevista a Jeferson Del Rios (2000), Lobo Antunes comenta que a descolonização foi uma situação esquizofrênica, pois milhares de pessoas foram obrigadas a efetuar uma viagem incerta para um país que desconheciam ou sobre o qual possuíam apenas idealizações. Em *As naus*, Lobo Antunes busca destacar exatamente este desencontro existente entre a imagem que os colonos nutriam em relação ao Portugal imperial e a realidade que encontram no momento da descolonização após a queda do regime do Estado Novo.

Com a independência, de repente um milhão de pessoas vieram para Portugal, lugar que elas não conheciam, porque muitas tinham nascido na África. Da noite para o dia, essas pessoas se viram num país que não sabiam o que era, um país que para elas era mítico. Uma situação esquizofrênica (ANTUNES apud RIOS, 2000, p. 84).

Em *As naus*, numa representação do drama dos colonos retornados, Lobo Antunes busca desconstruir a História e o imaginário imperial português, atualizando-os em um presente pós-colonial. Utilizando-se de uma ficção que resgata a figura dos retornados e os utiliza como protagonistas de sua narrativa, o autor efetiva um movimento de denúncia do gradual movimento de apagamento da contemporaneidade, ressaltando o lado obscuro e opressivo que acompanhou o movimento de revolução, também responsável por gerar opressões e silenciamentos.

Lourenço (2001), por sua vez, ressalta que em *As naus*, Lobo Antunes é responsável pela criação de uma espécie de “antimundo” ou “contramundo”, em que os lados banais e hipócritas da sociedade portuguesa são trazidos à tona e exibidos



em público, a fim de que Portugal possa, após 500 anos de imperialismo e de sonho, libertar-se de um passado imobilizante e atrasado. Aponta, ainda, que *As naus* é responsável por, às vésperas da integração do país a um novo contexto de evolução – a adesão ao bloco da UE – despertar os portugueses do seu histórico sonambulismo imperial.

O conhecimento ao mesmo tempo preciso, cruel e lírico dos lados banais, intoleráveis e reveladores da vida – da escondida vida do nosso império solar e hipócrita como poucos –, a sua visão das relações humanas como inextinguível confronto de seres só metaforicamente humanos, a indiferença ao desagrado ou ao desagrado dos seus humores, opiniões, buñuelescas ferocidades, fazem do seu mundo uma espécie de antimundo ou contramundo de tão decantada “sensibilidade lusitana”. Também se lhe perdoou pouco ou nada – fez-se de conta que o livro não existiu – o seu retrato a vitriolo, entre Bosch e Offenbach, da não menos decantada epopeia imperial. E, todavia, enquanto os portugueses não revisitarem aquelas *Naus*, nunca acordarão do seu histórico sonambulismo. E farão bem em lê-las, pois, como nos últimos livros de Lobo Antunes tanta irrisão e tanto humor só podem proceder de alguém a quem aquilo “dói”. (LOURENÇO, 2001, p. 97-98).

Jorge Manuel de Almeida Gomes da Costa (2013) menciona que a ficção antuniana, de maneira geral, persegue a criação de uma poética da memória, que visa combater o sistemático movimento de apagamento do passado traumático promovido por Portugal após a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974. Por intermédio das narrativas de *Memória de elefante*, *Os cus de Judas* e *As naus*, Lobo Antunes busca retratar capítulos sombrios da História e do imaginário nacional, a fim de abordar o gradual processo de desconstrução/reconstrução do império português.

**[Na ficção antuniana]** ganha corpo a proposta de uma poética de memória que, por antítese à prática do sistemático apagamento que integra a vertente macrodiscursiva oficial portuguesa, se caracteriza por uma tentativa de o evitar e de expandir sistematicamente a capacidade de recuperação do passado, não como forma obstinada de regulação da existência colectiva, mas antes, partindo da noção de que tal processo de recuperação é sempre de natureza contenciosa, no intuito de conseguir uma evolução sustentada, de algum modo, apaziguadora ou em equilíbrio, que não derive a cada momento num eventual cenário de estagnação traumatizante (sic). (COSTA, 2013, p. 94, grifo do autor).

Na visão de D’Angelo (2014), a ficção antuniana, a partir do trabalho de resgate da História e dos sentimentos ligados à construção de pátria e nação, busca possibilitar, por intermédio dos mecanismos ficcionais, o caminho para uma memória

coletiva sobre os traumas do passado e sobre o processo de transição entre o tempo colonial/pós-colonial no Portugal pós-Abril de 1974. Como aponta D'Angelo (2014, p. 35), “Lobo Antunes convida ao não esquecimento da experiência da(s) verdade(s)” por meio de narrativas que visam representar figuras e períodos excluídos da representação nacional pelo movimento de evolução do país.

Na obra de Lobo Antunes, como aponta Costa (2013), percebe-se a existência de uma poética que almeja sempre oferecer, por intermédio do discurso ficcional, novas possibilidades de interpretação de momentos-chave da História portuguesa. A ficção antuniana, de maneira geral, caracteriza-se por corporizar um constante esforço de recuperação do passado, oferecendo-se como possibilidade de representação de minorias e subjetividades excluídas pelo movimento de construção do novo tempo pós-colonial português.

Na obra de António Lobo Antunes, essa poética de um retorno possível, mas não oficial (porquanto necessariamente centrado na perspectiva única e relativa da representação individual), conhecerá, então, no seu início, de facto, o corporizar de um esforço de recuperação do passado (ou “passados”) como forma de lidar com os traumas nacionais, problematizando, em simultâneo, a voz única, incontestada, de continuidade do aparelho de poder. Daí em diante, marcará presença em todos os momentos-chave da evolução da imagem de Portugal, apresentando-se enquanto espécie de reverso da medalha, ao ilustrar os efeitos que essa tendência nacional de fuga à dor do trabalho de luto irreversivelmente trouxe consigo até os dias de hoje. (sic). (COSTA, 2013, p. 94).

Na crônica *A confissão do trapeiro*, publicada no *Terceiro Livro de Crônicas* em 2005, Lobo Antunes salienta, de maneira extremamente poética, que sua ficção trabalha com os restos, com as emoções truncadas, ou seja, com tudo que é descartado pelas pessoas e pela sociedade em geral. Sua literatura assemelha-se, então, a um processo de resgate e reciclagem do que seria descartado e esquecido.

Talvez as pessoas mais próximas de mim, com quem mais me assemelho, sejam as que encontro, à noite, a vasculharem os contentores de lixo. Julgo que não tenho feito outra coisa toda a vida, ou seja, meter o nariz, (engraçada esta expressão, meter o nariz) no que deitam fora, no que abandonam, no que não lhes interessa, e regressar daí com toda a espécie de despojos, restos, fragmentos, emoções truncadas, sombras baças, inutilidades minúsculas, eu às voltas com isso, virando, revirando, guardando (um caco de gargalo entre duas pedras do passeio, por exemplo), descobrindo brilhos, cintilações, serventias. Quase sempre os meus romances são feitos de materiais assim, palavras assim, sentimentos assim, que a cabeça e a mão trabalham numa paciência de ourives. Se olho para dentro encontro um armazém anárquico de expressões desbotadas, caixinhas de substantivos, arames de verbos para ligar tudo, uma espécie

de cesto de costura (de cestos de costura). Como os das minhas avós, em que se acumulavam botões quebrados, linhas, metades de tesouras, as pobres ferramentas de que necessito para construir o mundo. (ANTUNES, 2005, p. 133).

É justamente na melancólica e fragmentada figura dos ex-combatentes e na miserável viagem de regresso dos colonos retornados que António Lobo Antunes encontra o material para a sua ficção. É nas figuras e sentimentos marginalizados, em que imagem e memória são extremamente perturbadoras para a sociedade após 1974, que a ficção antuniana busca uma reinterpretação e reescrita de Portugal, de sua História e de seu imaginário coletivo.

Entende-se, a partir daí, que a escrita literária de António Lobo Antunes mantém um diálogo com o meio social e se revela engajada a preencher e questionar diretamente, por intermédio do discurso literário, o silenciamento causado pela memória ativa do regime ditatorial. Soma-se a isso o movimento de apagamento dos traumas da contemporaneidade em relação aos acontecimentos políticos e sociais que se desenrolaram em Portugal com extrema intensidade no contexto de Abril de 1974.

Com a representação de personagens e acontecimentos marginalizados e voluntariamente esquecidos pela sociedade portuguesa durante o movimento de evolução e construção de um novo período pós-colonial em Portugal, a ficção antuniana, com destaque em *Memória de elefante*, *Os cus de Judas* e *As naus*, almeja uma poética pós-colonial, responsável por dar voz àqueles que foram silenciados na memória nacional.

Nos capítulos que seguem será abordada a forma pela qual os romances de Lobo Antunes, analisados neste estudo, estabelecem uma aproximação com o intuito de, pelo diálogo que exercem com a sociedade portuguesa, estabelecerem a desconstrução da História e do imaginário nacional. Efetiva-se, assim, por intermédio do discurso ficcional, a construção de uma memória coletiva sobre o período de transição pós-colonial iniciado em Portugal após a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974.

### 3 O Império ao avesso: a desconstrução da História

*A noite em Lisboa é uma noite inventada [...], uma noite a fingir. Em Portugal quase tudo, de resto, é a fingir, a gente, as avenidas, os restaurantes, as lojas, a amizade, o desinteresse, a raiva. Só o medo e a miséria são autênticos, o medo e a miséria dos homens e dos cães.*

(ANTUNES, António Lobo. **Conhecimento do inferno**, 2006).

#### 3.1 A História como fetiche do Estado Novo

A ditadura do Estado Novo sempre utilizou diversas estratégias políticas e discursivas como forma de se legitimar e conquistar o apoio da população portuguesa. Dentre elas destaca-se o acionamento da História e a severa vigilância e normatização do ensino da disciplina nas redes educacionais do país, como forma de torná-la um aparelho discursivo capaz de transmitir e glorificar os ideais imperialistas do regime.

O Estado Novo sempre se notabilizou pela insistência em criar um ambiente social em que prevalecesse um constante estado de normalidade, permeado pela ordem e pela calma, onde as decisões do governo jamais fossem colocadas em dúvida ou questionadas pela população em geral. Por essa razão a educação exercia um papel fundamental na estratégia de dominação da opinião pública idealizada pelo regime de Salazar.

No decorrer da década de 1930, logo após se instaurar no poder de maneira antidemocrática, o regime salazarista passou a publicar uma série de decretos relacionados à educação, onde prevaleciam conteúdos programáticos das escolas. O objetivo era legislar sobre as funções inerentes aos docentes e também a respeito da forma pela qual as disciplinas escolares deveriam ser conduzidas e ministradas. Destaca-se, nesse cenário, a importância dada pelo regime ao ensino da História.

Dentre as medidas restritivas tomadas como forma de controlar a educação nacional, o regime instituiu a política do livro único e exercia uma fiscalização constante sobre as escolas e sobre a atuação dos professores, a fim de proibir e punir a utilização de qualquer outro material de ensino que não fosse previamente aprovado pelos departamentos educacionais do regime.

Na escolha dos materiais didáticos, as escolas possuíam um papel muito limitado, pois eram obrigadas a selecionar os livros a serem utilizados durante o ano letivo a partir de uma lista previamente estabelecida pelo governo. Esses materiais, na grande maioria das vezes, eram encomendados pelo próprio regime, como forma de assegurar severamente o monopólio sobre a educação, proibindo o livre trânsito do conhecimento e dos saberes por entre a sociedade portuguesa.

De acordo com Margarida Maria Louro Felgueiras (2000), durante o período da ditadura salazarista, a tradição histórica era utilizada pelo regime como um importante pilar da ideologia fascista. O ensino da História, devido a isso, logicamente, recebia uma atenção especial, sendo eleito como um valioso instrumento de difusão das ideologias do regime.

A História desempenha o papel de uma área do conhecimento humano em que pode ser operada uma concentração ideológica, uma vez que é atravessada por diversos discursos, interpretações e seleções múltiplas. A História possui, também, um papel fundamental na constituição das identidades nacionais, pois é ainda um local de atribuição das representações coletivas.

Devido ao seu caráter discursivo flexível, a História pode ser utilizada como suporte ideológico e garantia da uniformidade e coesão discursiva de regimes autoritários que detêm o monopólio da sua produção, veiculação e interpretação. Este foi o caso do regime do Estado Novo, que gradualmente minou as instâncias educacionais, artísticas e culturais de Portugal, como forma de aferrar-se ao poder.

Ao analisar o Decreto 16.730, publicado pelo governo português no ano de 1930, que regulamentava os programas educacionais do ensino primário, Felgueiras (2000) salienta que, em relação à disciplina de História, o referido documento legislava a sua função de criar nos alunos o conceito espiritual de Pátria, devendo enaltecer a histórica vocação imperialista e civilizadora de Portugal. O documento aconselhava, ainda, que a disciplina deveria atuar de maneira complementar com a Geografia e a disciplina de Moral e Educação Cívica.

Ao ensino desta é atribuído entre outras, a função de criar nos alunos o “conceito espiritual de Pátria” e a compreensão pela “ação civilizadora de Portugal”, com uma “missão altíssima a cumprir nas colónias”. Indica que o seu ensino deve ser relacionado com a Geografia, a quem competia dar a noção de grandeza e importância do império colonial e com a disciplina de Moral e Educação Cívica. Esta última, preparando os alunos para “cumprir os seus deveres com a Pátria”, deveria recorrer à História para apresentar exemplos de abnegação histórica (sic). (FELGUEIRAS, 2000, p. 96).

Os documentos oficiais do governo pregavam, então, uma valorização do discurso historiográfico como forma de divulgar e legitimar os ideais políticos e imperialistas da ditadura em relação à manutenção do colonialismo na África, encobrendo-o com uma falsa descrição de missão nobre e civilizadora. Interessava igualmente ao regime fomentar nas crianças e adolescentes a valorização do passado histórico nacional, fazendo com que a noção de império sobrevivesse sempre no imaginário da população.

A valorização da História por parte do Estado Novo pode ser percebida ao se observar um dos mais importantes documentos oficiais redigidos pelo poder estatal, como por exemplo, o *Ato Colonial*, publicado em julho de 1930. Nesse documento, num discurso oficial, o salazarismo buscou legitimar, pela força da tradição histórica, o processo de colonização e dominação dos países africanos. No seu artigo segundo o referido instrumento versa sobre as garantias gerais:

Art. 2º. É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente. (ACTO COLONIAL, 1930).

Percebe-se, assim, que o discurso oficial do Estado Novo buscava se fundamentar e legitimar a partir da História e da valorização e embasamento de conceitos religiosos tradicionais. A colonização, portanto, na visão imperialista do aparelho estatal, nada mais era do que um histórico estado de normalidade, sendo a dominação dos povos dos territórios ultramarinos uma forma natural e estabelecida de manutenção da imagem do país como grande centro político e econômico junto ao eixo europeu.

Conforme Helena Isabel Almeida Vieira (2013), o Estado Novo, durante o período em que esteve à frente do governo de Portugal, sempre utilizou uma visão positivista e extremamente conservadora da História, baseada nas conquistas do passado. Para isso, valia-se da sua legislação e da política de utilização de um material didático ideologicamente uniforme.

**[Durante o Estado Novo]** a legislação relativa à disciplina de História manteve-se quase inalterável no que se refere aos objetivos, finalidades e intenções da disciplina. Esta política foi acompanhada pela defesa de um ensino sustentado em manuais, quase imutáveis, com concepções positivistas da História enquadradas num conservadorismo nacionalista, inculcador e acrítico, quase nunca problematizante, na qual prevalecia a

História política, institucional, diplomática e militar. A História baseava-se na exposição narrativa de tipo tradicional, era feita de heróis e exemplos, era uma História de reis e rainhas, batalhas e vitórias, de grandes feitos de um povo. (VIEIRA, 2013, p. 85, grifos do autor).

De acordo com Felgueiras (2000), em relação à política do livro único para o ensino da História, por quase 40 anos foi utilizado em Portugal, praticamente de forma exclusiva, o compêndio organizado por António Mattoso, o qual transmitia uma visão intensamente nacionalista da História. O material se apoiava fortemente na valorização das conquistas do passado e nas glórias possibilitadas pelo período dos Descobrimentos e das Grandes Navegações dos séculos XVI e XVII.

Em relação ao ensino da História no liceu, o compêndio de António Matoso foi utilizado como “livro único” ou quase exclusivamente até aos anos 70, transmitindo uma visão nacionalista e anti-iberista, colonialista, ultracatólica, autoritária, antiliberal e antidemocrática, glorificando a época da expansão e dando uma imagem negra do período liberal e republicano. Os compêndios divulgavam um ensino “eminentemente nacional”, que deveria causar um sentimento de amor e de orgulho em ser português, “exaltando”, “justificando” e “glorificando” tudo o que no passado pudesse ser considerado como “esforço da Nação”. (FELGUEIRAS, 2000, p. 97).

Ribeiro (2004) comenta que os manuais escolares utilizados na educação portuguesa ocultavam a realidade política, social e cultural da pátria, em prol da divulgação de informações que fossem úteis para a ditadura, capazes de monopolizar a opinião pública a respeito da grandeza nacional e do brilhante caminho traçado em direção ao desenvolvimento, sempre embasado pela História.

Segundo a autora, na visão dos manuais escolares, Portugal era descrito como um vasto império colonial, capaz de fazer frente às grandes potências europeias da época, e devia exercer a sua função de protagonista na História. Na visão do Estado o país caminhava, firmemente, graças à vigilância paternalista e abençoada do governo, em direção a um futuro promissor de aliança com as suas colônias na África.

De dentro, e na elucidativa visão dos manuais escolares do Estado Novo – que ensinavam aos portugueses “o sentimento nacional de grandeza da Pátria” e a sua íntima associação à tradição colonial portuguesa –, Portugal era, pela sua superfície, e de acordo com o manual de Oliveira Matos, “a quarta potência colonial do mundo”; no manual de Eurico Seabra subia a escala e era já “a terceira potência colonial que tinha de desempenhar na História o papel a que tinha direito”. (RIBEIRO, 2004, p. 122).

Com este mecanismo de vigilância e controle estabelecido pelo Estado como forma de regular os ambientes educacionais e normatizar o conteúdo trabalhado em sala de aula, sempre em conformidade com a ideologia do sistema ditatorial, percebe-se que o regime atribuiu-se o poder de definir a verdade nacional, impondo a interpretação histórica que lhe fosse mais conveniente.

O Estado Novo possuía uma visão romantizada e fortemente positivista da História, apoiado em documentos e portarias educacionais que definiam a disciplina como “uma escola de verdade”, baseada na administração de provas irrefutáveis e de um método rigoroso firmado nos ideais de exatidão das pesquisas científicas. Felgueiras (2000, p. 100) aponta que, “com estas afirmações [o regime] não mais pretendia do que legitimar a ‘verdade nacional’, que na ausência de sínteses, o estado deveria definir”.

A dominação implantada pelo Estado sobre a produção, veiculação e possibilidades de interpretação do discurso historiográfico abriu campo para que fossem possíveis todos os tipos de silenciamentos, mitificações e falsificacionismos. Sendo assim, para o regime do Estado Novo, a História se apresentava como um poderoso campo de batalhas discursivo, que deveria ser conquistado a fim de se tornar um interessante veículo de propaganda ideológica, capaz de fazer serenar a população e animá-la a seguir o projeto imperialista.

O regime buscava escrever a História nacional segundo os seus moldes, utilizando-se de mitificações do passado, exclusão da realidade contemporânea e de uma intensa carga nacionalista na valorização e representação dos grandes ícones do país. Incluíam-se aí a figura dos navegadores e dos reis que apoiaram as viagens marítimas, destacando sempre a virtude imperialista de Portugal em conquistar novas terras e expandir o poder da nação.

### **3.2 Guerra, revolução, descolonização: rupturas históricas**

Após a queda do salazarismo, em Abril de 1974, com a Revolução dos Cravos, que conduziu a Guerra Colonial ao seu final após 13 anos de violentos conflitos, os países africanos conquistaram a sua independência. A História de Portugal passou, então, por um novo processo e, de forma violenta, em um curto período de tempo, o país sofreu severas e traumáticas reviravoltas difíceis de serem completamente assimiladas, causando uma ruptura na representação nacional.



A Guerra Colonial, a Revolução dos Cravos, a queda do Estado Novo e o processo da descolonização da África provocaram um forte abalo na sociedade e na historiografia nacional, que durante décadas mantinha uma visão intensamente nacionalista e positivista do passado imperialista português. Como aponta Costa (2013), após Abril de 1974, Portugal se vê confrontado com o desmoronar da grandiosidade imperial, conceito muito valorizado e defendido pelo discurso oficial do governo. A histórica noção de Império, antes utilizada pelo salazarismo como forma de garantir a coesão e a unidade nacional, entra em colapso e repentinamente perde a sua significação.

Liberto de um longo período de relacionamento problemático com a sua memória, instilado ditatorialmente por uma discursividade eufórica dos feitos bélicos e expansionistas do seu passado histórico, o Portugal de Abril de 74 vê-se confrontado com o desmoronar da grandiosidade imperial que, até esse ponto, havia assinalado o discurso identitário e de memória que oficialmente vigorava no seu espaço interno. (COSTA, 2013, p. 11).

Após o esfacelamento do império colonial, a sociedade portuguesa mergulhou em um estado de amnésia coletiva, como única forma de contornar os eventos traumáticos que se negavam a ser totalmente apreendidos. Quanto à historiografia, antes objeto ideológico do regime, esta igualmente silenciou, causando um estado de exceção, que impedia a criação de uma memória coletiva sobre a contemporaneidade portuguesa após Abril de 1974.

Portugal, historicamente possuidor de colônias ao redor do planeta, país sempre autoconcebido pelo discurso do Estado como grande potência imperial, capaz de fazer frente aos vizinhos europeus, sofreu uma ruptura em sua identidade e representação histórica após a descolonização da África. Segundo Costa (2013), a perda dos territórios africanos constituiu-se num traumático abalo na representação nacional, levando o país a vivenciar um processo de fechamento sobre si próprio, como tentativa de afastar a memória incômoda da guerra e do fracasso imperialista.

Após Abril de 1974, a estratégia de silenciamento nacional e a tentativa de apagamento do traumático passado recente, constituem-se numa alternativa de manutenção, por parte do governo revolucionário, das condições necessárias para reerguer a nação e mantê-la coesa no objetivo de construção das bases de uma nova História, onde se poderia vislumbrar o futuro e a ultrapassagem do passado imperialista.

Na visão de Costa (2013, p. 141), o esquecimento do passado recente seria “a condição fundamental para que a metáfora de perpétuo movimento da nação pudesse ser novamente reiniciada”. Ao abandonar o passado imperialista e isolacionista construído pela retórica do Estado Novo, e se aproximar dos vizinhos da Europa, Portugal procurava alterar a sua imagem e defender a sua modernização econômica e política.

Quanto ao Portugal de Abril e à nova imagem que luta por concretizar, o que se obtém é, no fundo, um modelo identitário que encontra na fuga seletiva ao passado a estratégia preferencial para a manutenção do caráter ideal de que se pretende revestir. Tendencialmente direcionado para o desvio sistemático de situações ou eventos que levem a ponta do véu traumático e do recente terror do fracasso nacional (o mesmo será dizer, que remetam, ainda que por instantes, o país para um plano de eventual autoquestionação). (COSTA, 2013, p. 3).

Cardoso (2011, p. 160) aponta que “essa eliminação da História colonial é um mecanismo do novo tempo democrático português para superar o lado negro da sua História”, e que o desejo de reaproximação e integração do país ao continente Europeu por parte do novo governo, seria uma forma de ruptura com o passado ditatorial, isolacionista e imperialista.

A Guerra Colonial e a descolonização da África se apresentam como o fim do império português e o início de um novo tempo, pós-colonial, que se encontrava ainda em processo de definição. A guerra e a descolonização são um tempo que resta, o limite de uma História e o limiar de outra, uma espécie de “entre-lugar” na tradição histórica de Portugal.

Segundo Ribeiro (2004), o regime salazarista buscava sempre ocultar os acontecimentos da Guerra Colonial, como tentativa de manter o estado de normalidade da população da metrópole na Europa. Para a autora, a consequente ocultação da guerra, mesmo pós-25 de Abril, “não era uma vontade autoritária, mas sim uma incapacidade de avaliação das condições reais para lidar com tão dolorosa e explosiva herança” (p. 248) e uma imagem de país que se queria apagar.

Ainda no entendimento de Ribeiro (2004), o silêncio historiográfico, político e social sobre o passado recente, que caracterizou a sociedade portuguesa pós-Abril de 1974, deve-se aos naturais mecanismos de recusa, denegação e luto frente ao trauma da guerra, a opressão do regime salazarista e a conturbada descolonização das colônias africanas.

Cardoso (2011, p. 172) aponta que o Estado Novo entendia que a Guerra Colonial poderia colocar em risco a paz social, por isso, “a guerra se viu transferida para uma ‘lonjura’ como forma de a distanciar da metrópole e reduzir o seu impacto na sociedade portuguesa”. A única forma encontrada pelo aparelho estatal de controlá-la foi lhe conceder um sentido que transmitisse uma falsa missão histórica e civilizadora da pátria.

Segundo Roberto Vecchi (2010), a Guerra Colonial punha em jogo a pseudomemória imperialista construída pelo Estado Novo. A veiculação de notícias pela imprensa e a sua presença na metrópole europeia apresentavam-se como um perigoso obstáculo para a manutenção da continuidade do governo salazarista. O autor salienta ainda que, nos conflitos no continente africano não estavam em jogo somente os espaços e territórios do império, mas, principalmente, os cinco séculos de História de Portugal.

[...] em jogo estava algo de mais complexo do que a defesa do espaço colonial: como declamava a retórica do regime salazarista, em jogo estavam cinco séculos da História de Portugal, cinco séculos de colonização ou, como ficou depois da maquilhagem retórica da revisão constitucional de 1951, cinco séculos de relações entre povos e culturas diferentes. (sic). (VECCHI, 2010, p. 96).

A Guerra Colonial pode ser entendida como um “estado de exceção” na História imperial, pois após o início dos movimentos de libertação dos países africanos, Portugal se viu obrigado a combater a si próprio, uma vez que os territórios ultramarinos compunham e participavam ativamente do processo de construção do imaginário e da identidade nacional.

Ribeiro (2004) adota uma visão bastante semelhante no que se refere à Guerra Colonial. Segundo a autora, a guerra é responsável pela efetivação de uma espécie de movimento de tensão na identidade nacional. Ela marca o início do processo de desterritorialização e de desmembramento do império colonial português, que o fez regressar para junto da Europa. É, portanto, considerado um fenômeno basicamente “novo” para a História de um país mundialmente reconhecido como imperialista e colonizador.

O processo revolucionário de Abril de 1974, segundo Cardoso (2011, p. 177), “enformou-se no imediato, como sendo o fim da ditadura e da guerra”. Por outro lado, contudo, este acontecimento marcou uma grande ruptura nos cinco séculos de

História imperial de Portugal. Sendo assim, o desejo nacional de imaginar um futuro se apresentava sempre assombrado pelo peso do passado.

O processo de descolonização que se iniciou com a Revolução dos Cravos e teve seu ápice durante o decorrer do ano de 1975 foi responsável por acolher, em Portugal, centenas de milhares de portugueses que até então residiam nas colônias africanas. Tal acontecimento foi em certa medida contornado e censurado pelas autoridades do novo governo que tomou posse após o golpe que derrubou Marcello Caetano. O novo governo tentou amenizar os impactos da descolonização e evitar que se tornasse um marco negativo para a nova administração.

Segundo o historiador João Paulo Guerra (1996), a descolonização da África trouxe a Portugal mais de 500 mil portugueses entre abril de 1974 e o final de 1975, o que gerou um impacto brutal sobre a economia das ex-colônias e também da metrópole na Europa. A grande maioria de cidadãos portugueses deixou Moçambique e Angola, os dois maiores territórios ultramarinos. Segundo o autor, cerca de 43% dos retornados se estabeleceram em Lisboa e nos distritos metropolitanos da capital.

O governo revolucionário, segundo a jornalista Helena Matos (2014), tentava controlar e mascarar o processo da descolonização, censurando a imprensa para que evitasse abordar a temática, o que fez com que os retornados que começavam a chegar aos milhares na Europa fossem silenciados e tornados anônimos. Como aponta a autora, “do ponto de vista informativo, os retornados enfrentarão vários muros de silêncio e preconceito” (p. 13), impostos pelo novo governo e pela memória ativa do antigo regime salazarista.

Em 1975 os retornados já não eram um fenómeno que se pudesse iludir. Eles já estavam a chegar. Simplesmente os jornalistas não os mostravam. E os dirigentes políticos e militares faziam de conta que não os viam e escondiam dos portugueses aquilo que já sabiam estar a começar em África: o maior êxodo da História de Portugal. (sic). (MATOS, 2014, p. 4).

Ainda segundo Matos (2014), nos meses seguintes à Revolução dos Cravos o governo tratou de atenuar os efeitos da descolonização. Fez, então, correr notícias de que o grande número de cidadãos que começava a se movimentar, abandonando os territórios ultramarinos em direção à Europa, não passava de pequenos grupos reacionários ou funcionários e fazendeiros que fugiam com medo infundado de perder privilégios adquiridos durante a ditadura de Salazar.

Nos meses seguintes “os colonos”, “os fazendeiros que fogem por medo”, os “deslocados”, como então os designava a imprensa, chegarão às centenas de milhar, E, contudo, serão raríssimas as suas fotografias na imprensa portuguesa até, que em meados de 1975, os seus caixotes e os seus corpos deitados no chão do aeroporto da Portela os tornariam incontornáveis. (MATOS, 2014, p. 17).

Em relação ao silêncio que rondava a situação dos colonos retornados, Matos (2014, p. 6) comenta que “deles o poder político e militar, falou o menos possível. A comunicação social tão havida de histórias demorou anos a interessar-se por aquilo que eles tinham para contar”, deixando-os assim, em uma espécie de vácuo historiográfico. Os colonos que regressavam da África eram ignorados pelas autoridades portuguesas e esquecidos pela sociedade em geral, sendo relegados à margem por algum tempo, pois sua existência estava ligada à memória do passado imperial e da recente ditadura, um passado que a sociedade e o novo governo queriam contornar a fim de constituir uma nova História.

Em artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 1984, o crítico literário e ensaísta Eduardo Lourenço mostra surpresa com o fato de a História recente de Portugal, o colonialismo e a Guerra Colonial na África não terem dado origem a manifestações culturais ou reflexões mais aprofundadas nas áreas da historiografia e da política na sociedade pós-25 de Abril.

À aproblemática voluntária do antigo regime sucedeu uma espécie de insólita ocultação acerca dos avatares da última fase da nossa velha – pensar-se-ia capital – aventura colonial. Nem documentários, nem filmes, nem “livros brancos” sobre a nossa história recente em África contribuíram com qualquer explicação ou simples informação sobre o que, para já, conduziu em casa europeia à liquidação de um regime antidemocrático e, fora dela, ao fim de um império. (sic) (LOURENÇO, 1984, p. 26 apud RIBEIRO, 2004, p. 246).

De acordo com Lourenço (1984 apud RIBEIRO, 2004), em relação ao fenômeno de silenciamento social e cultural sobre o passado recente, havia no país uma espécie de “insólita ocultação”, que tornava interditos os capítulos finais do império colonial português, como a queda da ditadura do Estado Novo, a Guerra Colonial e o processo de descolonização dos territórios ultramarinos.

Costa (2013) afirma que no final da década de 1980 são ainda extremamente reduzidas as propostas discursivas de abordagem do recente passado imperial português. A sociedade e a cultura ainda estavam dominadas por uma ambiguidade de posicionamento emanada pela esfera estatal, que entendia a alternativa do

esquecimento da tradição histórica da nação como “arma preferencial para assegurar a criação ilusória de um perpétuo movimento nacional” (p. 147).

Dado o traumático rompimento da linearidade discursiva da História portuguesa pós-Abril de 1974, que esmagou o presente sob o peso de um passado monumentalizado pela retórica imperialista, a literatura assumiu-se como um dos únicos discursos capazes de produzir uma reconstituição histórica do recente passado português. Rompendo, portanto, com o melancólico e traumático silenciamento causado pelo hiato deixado na produção e interpretação histórica pelo regime ditatorial após a sua queda.

A literatura surgida após a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974, se apresenta como possibilidade de se constituir uma contra-memória do regime ditatorial, como uma possibilidade de juntar os restos de um país fragmentado pelos violentos conflitos da guerra, severamente castigado pela contínua repressão política e social do salazarismo e desnordeado após o repentino regresso de centenas de milhares de portugueses após a descolonização.

Vecchi (2010) comenta que a literatura surgida no final da ditadura salazarista ganha corpo em um vazio historiográfico, e atende à necessidade social de reler o passado imediato, de ler e escrever a História recente, interdita e silenciada pela repressão estatal. Com a mobilização do testemunho e da subjetividade, a literatura assume um papel de combate à amnésia nacional, recuperando o direito social de produzir e comunicar a sua memória individual e coletiva.

A prática da literatura como anamnésia nacional surge copiosamente das estações de abertura política, restabelecimento das liberdades civis, com a explosão da subjetividade da recordação, a necessidade presente de reler o passado imediato, não tanto – ou não apenas – para procurar informações inéditas, visto que directa ou indirectamente os acontecimentos eram de qualquer modo conhecidos, mas para readquirir subjectividade, a protagonização de escrever ou de ler em primeira pessoa a história interdita, recuperar o direito de comunicar a memória e a experiência, também singular. (sic). (VECCHI, 2010, p. 60).

Ainda segundo Vecchi (2010), em algumas circunstâncias históricas, a literatura se torna instrumento de elaboração e recomposição de traumas e de lutas coletivas, estabelecendo uma íntima associação com a escrita da História. Passa, então, a suprir seus silenciamentos e rupturas em busca da representação, com maior impressão de totalidade, dos acontecimentos traumáticos e interditos de uma determinada coletividade.

Poder-se-ia observar que existem circunstâncias históricas nas quais a literatura se reveste de funções ulteriores em relação àquelas que tradicionalmente desempenha: torna-se instrumento de elaboração, e de recomposição, diríamos quase que terapêutica de traumas e de lutas colectivas, estabelece uma estreita aliança com a escrita da história e tenta recompor, umas vezes ingenuamente, outras em modo um pouco desencantado, fracturas, descontinuidades com o passado, de cada um e de todos, fornecendo as cifras para a compreensão, possivelmente aquela que melhor dê uma impressão de totalidade ao acontecido. (sic). (VECCHI, 2010, p. 60).

A literatura apresenta-se, assim, como um discurso que possibilita o questionamento da História e dos acontecimentos do Portugal contemporâneo. O discurso artístico visa a recompor e explorar experiências e traumas que afetaram a sociedade portuguesa durante a repressão do regime do Estado Novo e no novo tempo pós-colonial a partir de Abril de 1974.

A abordagem da Guerra Colonial e da descolonização da África torna a literatura uma espécie de discurso de exceção, responsável por romper com a aparente linearidade e horizontalidade do discurso historiográfico português. A partir da literatura, acontecimentos traumáticos e interditos pelo trauma e pela memória ativa da repressão salazarista são identificados, por entre os despojos do desabamento do império colonial português, possibilitando um espaço de reflexão sobre o Portugal contemporâneo, sobre o seu passado, presente e futuro.

Neste sentido passa-se a analisar as obras ficcionais de António Lobo Antunes, como possibilidade de criação de uma memória coletiva, que desmonta a noção de império, rasurando aquela narrativa histórica positivista e nacionalista defendida pelo Estado Novo. Ademais, procura-se, por entre os silenciamentos e descontinuidades discursivas da história, subjetividades e vozes antes marginalizadas, na tentativa de, por intermédio da literatura, revelar um pouco mais sobre o Portugal pós-colonial.

### **3.3 *Memória de elefante*: o indivíduo como metáfora de seu país**

Ao analisar *Memória de elefante*, o romance de estreia de António Lobo Antunes como escritor, publicado em 1979, pode-se perceber um prenúncio do engajamento do autor em desconstruir a História valorizada pelo regime salazarista. O autor, portanto, se utiliza da ficção e da literatura como uma forma de combate à ideologia imperialista e à opressão do Estado Novo, recém-deposto em Portugal,

após a Revolução dos Cravos, em 1974, cuja memória ativa ainda sobrevivia no âmago da sociedade portuguesa.

O enredo, predominantemente narrado na terceira pessoa, porém com diversas intrusões da primeira, acompanha a rotina de um médico psiquiatra durante um dia comum, desde a manhã, quando inicia o seu trabalho no Hospital Miguel Bombarda, em Lisboa, até o final da madrugada do dia seguinte, com ele já no seu apartamento.

O protagonista é um sujeito anônimo, cujo nome jamais foi identificado no decorrer da narrativa. Sabe-se somente que se trata de um retornado da Guerra Colonial, tendo atuado como médico do exército português no interior de Angola. Também, que vive sozinho em seu apartamento no Monte Estoril após a separação da mulher, e que devido a isso e ao afastamento do convívio diário com as duas filhas, vive mergulhado em um constante estado de depressão.

O romance se divide em três partes: manhã, tarde e noite, com cinco capítulos destinados a cada parte. Durante a manhã é possível acompanhar a rotina do médico no Hospital, onde ele se relaciona com os colegas e atende dois pacientes, uma moça e um adolescente viciado em drogas, cujos pais insistem junto ao médico para que ele fique internado à força.

De acordo com Seixo (2010), *Memória de elefante* condensa e descreve a agônica e desesperada jornada de um sujeito incrédulo e nostálgico em busca de unidade pessoal, de um impossível sentimento de paz em relação a um traumático passado recente. Revela, também, o absurdo, opressivo e completamente desestabilizador passado da guerra na África, responsável por fragmentar a existência, a memória e a identidade de quem nela participou.

Essa arquitetura consiste em condensar, com esforço amargo e algum júbilo criativo, a densidade da vida num único dia da existência, que se descreve a par e passo, como os passos da cruz de um incrédulo nostálgico de uma ligação a qualquer coisa – seja a família, a cidade, o Tejo, a infância, a arte, a mulher, as filhas, outras mulheres, amigos, ou uma consciência apaziguada na relação com o passado recente. Este passado é o da guerra colonial, revelação inesperada da opressão bárbara e do absurdo de existir que por toda a parte descobre, e em que participa também. É ainda o passado de um casamento de amor, que se desfez inexplicavelmente no regresso de Angola, com remorso pungente sem remissão (sic). (SEIXO, 2010, p. 341-342).

Em conversa mantida com uma enfermeira do hospital, com quem tinha intimidade suficiente para um diálogo mais profundo, ao contrário da maioria de suas



relações sociais e familiares que gradativamente se afastaram de sua companhia, o médico revela suas angústias e se mostra totalmente incapacitado de recomeçar a vida junto da família que havia deixado há poucos meses.

- Deolinda, informou-a ele, estou a tocar no fundo.

Ela abanou o rosto em bico de tartaruga bondosa:

- Nunca mais tem fim essa descida?

O médico ergueu os botões de punho ao tecto de caliça, numa patética imploração bíblica, na esperança de que a teatralidade voluntária ocultasse parte do seu sofrimento verdadeiro:

- Você encontra-se (observe-me bem) por felicidade sua e infelicidade minha defronte do maior espeleólogo da depressão: oito mil metros de profundidade oceânica da tristeza, negrume de águas gelatinosas sem vida salvo um ou outro repugnante monstro sublunar de antenas, e tudo isto, sem batiscafo, sem escafandro, sem oxigéneo, o que significa, obviamente, que agonizo.

- Por que é que não volta para casa? perguntou a enfermeira [...].

- Porque não sei, porque não posso, porque não quero, porque perdi a chave, declarou à enfermeira, sabendo perfeitamente que mentia (sic). (ANTUNES, 2009, p. 24-25).

Ao meio-dia, durante o almoço, após o plantão no Hospital, o médico encontra-se com um amigo, a quem havia telefonado durante a manhã, a fim de conversarem para que pudesse lhe contar sobre os seus problemas pessoais, e de seu sempre adiado projeto de se tornar escritor. Também, sobre o fato de estar cotidianamente mergulhado em depressão após a separação da esposa e do afastamento das filhas.

Incapaz de reatar o relacionamento, e imerso em uma melancólica rotina no hospital psiquiátrico e assombrado pelos traumas da guerra, a depressão apresentava-se como sentimento quase que irremediável e paralisante. Segundo Seixo (2008, p. 131), “a náusea e o vômito da personagem nos lavabos, no final do almoço, como que somatizam a notória depressão que o afecta, e que tem a ver, em parte, com a sua incapacidade em superar a frustração amorosa” (sic).

Durante a tarde, após uma consulta com o dentista, passou a vagar sem rumo pelos bairros da cidade, até estacionar o carro próximo à escola das filhas, a fim de que pudesse vê-las de longe ao final das aulas. Sem coragem de se aproximar, ficou receoso e espreitou, do interior de um bar próximo, a passagem da empregada que foi buscar as meninas na escola.

Ao final da tarde, uma rápida parada em um bar, regularmente frequentado pela esposa, potencializa o seu sentimento de nostalgia. Em seguida, encaminha-se para uma sessão de análise em grupo, onde assume sentir saudades da mulher e

ser incapaz de retomar a vida em família, por sentir-se desestabilizado e sem razões para enfrentar as dificuldades da vida.

O protagonista da narrativa, como se pode observar, é um sujeito que vive às margens da sociedade, é deprimido, avesso à maioria das relações sociais e afetivas, sente-se constantemente incompreendido e luta diariamente contra a rotina. Ademais, busca incessantemente reatar os cacos da sua vida pessoal, que foi diretamente afetada por sua participação nos combates da Guerra Colonial.

Assombrado pelas traumáticas lembranças dos conflitos na África e pelas constantes recordações da infância, esse sujeito anônimo desempenha suas funções profissionais no mesmo hospital em que o pai fora médico no passado – o hospital Miguel Bombarda, em Lisboa. Vive, assim, sempre perseguido pelo peso das tradições familiares e do meio social burguês, que lhe exigem adaptação aos padrões e o cumprimento das obrigações que lhe são socialmente impostas.

Após o retorno da Guerra Colonial encontra-se em um mundo no qual não consegue mais ter espaço, onde se sente estrangeiro, e tenta, inutilmente, conviver com a saudade das filhas e com o sentimento de culpa e melancolia por não ser capaz de reatar seu casamento e restabelecer a vida normal e socialmente aceita.

Ao analisar o título do romance, *Memória de elefante*, percebe-se uma clara analogia ao animal africano, cuja virtude está na sua memória extremamente apurada, sendo capaz de se lembrar com extrema exatidão, durante toda a vida, dos locais por onde passou, podendo se orientar nas imensidões das savanas do continente africano.

Tal analogia se aplica às experiências do narrador protagonista na Guerra Colonial da África, cujos acontecimentos presenciados seguem sempre vivos em sua memória, não importa o tempo transcorrido, tampouco para onde ele vá, pois os fantasmas e recordações do traumático passado estarão sempre presentes, pegados à memória, quase como fantasmas impossíveis de expurgar.

O médico-protagonista assemelha-se metaforicamente a um elefante após o seu regresso da África. Um animal/sujeito que foi removido do seu ambiente natural, passou por uma experiência transformadora, a bem dizer traumática e irreparável, e se encontra em um novo local – Lisboa, que apesar de ser a sua cidade natal, é irreconhecível e ameaçadora. O elefante simboliza a incompletude, o desajuste e o monumental peso do passado da guerra em Angola, lembranças que constantemente o atormentam.

A literatura da Guerra Colonial, segundo Vecchi (2010), constitui-se numa tentativa de expurgo da memória imperial, e nela se insinua, ainda que encoberto ou recalçado, um passado traumático que foge à fundação de uma memória compartilhada. Segundo o mesmo autor, a literatura surgida após a Guerra Colonial tornou-se um modo para refletir sobre Portugal, sobre a noção de Império colonial e, de modo mais geral, sobre o trauma causado pela violência e pela repressão do regime fascista de Salazar, que desestabilizou a representação do país. Segundo o autor, a guerra foi um acontecimento que minou a ontologia nacional, responsável por conduzir Portugal ao fim do colonialismo de maneira traumática e melancólica.

Vecchi (2010) salienta, ainda, que a literatura surgida da Guerra Colonial é uma tentativa de manusear as memórias dispersas e fragmentadas pela violência, pela opressão e pelo trauma de um conflito armado que desestabilizou a identidade nacional. Com a literatura, essas contramemórias, que seriam esquecidas ou apagadas no decorrer do tempo, auxiliam no processo de criação de uma História compreensível do período colonial português.

Em *Memória de elefante*, Lobo Antunes trabalha exatamente com a representação de um indivíduo anônimo, depressivo, com diversos problemas familiares, que carrega consigo a memória da Guerra Colonial, cujo corpo é portador da experiência traumática do conflito no continente africano. Sem conseguir comunicar suas experiências e em profundo estado de depressão, é relegado às margens da sociedade, isolando-se dos familiares e da vida cotidiana após o regresso de Angola.

Segundo Cardoso (2011), o sujeito que tenha participado da guerra, ao tomar consciência da traição promovida pela família e pelo Estado português, e mediante os incontornáveis traumas da violência, invariavelmente entra em um processo de autodestruição e gradativo afastamento social. A geração de soldados retornados da guerra é estigmatizada e excluída pela sociedade e temida pelo Estado. Seus corpos estão marcados pela experiência destruidora da guerra e pela melancolia e resignação de terem presenciado o absurdo e empobrecedor resultado da valorização do imperialismo e da manutenção do colonialismo na África.

Guerra (1996) dimensiona a violência e os efeitos dos conflitos na vida dos soldados portugueses. Segundo o autor, durante os 13 anos de guerra no continente africano, estima-se que cerca de 4.500 soldados retornaram deficientes ou mutilados, e que mais de 100 mil ex-combatentes foram marcados por distúrbios

pós-traumáticos do *stress* de guerra, sofrendo com diversos problemas, como alcoolismo, insônia e depressão profunda.

Cardoso (2011, p. 221) aponta que “a geração que fez a guerra é, assim, vista pela sociedade portuguesa já democratizada como culpada pelas formas mais duras de Portugal ter exercido o colonialismo, sendo muitas vezes associada ao próprio regime”. Em outra passagem afirma Cardoso (2011, p. 219), “essa geração, que vivia já um vácuo de convicções, vê-se atomizada quando do regresso a casa. Esta seria a dispersão de um capital colectivo temido pelo Estado”. (sic).

Excluído da sociedade e voluntariamente esquecido pelo Estado por ser um símbolo vivo da História imperial, o retornado, então, é ignorado no novo tempo vigente pós-25 de Abril e passa a viver num tempo à margem. Em *Memória de elefante* e *Os cus de Judas*, Lobo Antunes ocupa-se da tentativa de transformar este capital simbólico individual, silenciado e lateralizado da História contemporânea, em memória coletiva de Portugal.

Ao analisar os relatos dos soldados retornados da I Guerra Mundial, Walter Benjamin (1987) destaca que, ao invés de voltarem cheios de histórias e experiências para contar, eles retornavam mudos dos campos de batalha. Não mais conseguiam transmitir as suas experiências, pois o corpo humano demonstrou-se extremamente frágil ante o trauma e o aniquilamento das forças de destruição da modernidade, que tornaram os acontecimentos incompreensíveis e traumáticos.

Tal fato pode ser presenciado no decorrer de *Memória de elefante*, uma vez que o protagonista é afetado pela intensa dificuldade de comunicar as suas experiências da guerra. Guarda consigo, então, todo o trauma advindo da relação com a violência, com a morte e com a aniquilação do homem, e não consegue transmitir as suas inquietudes sequer durante a sessão de terapia que participa ao final da tarde.

Todas as memórias que ele consegue acessar da África são extremamente fragmentadas e irrompem em *flashes* em momentos de solidão, sem que jamais consiga dar vazão e comunicar às outras pessoas e familiares seus sentimentos e memórias incômodas que o assombram.

Como em África, pensou ele, exatamente como em África, aguardando a chegada miraculosa do crepúsculo do jango de Marimba, enquanto as nuvens escureciam o Cambo e a Baixa do Cassange se povoava do eco dos trovões. A chegada do crepúsculo e a do correio que a coluna trazia, as tuas compridas cartas húmidas de amor. Tu doente em Luanda, a miúda

longe de ambos, e o soldado que se suicidou em Mangando, deitou-se na camarata, encostou a arma ao queixo, disse Boa noite e havia pedaços de dentes e de osso cravados no zinco do tecto, manchas de sangue, carne, cartilagens, a metade inferior da cara transformada num buraco horrível, agonizou quatro horas em sobressaltos de rã, estendido na marquesa da enfermaria, o cabo segurava o petromax que lançava nas paredes grandes sombras confusas. Mangando e os latidos dos cabiris nas trevas, cães esqueléticos de orelhas de morcego, madrugadas de estrelas desconhecidas, a soba de Dala e os seus gémeos doentes, o povo para a consulta nos degraus do posto a tiritar de paludismo, picadas destruídas pela violência da chuva. (ANTUNES, 2009, p. 91).

Como se pode perceber nesta passagem, enquanto aguarda que as duas filhas saiam da escola, o narrador é subitamente assaltado pelas recordações do tempo da guerra. No seu pensamento passeiam os acontecimentos traumáticos que presenciou no campo de batalha, como o suicídio de um soldado português, a agonia da espera pelo improvável regresso, a saudade da família e o sofrimento do povo africano, massacrado pela miséria do colonialismo europeu, os quais reaparecem de súbito em sua memória, obrigando-o a se confrontar com o passado.

Em diversos momentos da narrativa o médico protagonista questiona algumas esferas da sociedade burguesa, em que a lembrança da ditadura militar e do imperialismo recentemente acabados ainda exerce grande influência. Demonstra, assim, que para uma grande parcela da sociedade era necessário rever os posicionamentos sociais e políticos, a fim de que o país pudesse avançar e se libertar da influência de meios ideológicos repressivos.

Findo o expediente no hospital psiquiátrico, o médico, ao sair para o almoço, encontra um colega no corredor, que sempre o questiona quanto ao seu posicionamento político. O colega é um burguês, admirador da direita e do legado autoritário do extinto Estado Novo, que temia o avanço econômico da URSS.

- Os gajos avançam, hã, os comunistas?

Na semana anterior o médico vira-o procurar de cócoras microfones do KGB ocultos sob o tampo da secretária, prontos a transmitir para Moscovo as decisivas mensagens dos seus diagnósticos.

- Avançam, garanto-lhe eu, bália o colega a rodopiar de inquietação. E esta choldra, a tropa, o zé-povinho, a igreja, ninguém se mexe, borram-se de medo, colaboram, consentem. [...].

- Responda, ordenou o colega. Vê-se a comer à mesa com um carpinteiro? [...].

- Por que não? [...].

O colega recuou dois passos, siderado:

- Porque não? Porque não? Homem, você é anarquista, marginal, você pactua com o Leste, você aprova a entrega do Ultramar para os pretos.

Que sabe este tipo de África, interrogou-se o psiquiatra à medida que o outro, padeira de Aljubarrota do patriotismo à Legião, se afastava em

gritinhos indignados, prometendo reservar-lhe um candeeiro da avenida, que sabe este caramelo de cinquenta anos da guerra de África onde não morreu nem viu morrer [...]. (sic). (ANTUNES, 2009, p. 33-34).

O protagonista descreve o colega como um sujeito cômico, um representante e ícone de uma parcela da sociedade portuguesa que ainda acreditava e vivia sob a influência do antigo regime militar. O narrador, na verdade, o descreve como um alienado, incapaz de mensurar a experiência e os efeitos vivenciados por ele durante a estadia em Angola, na Guerra Colonial.

Destarte, emerge no romance uma dura crítica à sociedade burguesa que, após o final da ditadura militar, ainda não havia conseguido expurgar totalmente a sua influência e vivia à sombra de um passado outrora imperialista e vitorioso. Essa parcela da sociedade insiste, muitas vezes, em tentar colocar no esquecimento o recente passado e o fracasso total do colonialismo no continente africano.

Durante a narrativa ocorre um constante processo de desconstrução da onipresente imagem de Salazar, comandante e mentor da ditadura do Estado Novo. O médico narra um episódio ocorrido no hospital psiquiátrico em que trata de um paciente com tendências esquizofrênicas, o qual acredita manter contato direto e receber ordens do falecido ditador.

Uma manhã o médico chamou o senhor Joaquim ao gabinete e disse-lhe o que os enfermeiros não tinham coragem de dizer:  
 - Senhor Joaquim, o nosso professor faleceu há mais de três quinze dias. Até deu a fotografia no jornal.  
 O senhor Joaquim foi à porta assegurar-se de que ninguém os escutava, voltou para dentro, inclinou-se para o psiquiatra e informou-o num sussurro:  
 - Foi tudo a fingir, senhor doutor. Pôs lá um parecido com ele e a Oposição engoliu o isco: ainda há coisas de um quarto e hora me nomeou ministro das Finanças. O nosso professor come-lhes as papas na cabeça de todos. Salazar de um cabrão que nunca mais acabas de morrer, pensou ele na altura, sentado à secretária, defrontando-se com a obstinação do senhor Joaquim: quantos senhores Joaquims dispostos a seguirem de olhos vendados um antigo seminarista trôpego com alma de governanta de abade contando os tostões na despensa? No fundo, meditava o médico contornando o Jardim das Amoreiras, o Salazar estoirou mas da barriga dele surgiram centenas de Salazarzinhos dispostos a prolongarem-lhe a obra com zelo sem imaginação dos discípulos estúpidos, igualmente castrados e perversos, dirigindo jornais, organizando comícios, conspirando nos entrefolhos das Donas Marias deles berrando no Brasil o elogio do corporativismo. (sic). (ANTUNES, 2009, p. 102-103).

Tendo em vista que os elementos sociais se ligam aos estéticos na composição da estrutura da obra literária, pode-se perceber, então, que um protagonista que esteja inapto para narrar as suas experiências e que viva em um

universo de exclusão social, corresponde a uma sociedade que igualmente não consegue lidar com o seu passado recente.

Uma estrutura romanesca fragmentada corresponde imediatamente a um mundo e a uma sociedade fragmentada, como é o caso de *Memória de elefante*. Trata-se de um romance fechado em si mesmo, que gira em torno da insolúvel batalha do médico protagonista contra a sua depressão, seu sentimento de ausência e abandono, tentando inutilmente encontrar forças e motivos que o auxiliem a engrenar o ritmo cotidiano da sua vida antes da experiência da Guerra Colonial.

Em seu primeiro romance publicado, António Lobo Antunes produz uma obra literária engajada em apresentar outro lado da nação portuguesa, imediatamente após o conflituoso final da ditadura militar que perdurou por longas quatro décadas no domínio do país. Assim como o protagonista da narrativa, Lobo Antunes é também um “outro”, alguém que vivenciou diretamente a guerra e suas consequências junto à sociedade.

Tendo como base a sua própria experiência como soldado retornado após a guerra, o autor assume uma posição engajada diante do seu meio social, produzindo uma obra que corresponde à necessidade coletiva de revisão do passado histórico. *Memória de elefante* realiza um exercício de análise de Portugal ao representar, por intermédio da figura de seu protagonista, o drama social e pessoal que enfrentavam os soldados retornados, produtos finais do imperialismo português.

Lobo Antunes utiliza o médico do seu romance como a metáfora de um Portugal desajustado, fragmentado, que perdeu a unidade com o passado e que não consegue encontrar a porta de saída de um sonho imperial que durou demasiado tempo. Quando, finalmente, o imperialismo português se dissolveu, restou um evento traumático e incompreendido, cuja única alternativa de enfrentamento foi o silêncio e o luto melancólico.

A narrativa de *Memória de elefante* possibilita uma nova forma de descrever a nação portuguesa do século XX. Trata-se de um romance de aprendizagem<sup>4</sup>, em que o protagonista, metáfora do seu próprio país, busca reatar o rumo da existência, embora envolvido em um sempre adiado confronto com os fantasmas do passado

---

<sup>4</sup> Utiliza-se o termo “romance de aprendizagem” tendo-se em vista o fato de que em diversas entrevistas Lobo Antunes afirma que *Memória de elefante*, por ser seu primeiro romance, constituiu-se como uma espécie de aprendizagem da escrita, onde se refletia o problemático e conturbado processo de aprendizagem da vida no período pós-guerra.

que incessantemente retornam como o último e derradeiro fardo do imperialismo ainda a ser carregado pelos portugueses ao longo da História.

### **3.4 *Os cus de Judas*: uma guerra sem fim**

*Os cus de Judas*, segundo romance de António Lobo Antunes, publicado no mesmo ano de *Memória de elefante*, em 1979, constitui-se na segunda parte da trilogia de cunho autobiográfico que se fecha em *Conhecimento do inferno*. A obra remete à exploração mais intensa da problemática da Guerra Colonial e do drama dos soldados retornados, que não mais encontram amparo em uma sociedade severamente afetada pela censura, opressão e ambições imperialistas do Estado Novo.

Em *Os cus de Judas* o protagonista do romance é o mesmo médico psiquiatra de *Memória de elefante* que, por meio de uma intensa narrativa em primeira pessoa, extravasa suas memórias, angústias e lembranças, muitas vezes fragmentadas do passado traumático da guerra. Ao tecer relações com a infância lança uma forte crítica à sociedade burguesa e ao sistema imperialista português.

Seixo (2002), por sua vez, aponta a relação existente entre os dois romances no que se refere à coincidência do protagonista e o trabalho existente em ambos ao explorar o universo político, social e cultural da sociedade portuguesa. A autora define a matéria dos romances como uma experiência viva da circunstância contemporânea.

Baseados ambos no ponto de vista único da personagem-narradora, que conta, descreve, julga, increpa, rememora e fantasia, a relação destes romances com o quotidiano português, com os tipos de educação nele normalizados e com as modalidades de existência (afectiva, profissional, cultural e política) que nele se desenvolvem e questionam, dá-os a ler como uma experiência viva da circunstância contemporânea, que em si reabsorve, além disso, um conhecimento estético aprofundado da literatura e uma capacidade de efabulação que entretete, de forma dispersa mas incisiva, a ficção e a realidade. (sic). (SEIXO, 2002, p. 37).

Apontado pela crítica como um dos primeiros relatos literários sobre a Guerra Colonial na África, o romance se apresenta organizado sob uma estrutura dividida em 23 capítulos, nomeados de acordo com as letras do alfabeto português, de A a Z, cuja organização pode ser considerada uma espécie de “alfabeto da agonia”. De



acordo com Seixo (2002, p. 42), a estruturação dos capítulos, segundo a ordem do alfabeto, estabelece “um exame crítico e emocional da guerra em Angola de A a Z”.

Na visão de Cardoso (2011), *Os cus de Judas*, em sua violenta narrativa, realiza uma reconstrução do mundo português de A a Z. O romance é uma espécie de manual ao avesso, onde Lobo Antunes executa um processo de questionamento da vida e da sociedade portuguesa.

Segundo Seixo (2002), a irregularidade da constituição temporal dos capítulos que avançam e retrocedem no tempo, intercalando intensamente a narração de episódios marcantes da infância com memórias dos conflitos da guerra na África, revela uma forma de significar a perturbação do pensamento e do olhar que acomete o protagonista após o trauma da guerra.

A irregularidade da constituição dos capítulos (aposição relativa dos planos passado-presente e Lisboa-África muda constantemente) e a anamorfose (visão, em cada vez deformada, de um mesmo objeto do olhar ou da mente que se descreve, por ex. a baía de Luanda ou o soba do Chiúme com a sua máquina de costura) constituem a forma de significar uma perturbação do pensamento e do olhar que, contando e descrevendo, dão conta da alteração profunda sofrida pelo jovem que atravessou a guerra, viajou pela alteridade do lugar, do tempo e de si próprio, e se encontrou em definitivo de um amor realizado e feliz. (SEIXO, 2002, p. 43).

Segundo Vecchi (2010), a literatura surgida após a Guerra Colonial constitui-se, na maioria das vezes, sobre uma estética do fragmento, onde predomina a presença de um narrador hipertrofiado. De forma desordenada, e por meio da colagem de fragmentos de várias temporalidades do passado e da sobreposição de memórias, traumas e espaços, o narrador tenta recompor a experiência individual estilhaçada pela violência da guerra e pela repressão da máquina estatal.

Maria José, a mulher com quem o protagonista se encontra em um bar, ouve-lhe com atenção e interesse, mas a seu respeito o leitor não tem acesso, sendo o seu nome mencionado em uma única oportunidade no decorrer de todo o romance. A personagem desempenha uma função praticamente anônima, servindo de confidente, que ajuda o protagonista na dolorosa travessia da noite, quando cotidianamente é acometido pela depressão e melancolia após a separação da esposa e ao ser assombrado pelas lembranças da morte e do sofrimento da guerra.

Cardoso (2011) comenta que o silêncio da interlocutora é uma poderosa forma de discurso sobre a guerra e representa a metáfora de uma sociedade assombrada pela memória da repressão salazarista, onde o silêncio era a norma.

Segundo o autor, é pelo silêncio que a interlocutora concebe sentido ao discurso do protagonista, responsável por potencializar o violento relato do narrador.

Considerado um dos primeiros testemunhos literários sobre a Guerra Colonial na África, Lobo Antunes produz uma narrativa em que se utiliza da sua experiência pessoal como combatente em Angola. Por intermédio da literatura constrói uma ácida crítica ao sistema imperialista português, trazendo para a sociedade o drama dos soldados retornados que, muitas vezes, tinham sua vida pessoal fragmentada com a brutalidade que o sistema colonial impunha ao povo do ultramar.

O protagonista vive às margens da sociedade, uma vez que, ao retornar da guerra, jamais conseguiu restabelecer as suas relações sociais, familiares e profissionais. Encontra-se divorciado da esposa e incompreendido pela família, que sempre esperou que sua participação no Exército o tornasse um homem de verdade, digno de representar toda a tradição ilustre e guerreira da família. Quanto ao exercício da Medicina, sua rotina desregrada, conduzida pela insônia e pelo constante consumo de álcool, que o ajuda a enfrentar a jornada de agonia da noite, o afasta totalmente dos compromissos, e sua credibilidade junto aos colegas e paciente não é das melhores.

A participação na guerra serviria como uma espécie de metamorfose, responsável por transformar o ainda jovem e inexperiente médico em um “verdadeiro homem”, a fim de que pudesse se tornar um representante digno e verídico da história familiar. Assim, passaria a ser portador das virtudes de seus gloriosos antepassados, ironicamente designados pelo narrador como “furibundos generais” participantes de “gloriosos combates de gamão e de bilhar”, falecidos muito antes do seu nascimento.

O embarque do protagonista para a Guerra Colonial, em Angola, é acompanhado com júbilo e orgulho pelos seus familiares, sendo por ele descrito como um triste e cruel quadro da inoperância e submissão sociais perante os efeitos da ditadura comandada por Salazar.

De modo que quando embarquei para Angola, a bordo de um navio cheio de tropas, para me tornar finalmente homem, a tribo, agradecida ao Governo que me possibilitava, grátis, uma tal metamorfose, compareceu em peso no cais, consentindo, num arroubo de fervor patriótico, ser acotovelada por uma multidão agitada e anónima semelhante à do quadro da guilhotina, que ali vinha assistir, impotente, à sua própria morte. (sic). (ANTUNES, 2010, p.14).

Ao contrário do protagonista de *Memória de elefante*, o médico de *Os cus de Judas* possui intensa necessidade de extravasar seus sentimentos e seus traumas. Enquanto o primeiro reserva um sofrimento individual, guardando para si toda a dor e sendo incapaz de comunicá-la, o segundo procura, de toda forma, mediante um relato intenso e brutal, repleto de descrições da violência do sistema imperialista português, transmitir suas experiências e perturbações.

Para Oliveira e Magnoli (2009), *Os cus de Judas* configura-se como um grito de “basta” aos métodos e ações perpetradas pelo colonizador ao longo de toda a História. Por meio de um pujante e revoltado relato, o protagonista tenta a todo custo expurgar as influências do passado, afastar o fantasma imperialista que sempre rondou incessantemente a memória coletiva do povo português.

A travessia da noite é aclarada pela bebida alcoólica, que o ajuda a mascarar todo o sofrimento e melancolia de uma vida vivida ao avesso, às margens. A constante insônia atua como imperativo de estar sempre desperto, como um mecanismo capaz de disparar os traumas do passado durante as 24 horas do dia, fazendo com que, obrigatoriamente, o protagonista jamais tenha descanso do peso do passado e suas consequências no presente.

No constante processo de rememoração do passado percebe-se que o protagonista se confronta com as lembranças da infância e com a insistência e pressão dos familiares para que ele cumprisse as normas impostas pela sociedade burguesa. Durante toda a sua formação as suas escolhas nunca foram realmente individuais; tudo foi sempre condicionado e imposto pela família, desde a escolha da profissão da Medicina, que está ligada ao pai, também médico, e também a participação na Guerra Colonial, uma vez que eram sempre muito valorizados os antepassados guerreiros e seus feitos quase que heroicos.

A imagem de um ser fragmentado, após cumprir com todas as suas obrigações e perseguir os modelos impostos pela família e sociedade burguesa, contrasta com outra, de que, se estivesse vivendo em Portugal, demasiadamente à sombra de um passado inútil e opressivo, o resultado, inconscientemente, sempre o conduziria a um fracasso e a um constante desajuste.

Ao criticar a influência da família e sua valorização da Guerra Colonial e da manutenção do *status* de Portugal como uma nação imperialista e pujante ao longo da História, Lobo Antunes mostra que, ao se referir ao imperialismo e à colonização,

a sociedade portuguesa sempre carregará a sua parcela de culpa e conivência com a máquina estatal.

Como aponta Gomes (1993), o destroço que se tornou o protagonista da narrativa é o reflexo de um país e de uma sociedade que lhe formaram e educaram culturalmente. Após cumprir com todas as obrigações impostas pela família e sociedade, e após perseguir os modelos do passado, o médico acaba sendo renegado às margens, excluído por familiares e amigos.

Mas o destroço em que se tornou o herói é o reflexo de um país que o formou e que lhe determinou a ação. A decrepitude do país contrasta com a imagem de Grande Império que tenta se manter na figura onipresente de Salazar, da repressão praticada pela ditadura e da assunção de valores anquilosados pela família portuguesa. É dentro desse cenário que se forma o herói: vivendo sob o peso dos antepassados ilustres. [...]. Mas ao cumprir o que se esperava dela, a personagem é marginalizada. Sem amigos, sem família, resta-lhe vagar no espaço indiferenciado dos bares e inferninhos, e no tempo espectral da noite sem fim. É tudo o que resta a este ser sem identidade: o romance se transforma na peregrinação noturna de um solitário, incapaz de realizações, incapaz de amar. (GOMES, 1993, p. 59).

Na narrativa de *Os cus de Judas*, Lobo Antunes contempla o absurdo da guerra, a violência e a dominação imposta não somente aos africanos, mas também aos próprios combatentes portugueses. Esses eram jovens pertencentes a uma geração que foi arrancada de seus sonhos pessoais, afastada dos familiares e de seu país de origem, para lutar contra um povo já massacrado pela pobreza e pela desigualdade, em nome de um ideal ultrapassado, valorizado pelo peso da tradição histórica e totalmente contrário aos direitos básicos da humanidade.

De acordo com Cardoso (2011, p. 222), “*Judas* é um romance que coloca em causa a verdade histórica, instituída por quem a não viveu”, inscrevendo-se como um romance que indaga as várias verdades sobre a guerra, sobre a ditadura e sobre a Revolução. A narrativa é responsável por colocar diretamente em causa a História de Portugal, ao abordar acontecimentos traumáticos e esquecidos pela sociedade.

Porque camandro é que não se fala nisto? Começo a pensar que o milhão e quinhentos mil homens que passaram por África não existiram e lhe estou contando uma espécie de romance de mau gosto impossível de acreditar, com que a comovo a fim de conseguir mais depressa (um terço de peleio, um terço de álcool, um terço de ternura) que você veja nascer comigo a manhã na claridade azul pálida que fura as persianas e sobe dos lençóis [...]. Há quanto tempo não consigo dormir? (sic). (ANTUNES, 2010, p. 65).

Percebe-se nesta passagem da narrativa que o médico protagonista questiona o fenômeno da amnésia coletiva que tomou conta da sociedade portuguesa após o final da ditadura salazarista. Ele compara a sua narração dos fatos a um romance inventado, em que todo o absurdo da guerra parece ter sido inventado e não passa de uma ficção de mau gosto que ele conta a fim de que consiga atrair a atenção e a compaixão de sua companheira de bar.

*Os cus de Judas* assume a forma de uma obra literária que, assim como *Memória de elefante*, busca trazer à tona e especular o alheamento e o silêncio que o próprio país mantinha diante da Guerra Colonial e do sistema colonialista. Revela, ainda, a traumática situação dos soldados portugueses que, muitas vezes, regressavam traumatizados dos campos de batalha e acabavam estigmatizados por uma grande parcela da sociedade portuguesa.

Cardoso (2011, p. 219) comenta que o romance é responsável por acusar os regimes que estabelecem a ordem do mundo, como a Política e a Psiquiatria, e que *Os cus de Judas* é um romance responsável por julgar a sociedade portuguesa “para condenar como sendo ela o ‘judas’, absolvendo, assim, os que aquela tinha dado como culpados”. O romance acusa, assim, a participação da sociedade na ditadura e a posterior marginalização dos soldados retornados da guerra por representarem uma memória incômoda ao sistema.

Assim como em *Memória de elefante*, “o soldado antuniano é portador de um fardo profundamente paradoxal: a História de Portugal, entre a desmitologização secular e a antecâmara do pós-colonial” (CARDOSO, 2011, p. 250), sendo a sua imagem, mesmo após o final da ditadura salazarista, ainda muito associada à repressão e à colonização da África.

De acordo com o próprio Lobo Antunes, em entrevista concedida a Maria Luisa Blanco (2002), ao ser publicada, a obra *Os cus de Judas* lhe gerou certos problemas e acabou não sendo muito bem recebida por uma parcela da sociedade portuguesa. Seu conteúdo revelava a violência da atuação da Pide, a Polícia Política de Portugal, que trabalhava no exterior e reprimia cruelmente, por meio de tortura e morte, os movimentos de independência dos países africanos.

Segundo o autor, várias editoras se negaram a imprimir o romance que, logo após o lançamento teve forte repercussão e assumiu um caráter bastante escandaloso, tendo em vista que após o final do regime do Estado Novo, toda a sociedade queria esquecer o obscuro período histórico regido por Salazar.

Quando publiquei *Os cus de Judas* tive muitos problemas porque contava algumas coisas, como quando a polícia política chegava onde nós estávamos com os negros e faziam com que o primeiro da fila cavasse a sua fossa, metia-se dentro e o polícia atirava sobre ele, o segundo tapava a fossa, abria a sua, metia-se dentro, outro disparo, e assim por diante. Isso foi um grande escândalo aqui em 1979 porque depois da Revolução toda a gente queria esquecer. (ANTUNES, 2002 apud BLANCO, 2002, p. 153).

Quase no final da noite, já em seu apartamento, na companhia de sua confidente, após uma noite inteira no bar, o médico protagonista, em meio ao seu fluxo narrativo, novamente retoma o questionamento quanto ao alheamento coletivo da sociedade ante a problemática do imperialismo e da Guerra Colonial. O protagonista sente que a sociedade e o governo português criaram uma situação de silenciamento sobre a História pós-colonial contemporânea, ignorando os acontecimentos traumáticos da guerra na África. Ademais, relegaram os personagens desses acontecimentos a um tempo que ficou à margem, não dispendo de voz e de representação. O Estado português, durante e após a ditadura, sempre almejou “desacontecer” a guerra, esvaziando-a de significação (CARDOSO, 2011).

Tudo é real menos a guerra que não existiu nunca: jamais houve colónias, nem fascismo, nem Salazar, nem Tarrafal, nem Pide, nem Revolução, jamais houve, compreende, nada, os calendários deste país imobilizaram-se há tanto tempo que nos esquecemos deles, marços e abris sem significado apodrecem em folhas de papel pelas paredes, com os domingos a vermelho à esquerda numa coluna inútil, Luanda é uma cidade inventada de que me despeço, e, na Mutamba, pessoas inventadas tomam autocarros inventados para locais inventados, onde o MPLA subtilmente insinua comissários políticos inventados. (sic). (ANTUNES, 2010, p. 193-194).

Na narrativa de *Os cus de Judas*, Lobo Antunes se empenha em uma tarefa de crítica ao imperialismo e à ideologia imperialista alimentada pelo regime fascista de Salazar. Apoiado por algumas instâncias legitimadoras, como a Igreja e o peso das tradições das famílias ligadas às classes burguesas, o regime mobilizava os esforços do país em alimentar uma guerra capaz de evitar a independência política e econômica das colônias africanas, a fim de manter o histórico *status* de Portugal como grande império colonial.

A religião e a sociedade burguesa, pilares que sustentavam a propaganda ideológica e opressiva da ditadura, não escapam da acidez do relato do médico protagonista, que as acusa de serem, de certa forma, as entidades mantenedoras do regime e de oferecerem as condições para que ele prosperasse durante os mais de 40 anos em que esteve no poder.

Em diversos momentos da narrativa, o protagonista questiona os motivos que o afastaram de sua vida cotidiana, obrigando-o a abandonar os seus sonhos de juventude, distanciando-o da esposa e da companhia da filha, que nascera enquanto ele estava em Angola, e o levaram a ingressar em uma luta que cada vez mais se revelava desprovida de algum sentido.

Cardoso (2011) comenta que a participação na guerra teve efeitos ideológicos, levando os soldados a se confrontarem com uma nova realidade, antes mascarada pela censura do governo salazarista. A experiência da viagem ao continente africano teve consequências profundas, pois fez com que o soldado português, ocidental, habitante de um país historicamente colonizador, tivesse de travar contato com um novo espaço, com o espaço do outro, sobre o qual, na maioria vezes, somente tinha conhecimento por intermédio das informações divulgadas pela imprensa e pelo governo.

A cada ferido de emboscada ou de mina a mesma pergunta aflita me ocorria, a mim, filho da Mocidade Portuguesa, das Novidades e do Debate, sobrinho de catequistas e íntimo da Sagrada Família que nos visitava a domicílio numa redoma de vidro, empurrado para aquele espanto de pólvora numa imensa surpresa: são os guerrilheiros ou Lisboa que nos assassinam, Lisboa, os americanos, os russos, os chineses, o caralho da puta que os pariu combinados para nos foderem os cornos em nome de interesses que me escapam, quem me enfiou sem aviso neste cu de Judas de pós vermelho e de areia, a jogas as damas com o capitão idoso saído de sargento que cheirava a menopausa de escriturário resignado e sofria do azedume crónico da colite, quem me decifra o absurdo disto, as cartas que recebo e me falam de um mundo que a lonjura tornou estrangeiro e irreal, os calendários que risco de cruces a contar os dias que me separam do regresso e apenas achando à minha frente um túnel infindável de meses, um escuro túnel de meses [...]. (sic). (ANTUNES, 2010, p. 39-40).

Nesta passagem pode-se perceber o sentimento de inconformidade do protagonista ao se encontrar em uma guerra, onde diariamente via morrer seus companheiros, muitos deles jovens iguais a ele, a quem o regime ditatorial obrigou a colaborar a fim de manter ilusoriamente a grandiosidade de Portugal. Percebe-se novamente a crítica às origens burguesas e à figura da igreja que, desde a sua infância, mostrava-se muito presente no seu ambiente familiar.

As cartas vindas de Lisboa, enviadas pela esposa e familiares, revelam-lhe um mundo do qual ele sentia não fazer mais parte; um mundo que fora obrigado a abandonar no passado em razão da guerra, e cujas perspectivas de voltar a fazer

parte dele ficavam cada vez menores, posto que o tempo parecia não transcorrer e o futuro se apresentava quase como impossível e sem esperança.

Segundo o narrador, os 27 meses de participação na Guerra Colonial, combatendo no interior de Angola, foram para ele um período denominado de “aprendizagem da agonia”, quando o convívio com a morte e o sofrimento era cotidiano, e o regresso à pátria natal assemelhava-se ao impossível. E, se realmente possível, era temida a necessária e dolorosa readaptação à vida cotidiana da cidade, com amigos e familiares, que prosseguiu na normalidade após a sua partida.

Algumas semanas após o regresso de Angola, o protagonista visitou suas tias, personagens familiares dotadas de poderosa autoridade, responsáveis por venerar e narrar com enorme entusiasmo o patriotismo e os grandes feitos da história da família. Ironicamente, após cumprir com as suas obrigações impostas pela sociedade burguesa e pelo seu país ao defender a pátria na guerra, tem de ouvir o veredito de que ainda não era finalmente homem, e que a tropa não foi capaz de transformá-lo em uma figura respeitável e digna de ser venerada no panteão dos heróis da família.

Cardoso (2011) afirma que a readaptação dos ex-combatentes não se concretizou, pois os sujeitos viviam vidas duplas, divididas entre o passado perdido na destruidora experiência da guerra e um novo mundo, onde não encontravam a aceitação da sociedade e eram ignorados pelo poder estatal, que os via como uma ameaça, como um resquício da memória ditatorial. Assim como em *Memória de elefante*, o protagonista se vê assombrado pelo peso da tradição histórica, que na figura da família e sociedade, lhe pune e exclui em troca da defesa de um passado monumentalizado pela memória ativa da ditadura salazarista.

Em *Os cus de Judas*, a partir do violento relato do médico protagonista, Lobo Antunes concede voz aos retornados da Guerra Colonial, uma geração silenciada e marginalizada na representação histórica nacional, por ser marcada pelo estigma do período ditatorial e da opressão praticada pelo regime de Salazar.

O trabalho com a literatura, em *Memória de elefante* e em *Os cus de Judas*, permitiu a Lobo Antunes romper com o discurso linear e horizontal da História de Portugal, especialmente ao tornar protagonista de suas narrativas um soldado anônimo, retornado da Guerra Colonial na África. O discurso ficcional se apresenta, assim, como um interessante espaço para uma autorreflexão nacional sobre a



História colonial e sobre o período pós-colonial, igualmente marcados, por repressões e silenciamentos.

### **3.5 *As naus*: a tragédia da descolonização**

Em *As naus*, sétimo romance publicado por António Lobo Antunes, em 1988, romance em que o país é o personagem principal, pode-se perceber que o autor realiza um trabalho de revisão do passado histórico português e da memória imperial. Por intermédio da ficção, o autor aborda o conturbado período da descolonização portuguesa da África, que se iniciou após a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974.

Nesse romance, numa mistura de diferentes tempos e personagens históricos, Lobo Antunes constrói uma sátira corrosiva do império português, evidenciando a tragédia da descolonização e seus severos efeitos para Portugal. Como aponta Seixo (2002), com humor e fantasia, o autor realiza uma deformação divertida da realidade e dos acontecimentos históricos.

Publicado às vésperas das comemorações dos primeiros Descobrimentos portugueses e da adesão de Portugal ao bloco econômico de países da União Europeia, o efeito satírico contido em *As naus* atua, ao mesmo tempo, como uma espécie de homenagem e crítica da memória imperial. Com seu tom burlesco e satírico, o romance é responsável por reescrever a trajetória histórica de Portugal ao avesso, evidenciando o lado cômico e obscuro da nação (SEIXO, 2002).

Na narrativa, diversos personagens marcantes da História nacional durante o período das Navegações e dos Descobrimentos retornam a Portugal na década de 1970, após o final da ditadura do Estado Novo. No decorrer do processo de descolonização dos territórios ultramarinos muitos acabam se entrecruzando nas mais diversas relações e negócios ilícitos.

A cidade para a qual regressam os principais personagens do romance chama-se *Lixboa*, uma alteração proposital do nome verdadeiro da capital portuguesa, promovida pelo autor como forma de demarcar esse novo espaço ficcional, palco onde a História oficial é desnudada e subvertida, frente ao desenrolar das burlescas ações dos miseráveis colonos retornados do agora desmembrado império português.

Seixo (2002) aponta que a subversão do nome da cidade, e a utilização da grafia *Lixboa*, remete o romance a uma significação de continuidade do tempo histórico, relacionando o passado glorioso das Grandes Navegações com o novo tempo pós-colonial português após a Revolução dos Cravos, em 1974. Sendo assim, o universo de conquistas e avanços estaria intimamente associado ao processo de posterior desmanche do império nacional.

Ainda segundo Seixo (2002), *As naus* comporta as duas visões possíveis dos Descobrimentos, propondo uma nova interpretação da História e do processo de descolonização da África. No romance, segundo a autora, “emerge uma questionação incisiva dos valores herdados e da ideologia que os fixa” (p. 177), o que coloca em causa a História, a memória imperial e os acontecimentos da contemporaneidade portuguesa.

Numa narrativa que mescla constantemente o uso da primeira e da terceira pessoa, pode-se acompanhar o desfecho tragicômico dos efeitos da excessiva valorização das conquistas do passado e da colonização. Os grandes navegadores, e diversas figuras marcantes da tradição histórica nacional, regressam anônimos a Portugal, e são obrigados a viver de forma mesquinha e pobre pelas periferias de uma cidade irreconhecível, destruída pela miséria e assolada pelas centenas de milhares de retornados que invadiram o país após a descolonização.

Como forma de evidenciar o drama dos colonos retornados dos territórios ultramarinos da África, após o final do regime salazarista, com a Revolução dos Cravos, Lobo Antunes transforma ícones da identidade e da cultura nacional em vítimas<sup>5</sup> da pobreza e do malfadado sistema político que geriu a nação no período do império e da descolonização.

Muitos dos retornados, como Vasco da Gama, Manuel de Sousa Sepúlveda e Pedro Álvares Cabral, são excluídos por suas famílias e não mais aceitos pela população em geral da cidade. Outros colonos, como o Homem de Nome Luís e o casal da Guiné, vagam pelo inóspito – e para eles estrangeiro – ambiente de *Lixboa*, anônimos, desempregados e sem teto, pois após a Revolução abandonaram na África todos os seus bens.

---

<sup>5</sup> É importante salientar o fato de que em *As naus*, mesmo estando em uma posição de colonos retornados, os navegadores e exploradores muitas vezes não se colocam no papel de vítimas, mas seguem sendo os representantes do imperialismo português, ao tentarem muitas vezes, assim como Francisco Xavier, sobreviver através da exploração alheia e de meios ilícitos.

Os grandes navegadores, líderes religiosos e até mesmo importantes figuras literárias, como o poeta Luís de Camões, são transformados em metáforas de um país que, ao longo da sua História, mergulhou sempre em um processo de contemplação e valorização excessiva de um passado imperialista. No decorrer do tempo este se apresentou como ultrapassado e inconcebível para a verdadeira realidade da pátria.

Em *As naus*, Lobo Antunes substitui a abordagem da experiência individual de um médico ex-combatente, recém-retornado dos conflitos da Guerra Colonial, pela sondagem da experiência coletiva de um país naufragado pelos ideais imperialistas que, após o fracasso do colonialismo e da ditadura salazarista, se vê repentinamente despojado de toda a glória venerada em sua narrativa histórica do passado.

De acordo com Seixo (2008), ao transformar os históricos navegadores e demais ícones da cultura nacional portuguesa em miseráveis e burlescos colonos retornados da África, Lobo Antunes inverte o glorioso sentido dos Descobrimientos portugueses, elevando as conquistas do passado a irrisórios feitos de figuras fragmentadas, anônimas e sem credibilidade.

Projetando nos vultos históricos dos navegadores, escritores, heróis e missionários a inditosa aventura de retorno dos colonos no pós-25 de Abril de 1974, multiplicando neles as marcas do descalabro e da irrisão (físicas e morais), recorrendo a efeitos de burlesco, de sátira e de rebaixamento carnavalescos, inverte António Lobo Antunes o assaz mitificado e glorioso sentido dos descobrimientos portugueses. (SEIXO, 2008, p. 152).

Dentre os colonos retornados, representados no decorrer da narrativa, destaca-se Luís de Camões, o poeta da alma nacional, descrito por Lobo Antunes como o “Homem de Nome Luís, a quem faltava a vista esquerda”. Luís de Camões retorna de Angola após a Revolução, trazendo consigo o caixão de seu pai, vítima de uma bala perdida nos confrontos entre a guerrilha de libertação nacional e as tropas do Exército colonial português.

Durante a viagem de regresso a *Lixboa* (apesar de a viagem não se tratar de um regresso na acepção total do termo, pois ele menciona não conhecer pessoalmente a capital do *reyno*, mas somente ouviu falar e imagina a grandiosidade e imponência da metrópole europeia), faz amizade com um homem chamado Dom Miguel de Cervantes Saavedra. Trata-se de um antigo soldado

espanhol que vivia do ramo da jogatina, em Moçambique, e que estava retornando a Madrid a fim de completar seu romance, intitulado *Dom Quixote*.

Também, viaja com um ex-navegador, aposentado de uma fábrica de rótulos de cerveja, chamado Vasco da Gama, o primeiro comandante da frota portuguesa a navegar da Europa para a Índia. Este também retorna a Portugal, para a sua cidade natal, Vila Franca de Xira, onde espera reencontrar familiares e acaba encontrando seu amigo íntimo, o rei D. Manoel. Durante a viagem, mostra fotografias de sua vida para o novo amigo Homem de Nome Luís e narra o descobrimento da rota marítima para a Índia.

[...] se instalava ao meu lado no beliche a exhibir fotografias antigas coladas num caderno de escola, Aqui sou eu no cavalo de pasta aos quatro anos. O terceiro a partir da esquerda sou eu na tropa em Trancos. Esta tirou-me o meu irmão Paulo quando descobri o caminho marítimo para a Índia. Agora, que engraçado, repare, estou com os colegas da secção de rótulos da fábrica de cerveja, por sinal que me ofereceram uma caneta com aparo de ouro e um diploma encaixilhado. Que pena, ó Gama, já não trabalhares cá, o reformado que se alongava em episódios sem fim da sua juventude de sapateiro em Vila Franca. (sic). (ANTUNES, 2011, p. 18).

Os três peculiares personagens passam todo o tempo da viagem a jogar cartas e, ao chegarem a *Lixboa*, perdem inúmeras horas entretidos em intermináveis disputas, enquanto que o Homem de Nome Luís aguarda a chegada de seus móveis restantes, sentado pacientemente sob o tampo do caixão de seu pai, que ele insistiu em conduzir até a Europa, apesar das veementes negativas das autoridades alfandegárias. Após se separarem, o poeta finalmente desiste de aguardar a improvável chegada de seus pertences, certamente extraviados ou roubados durante o percurso até a Europa, e parte para uma epopeia ao longo da descaracterizada cidade, em busca de um sepultamento digno para o corpo de seu pai.

O caixão de seu pai, que ele carrega consigo durante a viagem de Angola até Portugal, desempenha o papel de uma metáfora burlesca da memória imperial portuguesa. Representa um último e inevitável fardo que é inutilmente carregado pelos colonos no seu regresso à Metrópole após a independência dos territórios do ultramar. Na visão de Cardoso (2011, p. 184), “esse caixão representa, aliás, o país, e exala um odor de morte que não se consegue pacificar/sepultar”, representando o desfalecimento do corpo físico e histórico da nação.

Na narrativa construída por Lobo Antunes, a imagem do maior poeta nacional se encontra intimamente relacionada ao fracasso do colonialismo e da valorização de um passado de conquistas, que acabou se apresentando como um fardo inútil e ultrapassado, que ironicamente ainda estava a ser carregado por toda a História e ainda sobrevivia no imaginário nacional português.

Pedro Álvares Cabral, personagem marcante da História nacional, por ser o responsável por “descobrir” o Brasil, em 1500, em *As naus* é um navegador aposentado, que regressa de Angola trazendo consigo a esposa e o filho. Ao chegar a *Lixboa*, ironicamente, sequer é reconhecido pelas autoridades da emigração, que o inquiram sobre a sua procedência e sobre o estranho fato de não possuir nenhum familiar em Portugal.

Os que regressavam consigo, clérigos, astrólogos genoveses, comerciantes judeus, aias, contrabandistas de escravos, brancos pobres do Bairro Prenda, do Bairro da Cuca, abraçados a volumes de serapilheira, as malas atadas com cordéis, a cestos de verga, a brinquedos quebrados, formavam uma serpente de lamentos e miséria aeroporto adiante, empurrando a bagagem com os pés [...] na direção de uma secretária a que se sentava, em um escabelo, um escrívão da puridade que lhe perguntou o nome (Pedro Álvares quê?), o conferiu numa lista dactilografada cheia de emendas e de cruces a lápis, tirou os óculos de ver ao perto para o examinar melhor, inclinado de banda no poleiro de fórmica, passeou o polegar errático no bigode e inquiriu de repente: Tendes família em Portugal?, e eu disse Senhor não, muito depressa [...]. (sic). (ANTUNES, 2011, p. 10).

O fato de Pedro Álvares Cabral, um dos personagens mais famoso da História de Portugal, ser representado como um colono anônimo no momento do regresso à Europa após a Revolução dos Cravos, ressalta o movimento de apagamento do passado e da memória imperial que estava em trânsito na sociedade portuguesa durante o período de transição pós-colonial, estabelecido após 1974. Um dos maiores navegadores, responsável por levar adiante as glórias da nação, ao regressar, é apagado dos registros, como se houvesse simplesmente sido esquecido ou substituído dos registros históricos.

Ao desembarcar em *Lixboa*, sem emprego e sem abrigo, Cabral e sua família são encaminhados pelas autoridades governamentais para o Residencial Apóstolo das Índias, uma espécie de pensão para colonos retornados. A casa é gerida por outro personagem histórico, o Padroeiro do Oriente, Francisco Xavier, que após emigrar de Moçambique, comanda negócios com bares e prostituição em *Lixboa*.

Situada no “declive de um terreno perdido nas traseiras dos prédios entre a embaixada da Itália e a Academia Militar” (ANTUNES, 2011, p. 23), a pensão encontrava-se em péssimas condições, descrita como “uma casa arruinada no meio de casas arruinadas”, e se apresentava como única alternativa oferecida pelo governo revolucionário para alojar quem estivesse reentrando em Portugal.

Francisco Xavier, um dos pioneiros da catequização nas terras recém-descobertas durante as Grandes Navegações, fundador da Companhia de Jesus, considerado o missionário que mais converteu povos ao cristianismo, é representado em *As naus* como o coordenador da decrépita pensão que abriga muitos retornados da África. Lá o pioneiro também agencia, dentre os colonos, mulheres para trabalharem no ramo da prostituição, a fim de que possam saldar as intermináveis dívidas e débitos que ele indevidamente inventa.

Percebe-se, assim, uma crítica à religião católica e sua participação na História do império português, uma vez que, ao invés de converter povos ao cristianismo e buscar a sua instrução, o principal missionário português converte os seus inquilinos à prostituição e os explora indevidamente para alcançar o enriquecimento próprio. Como aponta Seixo (2002, p. 173), “há uma inegável perversão em conferir a S. Francisco Xavier o papel de negociante lúbrico na gerência de uma pensão miserável onde se alojam retornados”, e onde as respectivas mulheres são aliciadas para a prostituição, acentuando, assim, a miséria dos ex-colonos.

Grande parte dos retornados das colônias africanas é hospedada pelo governo no Residencial Apóstolo das Índias, como já mencionado, um edifício em péssimas condições estruturais, cercado pela pobreza e pela destruição da cidade de *Lixboa*. Essa passagem do romance evidencia os problemas sociais e de moradia que acometeram Portugal ao final da colonização, quando mais de 500 mil pessoas retornaram subitamente ao território do país após a independência das colônias.

Essa grande massa de retornados que subitamente invadiu Portugal após o final do regime do Estado Novo evidencia diversos problemas sociais, entre eles a questão da moradia, uma vez que o país não estava pronto para receber um elevado número de pessoas de maneira tão abrupta. O regresso dos colonos portugueses assumiu um papel revelador para a História nacional, evidenciando a transição de um tempo imperial para outro pós-colonial.

Alfredo Margarido, em entrevista concedida a João Paulo Guerra, registrada no livro *Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas* (1996) salienta que o processo de descolonização portuguesa nos países africanos deu-se de maneira traumática e desorganizada, produzindo severas marcas na África e em Portugal.

Foi uma operação de pânico – e não já uma operação racional. A descolonização podia ter sido negociada com grandes organizações internacionais e podia ter ocorrido em condições tais que os retornados pudessem encontrar uma certa estabilidade financeira que lhes faltava. [...]. Assim, foi uma operação de pânico: milhares de pessoas que fogem em pânico, com galinheiros e tudo, segundo a lógica de que o que levam pode não servir para nada mas não fica lá para os pretos. Era uma política de terra queimada para que nada do que fora feito pudesse beneficiar os pretos. Não se dinamitaram as pontes apenas porque ninguém pensou nisso, na altura. (MARGARIDO apud GUERRA, 1996, p. 115).

Os retornados de *As naus*, na viagem à *Lixboa*, temendo perder seus únicos bens, e sabendo que a viagem não se tratava de regresso, mas sim de uma partida sem volta, levavam consigo tudo o que fosse possível. Foi assim que Camões embarcou seus móveis, que jamais chegaram a Portugal, e trouxe o caixão de seu pai a fim de lhe conceder um enterro digno na capital do reino; e com o casal da Guiné, que ao ser informado da Revolução, partiu com a fotografia do casamento e uma antiga máquina de costura.

O casal da Guiné, portugueses idosos e anônimos, que residiram por quase toda a vida na Guiné-Bissau. Ao chegarem a Portugal foram acomodados, como cortesia do novo governo, em um hotel cinco estrelas no centro da cidade, o que representa os desmandos e a burocracia que imperavam no país em relação aos processos que envolviam a descolonização da África. Ao terem notícia da queda do governo, aproveitaram o momento de instabilidade para adquirir uma passagem para *Lixboa*, a fim de abandonar o passado africano e tentar recomeçar a vida na metrópole, de onde saíram muitos anos antes.

Todos os retornados de *As naus* fogem da violência e de possíveis retaliações por parte dos africanos, após eles assumirem definitivamente o controle de seus territórios com a queda do regime ditatorial na Revolução dos Cravos. Muitos deles descrevem o cenário de destruição em que as ex-colônias se encontravam após o término dos 13 anos de conflitos da Guerra Colonial, como no relato do casal da Guiné.

Uma noite escutaram, num vendaval de assobios, a revolução de Lisboa, notícias, comunicados, marchas militares, a prisão do governo, canções desconhecidas, e no dia imediato a tropa parecia menos crispada, os bombardeamentos rarearam, pretos de óculos flamejantes e camisas de feriado instalaram-se nas esplanadas e nos largos no lugar dos brancos. [...]. Os oficiais de tripas puídas debandaram do andar de baixo e tomaram o avião para a Europa. Batalhões completos, convulsos de amibas e lombrigas, com os furriéis a cabecearem de doença do sono logo após a charanga e a bandeira, alçavam-se para navios ferrugentos carregando as suas armas e os seus mortos. Guerrilheiros descalços, de colares ao pescoço e bafo de gato selvagem, passeavam nas escadinhas da cidade chacinando mulatos à baioneta. (sic). (ANTUNES, 2011, p. 36-37).

O seguinte trecho do romance descreve a fuga dos colonos brancos da Guiné-Bissau e o estado de caos que se instalou entre as populações dos territórios ultramarinos após a queda do salazarismo. Após a Revolução, as tropas portuguesas abandonaram os combates da Guerra Colonial e partiram de volta para a Europa, deixando, assim, os ex-colonos europeus em uma terra agora comandada pelos africanos.

Dentre os personagens históricos representados no romance como ex-colonos retornados da África destaca-se, também como um dos protagonistas, o famoso navegador Manuel de Sousa Sepúlveda, conhecido pela História nacional por sobreviver heroicamente a um naufrágio e vagar durante meses pela costa da África até encontrar socorro.

Durante muitos anos Manuel de Souza Sepúlveda viveu em Angola, envolvido em esquemas ilícitos de tráfico de pedras preciosas e diamantes com a Polícia Política Portuguesa, a Pide. Ao regressar sornateiramente a Portugal, com medo de perder privilégios ilícitos após o anúncio da revolução, se vê abandonado e ignorado pelos seus familiares, e acaba por encontrar seu apartamento na praia ocupado por um grupo de miseráveis colonos retornados da África e mendigos em geral, sendo obrigado, assim, a morar no fatídico Residencial de Francisco Xavier.

Diogo Cão, o primeiro navegador português a desbravar a costa sudoeste da África, também morador do Residencial Apóstolo das Índias, vive na completa resignação, corrompido pelo vício do álcool, após regressar de Luanda. A monarquia portuguesa queria se livrar do seu comportamento indesejado de percorrer Lisboa, embriagado, em busca de sereias imaginárias, e ordenou que viajasse para a África, a fim de que desempenhasse as irrisórias funções administrativas de fiscal da Companhia das Águas.



A maioria dos moradores do Residencial Apóstolo das Índias julga serem falsas as suas narrativas a respeito de antigas viagens marítimas e descobrimentos, inclusive seu amigo, o também ex-navegador e descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral, com quem divide a bebida enquanto que a esposa trabalha nas casas noturnas de Francisco Xavier para quitar o débito da estadia do casal na decrépita pensão.

Em *As naus*, Lobo Antunes restituiu a humanidade aos ícones da História nacional, desconstruindo sua imagem de seres intocáveis. Grandes navegadores, líderes religiosos e figuras influentes durante o império colonial são transformados em pessoas comuns, repletas de vícios, fraquezas e também imoralidades. Nessa espécie de humanização das figuras históricas, o autor reescreve a monumentalizada memória imperial, acentuando e valorizando questões lateralizadas na narrativa histórica portuguesa, como o lado trágico produzido pelo processo de descolonização.

Segundo Cardoso (2011), em *As naus*, a História é representada e desconstruída de forma carnal e real, na figura dos burlescos colonos retornados, espécies de dejetos e escombros do desmoronar final da grandiosidade do império português. Para ele, no decorrer do romance a “História é negada e/ou menosprezada, apagada dos registros, ficcionalizada e inclusive não escrita” (p. 183).

Em *As naus*, Lobo Antunes se utiliza do caráter discursivo da História e, por meio da literatura, passa a explorá-la, satirizá-la e reinventá-la, substituindo os grandes ícones e suas marcantes conquistas por seres irreconhecíveis, que nadam contra a corrente da evolução histórica. Tais personagens reescrevem, ao avesso, a narrativa de conquistas e avanços, sempre tão valorizada pelo poder estatal português, elevando-a ao irrisório, fazendo-a desacontecer por meio da ficção.

Como aponta Francisco Bethencourt (2003), *As naus* representa uma forma radical de desconstrução da memória imperial. Ao parodiar e subverter os grandes nomes da História nacional, responsáveis pelos descobrimentos e avanços da nação, Lobo Antunes subverte a narrativa histórica nacional, propondo um novo olhar sobre a História do império e sobre o Portugal pós-colonial.

*As naus* é seguramente o romance mais iconoclasta de todos os que se escreveram em Portugal sobre o império. Não existe dignidade possível, não existe grandeza, não existe sequer época dourada, não existe

consequentemente decadência. Tudo se resume a um marasmo interesseiro e medíocre, onde a sobrevivência é a regra. [...] A audácia do autor permite lançar um novo olhar, cáustico, sobre o passado “glorioso” da aventura colonial e o presente marcado pelo “desastre” da colonização. (BETHENCOURT, 2003, p. 70).

Em *As naus*, a ficção de Lobo Antunes lança um olhar cáustico e revelador sobre o passado histórico, evidenciando o desastre da descolonização, que foi responsável por fragmentar de vez a unidade da representação nacional e deixar milhares de pessoas sem voz, sem espaço e sem representação, quase como que “sem História”.

Ao abordar a descolonização, temática interdita na ficção e historiografia portuguesa<sup>6</sup>, Lobo Antunes revela outro lado da nação, representando aqueles que foram silenciados e esquecidos pelo peso da memória imperial. *As naus* segue a tônica da ficção antuniana, no seu compromisso de, por meio do acionamento do discurso da literatura, desbravar os traumas e rupturas que acometeram a sociedade portuguesa durante/após o final do império português, criando, assim, uma memória coletiva sobre o Portugal pós-colonial.

### 3.6 A literatura e os excluídos da História

Os três romances analisados no decorrer desta pesquisa – *Memória de elefante*, *Os cus de Judas* e *As naus* – estabelecem um estreito diálogo com a realidade histórica, e atendem à necessidade coletiva de repensar o passado, oferecendo, por meio do discurso literário, a possibilidade de construção de uma memória coletiva sobre os capítulos finais da dramática derrocada do império português.

Em *Memória de elefante* e em *Os cus de Judas*, a ficção tenta recompor o corpo da experiência coletiva, fragmentado pelo trauma da Guerra Colonial e seus brutais efeitos sobre uma sociedade violentada pela opressão da máquina estatal do Estado Novo. Este, segundo o discurso histórico, buscava se legitimar, encarcerando o presente frente a um passado monumentalizado pela retórica imperialista e fascista do salazarismo.

---

<sup>6</sup> Como aponta Seixo (2002, p. 168), *As naus* (1988) equaciona a problemática do retorno e da descolonização portuguesa da África, temáticas escassamente tratadas em Portugal, “quer na ficção ou no ensaio”.

Pela ficção, Lobo Antunes utiliza a sua experiência individual como ex-combatente do Exército português durante a guerra na África, e oferece, nos seus dois primeiros romances, uma reflexão sobre o drama dos soldados retornados. Por serem representantes de uma memória incômoda, isto é, da memória ditatorial, eles são excluídos do novo tempo pós-colonial português, postos à margem da História e sufocados pela memória opressiva do Estado Novo.

Na contramão dos ventos da História portuguesa, *As naus* é responsável por fazer regressar à ocidental praia lusitana, em uma das maiores migrações do século XX, mais de meio milhão de colonos, que trazem na bagagem, junto com seus pertences, arrumados às pressas para uma viagem sem regresso, cinco séculos de tradição histórica do império colonial português.

Assim como os soldados retornados, os colonos também são excluídos do novo tempo pós-colonial, sendo alijados de sua representação na História contemporânea por estarem no entre-lugar da tradição e do discurso historiográfico nacional. Coube, assim, à literatura, o papel social de retramar suas existências e experiências, questionando o peso do passado por meio da maleabilidade do discurso ficcional.

Neste capítulo foi analisada a relação existente entre os romances de Lobo Antunes e a História de Portugal, salientando, principalmente, o engajamento e o potencial de os mesmos almejarem a construção de uma memória coletiva sobre a História contemporânea e suas rupturas, como a Guerra Colonial, a Revolução dos Cravos e a descolonização da África.

Percebe-se, então, que por intermédio da literatura, Lobo Antunes busca retramar a História portuguesa, oferecendo voz e espaço àqueles sujeitos anônimos e silenciados pela opressão, que foram excluídos da representação pós-colonial. A literatura antuniana, de maneira cáustica e melancólica, procura dissipar os últimos fantasmas do império português, sepultando o passado e vislumbrando o Portugal contemporâneo.

## 4 Império e imaginário: o Portugal antiépico

*“[...] que esquisito como as coisas horríveis se nos pegam, viscosas à memória”.*

(ANTUNES, António Lobo. **Fado Alexandrino**, 2002).

### 4.1 O Império como ficção

Para que se possa colocar em prática um grande objetivo, ou se lançar em uma nova jornada, é preciso, primeiramente, imaginar. Criar as possibilidades, ajustá-las à realidade, planejar o futuro, ou seja, é preciso ficcionalizar, inventar caminhos, pois todas as grandes empreitadas do homem, seja nas ciências, na política ou nas artes, nascem do desejo de evolução e da curiosidade do novo. Portugal não foi diferente, pois a fim de colocar em prática o seu histórico projeto imperialista de conquistas e avanço da nação, o primeiro passo foi imaginar-se no centro do planeta.

Instalado geograficamente no extremo ocidente da Europa, ao sudoeste da Península Ibérica, tendo como únicos vizinhos a Espanha e a vastidão de possibilidades oferecidas pelo Oceano Atlântico, Portugal sempre viveu de forma solitária, embebido em seus projetos e sonhos de expansão territorial que lhe garantiriam a afirmação frente às demais potências imperialistas europeias, como Inglaterra, França e a própria Espanha.

Durante os séculos XVI e XVII, Portugal viveu os anos dourados do seu império, conduzindo a humanidade – entenda-se a Europa – na marcha das Grandes Navegações e dos Descobrimentos, responsáveis por abrir “novos mundos”, novas possibilidades e estabelecer espaços e comércios. A tradição de povo navegador e valente, capaz de se lançar ao desconhecido em aventuras marítimas a fim de descobrir novas terras foi, ao longo do tempo, se cristalizando como característica constituinte da identidade nacional portuguesa.

O pioneirismo português no ramo dos Descobrimentos durante o Renascimento europeu no século XVI fez com que o país assumisse um papel de

destaque no concerto europeu. Seu ímpeto pela descoberta, pela conquista e pelo avanço incorporou profundamente a essência daquela época histórica, quando o homem buscava explorar as potencialidades e a independência do espírito humano.

Como aponta Ribeiro (2004), ao longo da História Portugal desenvolveu uma imaginação de centro, colocando a expansão do seu império como objetivo crucial para a sua afirmação perante os seus vizinhos europeus. Tal fato fez com que o país passasse a viver e a imaginar tudo em função de si próprio, afastando-se, dessa forma, do restante das nações europeias.

Essas imaginações de centro correspondem à criação de discursos e representações, “mormente baseadas numa saudade ou ansiedade coletiva de grandeza, sob a qual se ocultam ou disfarçam vivências de periferia” (RIBEIRO, 2004, p. 28). Portugal, então, mergulhou intensamente na imaginação do império que lhe garantiria posição central, o que, ao longo do tempo, acabou por conduzi-lo a uma situação periférica e atrasada, cultural, científica e economicamente em relação ao restante do continente.

De acordo com Ribeiro (2004), durante o processo de abertura do mundo, iniciado pioneiramente pelos portugueses, o país foi gradualmente descentrando-se e espalhando-se ao redor do globo terrestre, escrevendo assim sua História fora da órbita europeia e metropolitana.

[...] nesta abertura de “novos mundos ao mundo” eurocentricamente conhecido, os portugueses foram descentrando o seu centro, escrevendo a sua história fora da órbita europeia e mesmo metropolitana, desenhando outros centros na sua história e nas suas vidas, geográfica, mental e ficcionalmente traçados desde a Índia ao Extremo-Oriente da África ao Brasil, o que os foi tornando “europeus de espécie complicada”. (RIBEIRO, 2004, p. 32).

Um exemplo da forma como Portugal imaginava ser um país detentor de direitos históricos e centrais sobre o planeta pode ser encontrado no Tratado de Tordesilhas onde, conjuntamente com sua vizinha ibérica, a Espanha, delimita ficcionalmente a divisão do globo terrestre e a futura posse das terras a serem porventura “descobertas no novo mundo”.

Segundo Lourenço (2001), a assinatura do Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha assinala a histórica e contínua superioridade da Europa frente aos outros continentes. O Tratado nada mais é do que a afirmação eurocêntrica de

posse, dominação e superioridade cultural e econômica sobre o restante do mundo à época.

Na esteira dos portugueses e dos espanhóis, também ingleses, franceses, holandeses, alemães, escandinavos, russos abandonaram os velhos parapeitos europeus evocados no “*Bateau ivre*” para se lançarem nos outros continentes, em nome do comércio, da sede de poder, da curiosidade, do proselitismo religioso, da exploração da riqueza e do trabalho alheio, uma vez que tudo isso estava incluído na saga da expansão da Europa fora de si mesma. (LOURENÇO, 2001, p. 56).

Lourenço (2001, p. 45) ressalta que essas saídas da Europa para o mundo receberam “os belos nomes de ‘expansão’, de ‘conquista’, de ‘colonização’”, mas, na realidade, representavam simplesmente uma consequência natural da extensão do capitalismo mercantil do Ocidente. No caso português, as navegações e a colonização foram sempre mascaradas e revestidas discursivamente como missões civilizadoras e humanitárias, uma justificativa nobre para a necessária expansão da fé Cristã no mundo.

Lourenço (2001) aponta, ainda, que os Descobrimentos foram responsáveis por instalar Portugal em um novo tempo, conflituoso, onde ambigualmente se assumia como protagonista dos avanços do Ocidente e como um país periférico, atrasado econômica e culturalmente. Entre uma imagem e outra, o imaginário nacional escolheu identificar-se com o papel principal, utilizando-o como uma espécie de oásis, um refúgio, onde poderia se abrigar do real confronto com as demais potências do continente.

Com os Descobrimentos e as suas consequências – estabelecimentos na costa da Índia, em Malaca, na China, povoamento de ilhas atlânticas, sobretudo, colonização e povoamento do Brasil, mais tarde ou simultaneamente presença em Angola, Guiné, Moçambique – Portugal entrou num tempo histórico que lhe alterou não só o antigo estatuto de pequeno reino cristão peninsular, entre outros, mas a totalidade da sua imagem. Em sentido próprio e figurado passou a ser dois, não apenas empiricamente, mas espiritualmente. (LOURENÇO, 1999, p. 95).

O imaginário nacional português fundamentou-se sempre sob as bases da noção de expansão territorial e econômica do império. Como aponta Ribeiro (2004), as descobertas e as navegações portuguesas, empreendimentos pioneiros na Europa, inscreveram-se de forma contundente na formação e manutenção da identidade nacional portuguesa ao longo de toda a História.

O império sempre serviu para Portugal como uma espécie de refúgio, onde podia se manter abrigado do confronto com a Europa, que lhe devolvia perturbadoras imagens de país periférico e atrasado econômica e culturalmente. Santos (2010) complementa apontando que o colonialismo português, historicamente, sempre ocupou uma posição semiperiférica no concerto mundial, tendo em vista que Portugal exerceu constantemente um papel de subalternidade frente aos demais modelos imperialistas, principalmente o modelo hegemônico, fornecido pelo Império Britânico.

O colonialismo português, sendo protagonizado por um país semiperiférico, foi, ele próprio, semiperiférico, um colonialismo com características subalternas, o que fez com que as colônias fossem colônias incertas de um colonialismo certo. Esta incerteza decorreu, tanto de um déficit de colonização – a incapacidade de Portugal para colonizar segundo critérios dos países centrais – como de um excesso de colonização, o facto de as colônias terem estado submetidas especialmente a partir do século XVIII, a uma dupla colonização por parte de Portugal e, indirectamente, por parte dos países centrais (sobretudo a Inglaterra) de que Portugal foi dependente (por vezes de modo quasi-colonial). (sic). (SANTOS, 2010, p. 228).

Santos (2010, p. 230) argumenta ainda que o imperialismo português constituiu-se de maneira “específica”, devido ao fato de Portugal ocupar uma posição semiperiférica em relação à Europa e, mesmo assim, ser responsável por manter a posse de territórios na África e na Ásia, como forma de utilizá-los mais como uma espécie de complementação e restauração identitária do que como um espaço explorado diretamente por modelos capitalistas apresentados pelos demais impérios do continente europeu.

O império português, na visão de Santos (2010), foi marcado por um constante desequilíbrio, por um excesso de colonização e, ao mesmo tempo, por um *déficit* de colonização. Ou seja, apesar de a noção de império ocupar lugar central no imaginário nacional português, por razões políticas e econômicas, o país não conseguia desenvolver sua relação com os territórios ultramarinos da mesma forma que o imperialismo hegemônico. Como exemplo, pode-se citar a Inglaterra que, em relação às suas colônias, procurava unir o empreendimento imperialista com a expansão do capitalismo industrial. O império português, conclui-se assim, existia mais como imaginação do que como fórmula real, mais como refúgio do que como empreendimento.

Ribeiro (2004) ressalta o caráter imaginário e ficcional existente na construção de todos os impérios. Segundo a autora, “todos os impérios são, em grande parte, imaginários ou ficções políticas de nações que se excedem a si mesmas” (p. 27). Assim, o Império, segundo a autora, é permeado e se sustenta por meio de discursos e narrativas que, embasadas na tradição do passado histórico e nos adjetivos idealizados da expansão, participam ativamente do processo de manutenção da ideologia e do imaginário imperialista.

Benedict Anderson (1989, p. 16) constata que as nações são “comunidades imaginadas”, concebidas como comunidades soberanas e limitadas, onde os seus membros estabelecem “um companheirismo profundo e horizontal”. Elas são imaginadas, pois existe viva e compartilhada entre os seus membros uma imagem de comunhão, que os torna homogêneos e pertencentes ao grupo. Segundo essa imagem, todos dispõem de um mesmo passado, um mesmo presente e caminham para uma mesma direção no futuro.

Quanto ao caráter ficcional que permeava a essência do império português, Lourenço (2013, p. 25) aponta que Portugal sempre foi “uma pequena nação que desde a hora do nascimento se recusou a sê-lo sem jamais se poder convencer que se transformara em grande nação”. Ademais, toda a grandeza de que historicamente revestiu seu imaginário nas manifestações culturais e narrativas “era, concretamente, uma ficção”.

A cultura e as diversas narrativas criadas e veiculadas sobre a nação participam ativamente desse processo de “imaginação” imperial. A cultura, porém, desempenha um papel central na criação, coesão e avanço das noções imperialistas, como aponta Edward W. Said (2011, p. 12): “a cultura, neste sentido, é uma fonte de identidade e, aliás, bastante combativa”, estabelecendo uma íntima associação com o imaginário.

As nações, como salienta Stuart Hall (2014, p. 30), “produzem sentidos” e desempenham o papel de “um sistema de representação cultural” responsável por criar e estabelecer aquela imagem que Anderson (1989) aponta como definidora das comunidades e geradora do processo de companheirismo entre os seus integrantes.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais



podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2014, p. 31).

O discurso literário pode ser considerado, então, como proveniente do universo cultural de um determinado povo, sendo responsável por, dialogicamente, participar de um processo de construção e representação do imaginário coletivo. Assim, a Literatura, enquanto discurso proveniente e constitutivo da cultura, participa do processo de criação e manutenção da identidade nacional.

#### 4.2 Camões e a formação do imaginário nacional

Ao longo da História, percebe-se que Portugal utilizou uma das narrativas mais célebres da Literatura de Língua Portuguesa, *Os Lusíadas*, como fonte de inspiração e de embasamento da identidade e do imaginário imperialista nacional. A épica camoniana desempenha uma função-chave no processo de constituição do imaginário nacional, por ser a narrativa da “alma” portuguesa e por apresentar as glórias da nação durante o período das Grandes Navegações.

Publicado pela primeira vez em 1572, *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, sempre assumiu posição central na literatura nacional, convertido “desde então não só na referência mística da cultura portuguesa, mas de toda a vida portuguesa.” (LOURENÇO, 1999, p. 57). Ao longo do tempo, serviu como fonte de inspiração e de objeto cultural e ideológico representativo e, também, como forma de defesa da histórica essência imperialista de Portugal.

Ribeiro (2004) comenta que a epopeia camoniana assume o discurso fundador da identidade nacional por representar o processo de expansão ocidental, do qual Portugal foi o protagonista na ordem eurocêntrica durante o século XVI. Em *Os Lusíadas*, “Portugal é a nação predestinada a dar ‘novos mundos ao mundo’, convertida na terra eleita por Deus, destinada a dominar o mundo como uma nova Roma.” (p. 38).

*Os Lusíadas* se assume como o discurso fundador da identidade de uma pátria em expansão que dinamicamente se procura entre a Europa a que pertence e “as novas partes do Oriente” que deseja, entre o arrojo e heroísmo dos seus homens e a consciência das suas fraquezas e perversidades. Por isso, *Os Lusíadas* simbolizam a gloriosa voz onde a imagem nacional e imperial se fundem [...]. (RIBEIRO, 2004, p. 40).

Ao se referir à épica camoniana, Lourenço (2013) comenta que *Os Lusíadas* são a representação do imaginário imperialista português. Segundo ele, a narrativa é responsável por dar voz a todos os sonhos e ideais valorizados pelo imaginário nacional. Ainda conforme Lourenço (2013, p. 26), “da nossa intrínseca e gloriosa ficção *Os Lusíadas* são a ficção” representativa da imagem que Portugal nutria de si próprio.

A imagem do próprio Camões é uma fonte de inspiração para o imaginário imperialista português. Como soldado, passava grande parte da vida viajando entre as colônias do reino na Ásia e a capital europeia. Conta a História que durante suas viagens e confrontos com piratas em defesa das esquadras portuguesas, teria heroicamente sobrevivido a um naufrágio, perto da foz do rio Mecom, na China, onde, além de se salvar conseguiu resgatar intactos os originais de *Os Lusíadas*.

Nos seus versos, Camões retoma a epopeia clássica de acordo com o padrão formado por Homero, dividindo o poema em três partes: introdução, narração e epílogo. A retomada do gênero épico clássico corresponde a uma tendência do Renascimento, que via na exploração dos saberes e modos de vida da Antiguidade clássica uma forma de convivência com o “novo mundo”, espaço em constante expansão terrestre e cultural.

Em *Os Lusíadas* encontra-se a narração da aventura de um povo que, por força de suas virtudes, decide abandonar a estreita faixa de terra onde historicamente habita e parte em uma viagem pelos mares, comandados por Vasco da Gama em busca de novas terras e da rota marítima para a Índia. Não tarda para que tal aventura seja contestada por alguns deuses do Olimpo, que entendem tal empreitada como uma ameaça a suas glórias.

Baco e os deuses dos mares, como Netuno e Adamastor, opõem-se às navegações lusitanas, temendo que seus próprios feitos sejam esquecidos pela bravura e conquistas dos portugueses – eles entendem o gesto como uma afronta ou uma tentativa de o homem mortal tentar igualar-se aos seus poderes mitológicos. Mas a audácia de seus objetivos rende também aliados, como Vênus, deusa da beleza, que parte em defesa dos navegadores, auxiliando-os a se livrarem das emboscadas e perigos que encontram ao longo de sua épica travessia.

Cessem do sábio Grego e do Troiano  
 As navegações grandes que fizeram;  
 Cale-se de Alexandre e de Trajano  
 A fama das vitórias que tiveram;  
 Que eu canto o peito ilustre Lusitano,  
 A quem Netuno e Marte obedeceram.  
 Cesse tudo o que a Musa antiga canta,  
 Que outro valor mais alto se levanta. (CAMÕES, 2013, p. 18).

Uma leitura ideológica do poema revela os interesses imperialistas de que se reveste o ato de desbravar novas terras. A narrativa é permeada por descrições do Oriente como espaço repleto de perigos, habitado por selvagens, os mouros, que muitas vezes são influenciados pelos deuses e servem como objetos para pôr em prática suas armadilhas e evitar as conquistas e o avanço dos portugueses.

Vês Europa Cristã, mais alta e clara  
 Que as outras em polícia e fortaleza.  
 Vês África, dos bens do mundo avara,  
 Inculta e toda cheia de bruteza,  
 Co Cabo que até aqui se vos negara,  
 Que assentou para o Austro a Natureza.  
 Olha essa terra toda, que se habita  
 Dessa gente sem Lei, quase infinita. (CAMÕES, 2013, p. 306).

Em *Os Lusíadas*, Portugal é o país navegador, que desbrava os perigos e mistérios dos mares, opondo-se aos deuses, e conduzindo de maneira pioneira a fé cristã e a tradição do continente europeu para terras longínquas, povoadas por seres brutos como são descritos os habitantes de origem muçulmana das terras do Oriente. A epopeia narra o contato do europeu, católico e civilizado, com a experiência do “outro”, do diferente, exaltando o sentimento de superioridade que historicamente o europeu nutria frente à África, por exemplo, durante a colonização e o imperialismo.

Como aponta Said (2011), esses discursos criados pelos europeus ocidentais sobre o Oriente são permeados por estereótipos e preconceitos, e acabam por revelar o sentimento de superioridade que a Europa nutria frente ao “novo mundo”. Descrever as novas terras como locais dominados por bárbaros e primitivos, sem cultura ou leis, faz parte de uma estratégia do colonizador para justificar a dominação, como forma de lhes levar a civilização e a fé, a fim de livrar esses povos da escuridão existencial.

O que há de marcante nesses discursos são as figuras retóricas que encontramos constantemente em suas descrições do “Oriente misterioso”; os estereótipos sobre o “espírito africano” [...], as ideias de levar a civilização a povos bárbaros ou primitivos, a noção incomodamente familiar de que se fazia necessário o açoitamento, a morte ou um longo castigo quando “eles” se comportavam mal ou se rebelavam, porque em geral o que “eles” melhor entendiam era a força ou a violência; “eles” não eram como “nós”, e por isso deviam ser dominados. (SAID, 2011, p. 9-10).

O Ato Colonial português, documento que buscava legitimar o domínio português sobre as colônias e povos africanos, publicado em 1930, já durante o regime do Estado Novo, pregava igualmente a ideia de que os povos nativos das colônias ultramarinas deviam ser “protegidos”, e que caberia a Portugal o histórico direito, embasado na fé cristã, de possuir seus territórios, a fim de que pudesse ajudá-los a progredir. O Ato Colonial decidia, também, os direitos e deveres dos povos africanos, sem levar em consideração as diferenças étnicas, religiosas e culturais, homogeneizando-os para implantar a sua dominação econômica e territorial.

Durante o Estado Novo, o regime buscou utilizar, ideologicamente, a leitura da épica camoniana e uma série de discursos, como o Ato Colonial, como forma de justificar a colonização da África. Apoiando-se nos discursos advindos da tradição histórica e constituintes da identidade nacional, como a valorização da figura dos navegadores e dos primeiros descobrimentos, o regime buscava, por meio do cerceamento da manifestação cultural, promover e garantir a sua estabilidade.

Em artigo publicado em 1972, dois anos antes da Revolução dos Cravos e do início da descolonização, Lourenço aproveita o fato de o Estado iniciar as comemorações públicas pelos 400 anos de publicação de *Os Lusíadas*, para divagar sobre a forma como o regime utilizava, ideologicamente, um discurso construído no século XVI como forma de se legitimar no século XX.

De todas as tentativas de assimilação e apropriação pelo presente do capital afectivo e ideológico que certas figuras do passado representam, nenhuma parece mais legítima e natural do que a que tem Camões como objeto. Celebrando-o, a nós, como entidade colectiva, nos celebramos. Mas, por isso mesmo, celebração alguma é mais melindrosa nas suas formas e no seu espírito do que aquela que por definição pretende comemorar a obra onde todos temos parte. Quer dizer que não podemos comemorar-nos nela uns mais do que outros e, ainda menos, uns contra os outros. (sic). (LOURENÇO, 2013, p. 149).

Como aponta Lourenço (2013), ao celebrar a figura de Camões e de sua obra, o Estado criou uma forma de celebração em que o povo português fosse homogeneizado. A epopeia se caracterizava justamente na narração dos fatos gloriosos do passado nacional, pela valorização das origens e pelo isolamento da contemporaneidade, marcado por uma distância épica absoluta.

O gênero épico serviu de embasamento ideológico ao regime do Estado Novo devido ao fato de remeter a um passado absoluto, onde a intervenção da experiência individual era inacessível e desnecessária, onde tudo era perfeito e acabado, sem aberturas para o presente ou visualizações para o futuro. Segundo Bakhtin (1998, p. 408), “o mundo épico do passado absoluto, por sua própria natureza, é inacessível à experiência individual e não admite pontos de vista e apreciações pessoais”.

Na epopeia, o indivíduo era apagado pelos feitos históricos que remontam às origens de um povo. Ideologicamente, uma narrativa capaz de silenciar as subjetividades individuais, em nome da coletividade e do passado heroico, é um importante instrumento de doutrinação do imaginário coletivo, ressaltando somente o tempo das glórias e não a contemporaneidade, na época, marcada pela Guerra Colonial e pela opressão ditatorial de um regime que se sustentava sobre as bases do imperialismo.

A primeira vista “a Epopeia” justifica as interpretações mais desvairadas de nacionalismo e através delas a confiscação e exploração vergonhosa do capital ético e ideológico de *Os Lusíadas* em favor da particular forma de maniqueísmo político que nelas se apoia. Lido num abstracto e irreal presente, o Poema que assim se desloca do lugar e do tempo onde cobrou sentido, presta-se mais, com efeito, para ditirambos e *slogans* de cruzada imperial que para revolucionários impulsos. (sic). (LOURENÇO, 2013, p. 151).

Segundo Lourenço (2013), a celebração da obra camoniana deslocada de seu contexto original, como forma de revestir um presente sombrio com o manto da epopeia, com a atemporalidade e continuidade fornecidas pelo gênero épico, é uma forma de maniqueísmo político implantado pelo salazarismo. Por intermédio de seus discursos e da apropriação ideológica de figuras e fatos da História, o sistema almejava transparecer uma imagem de governo que buscava o constante avanço da nação, sem nunca perder de vista as bases da tradição cultural e identitária portuguesa.

### 4.3 Independência do Brasil e *Ultimatum*: o império como refúgio

A independência do Brasil ocorrida no começo do século XIX foi responsável por provocar uma ruptura no imaginário imperialista nacional, constituindo-se numa “grande fractura na imagem de Portugal” (sic) (RIBEIRO, 2004, p. 55) de maneira interna e externa. Também, uma fratura econômica e identitária, que levava o país a se confrontar com uma situação periférica no eixo geopolítico europeu, uma vez que a economia e a possessão de seus territórios na África encontravam-se intimamente associados ao comércio brasileiro, baseado profundamente no tráfico de escravos para as plantações e regimes de exploração na colônia da América do Sul.

Ribeiro (2004, p. 55) comenta que a perda do Brasil está “na origem das grandes modificações sociais que atravessaram o século”, responsável por instalar no país uma sensação de esvaziamento imperial, que deveria ser preenchida e solucionada com a manutenção da imagem de Portugal como nação essencialmente imperial. Como menciona a autora, após a independência do Brasil, Portugal necessitava de “um novo espaço que compensasse, a seus olhos e aos dos outros, o seu pouco peso na ‘Balança da Europa’” (p. 55).

Após a independência do Brasil, a maior província ultramarina, ocorre o *Ultimatum* britânico, em 1890, que frustra os planos portugueses de estabelecer mais um grande avanço de seu império. A partir daí, o imaginário coletivo sofreu uma dura ruptura, e Portugal se voltou imediatamente para a exaltação dos recursos do passado e da tradição nacional, isolando-se, assim, nos territórios que ainda lhe restavam na África e na Ásia.

Após a Conferência Internacional de Berlim, realizada em 1885, que debateu e definiu o domínio europeu sobre os territórios africanos, Portugal começou a desenvolver o seu projeto, conhecido como *Mapa cor-de-rosa*, proposta em que o país pretendia avançar seus domínios territoriais pela África Central, ligando de costa a costa, Angola e Moçambique. Tal proposta visava garantir o resgate do histórico passado vitorioso da nação, e recolocar o país em uma posição central no eixo geopolítico global após a perda do Brasil.

Externamente, visava afirmar e consolidar a soberania Portuguesa sobre os seus territórios africanos e assegurar a independência de Portugal como pequeno estado europeu, mas imperial; internamente, pretendia apontar a África como sua via privilegiada para a regeneração da nação levando assim Portugal ao reencontro do fio condutor da sua identidade há décadas

indefinida entre uma tradição imperial dilacerada, pela perda do Brasil e do comércio do Atlântico Sul, e uma renovação, consubstanciada entre uma ambígua miragem da Europa e uma reestruturação das antigas formas de imperialismo que tinham caracterizado a ocupação portuguesa de África. (RIBEIRO, 2004, p. 73).

Como aponta Ribeiro (2004), a proposta portuguesa de ampliar seus domínios territoriais na África visava não somente consolidar a posição imperialista de Portugal no cenário europeu, mas também funcionava como uma medida capaz de recuperar a identidade nacional, fragilizada após a perda do Brasil. O imaginário nacional volta-se, então, com todas as forças para um futuro africano, até que os ingleses, em 1890, repentinamente, frustram o grande projeto de expansão nacional.

Quando em 1890 a Inglaterra, mãe de impérios, da ciência e da democracia, nos envia o seu *ultimatum*, o psicodrama cultural protagonizado pela nossa *intelligentsia* ruiu como um castelo de cartas. O imperialismo europeu reduziu-nos à nossa expressão subalterna, como oito anos depois o seu herdeiro americano despojava a grande Espanha dos restos do seu império. De súbito, nós que já não tínhamos nem verdadeiro império nem imaginário imperial desde os princípios do século, com a natural independência do Brasil, acordamos para o império africano até então desprezado, e aí buscamos uma imagem de nós mesmos que nos compensasse da pouca ou nenhuma imagem europeia. (LOURENÇO, 1999, p. 129).

O imaginário coletivo passou, então por um processo de reinvenção, investindo suas atenções na África, a fim de afastar a sombra de uma derrota histórica. Assim como no *Ultimatum*, a derrocada nacional protagonizada por D. Sebastião, em Alcácer Quibir, constitui um acontecimento traumático, uma ruptura na identidade nacional, que obriga Portugal a procurar exílio em seus espaços imperiais. O fato não se repetiu em 1974, quando após os 13 anos de conflito na África, a Revolução e a descolonização marcaram o final da aventura imperial portuguesa.

Ribeiro (2004) aponta que a proposta portuguesa de concretizar o ideal do *Mapa cor-de-rosa* não passava de uma espécie de ilusão coletiva, uma estratégia utilizada pelo governo como forma de suprir o esvaziamento causado no imaginário nacional a partir da independência do Brasil no início do século XIX. O Império seria uma espécie de sonho, capaz de afugentar os fantasmas da subalternidade econômica, política e cultural em que o país se encontrava submerso no fim do século.

No competitivo contexto europeu da “corrida para África”, esta proposta tornou-se a expressão de uma ilusão. Era, na verdade, a representação invertida de uma carência portuguesa em dois sentidos: face à sua imagem imperial, abalada desde a perda do Brasil, e face à Europa. Por isso, esta política alicerçava-se, por um lado, pretendendo recuperar na África a grandeza territorial brasileira e a alma portuguesa do século XVI em que Portugal estava no centro do mundo e guiava a Europa [...]. (RIBEIRO, 2004, p. 75).

A partir do *Ultimatum* até a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974, a África constituiu-se no último refúgio do imaginário imperial português. Segundo Lourenço (1999, p. 129), a “África tornou-se o horizonte incontornável do nosso destino como destino predestinadamente colonizador. E oniricamente imperial.” A partir do império africano, Portugal podia se imaginar como um país com presença central na economia e na cultura da Europa e do mundo.

Conforme Ribeiro (2004), o *Ultimatum* britânico acabou por ser responsável por ressaltar a fragilidade da identidade portuguesa após a independência do Brasil, e por levar ao fim o sonho nacional de se expandir acentuadamente na África. Segundo a autora, o *Ultimatum* tornava “irremediavelmente evidente, por um lado, a posição periférica de Portugal na Europa e, por outro lado, que a nação havia chegado ao extremo da decadência.” (p. 80).

A percepção de perda da imagem imperial, que desde os anos 20 assombrara a nação, assumia-se agora em dois sentidos: num sentido objetivo de perda dos territórios que compunham o império; num sentido subjetivo, ligado à perda de identidade nacional inerente à perda imperial, que dominou o imaginário político e literário a curto e a longo prazo. (RIBEIRO, 2004, p. 84).

Santos (2010) comenta que, historicamente, Portugal sempre viveu uma ambiguidade identitária em relação ao seu império. Segundo ele, Portugal constantemente alternou posições entre Próspero e Calíban, ou seja, entre ser colonizador e ser, ao mesmo tempo, colonizado e subalternizado pela Europa. Este movimento de fuga total para as colônias africanas após a negativa da poderosa Inglaterra, segundo o autor, representa uma atitude de Próspero por parte dos portugueses, que buscavam mascarar a situação delicada em que viviam em contraste com o avanço europeu e capitalista sobre os territórios africanos.

O momento de Próspero dos portugueses no virar do século XIX foi um momento excessivo em relação às suas condições de possibilidade. Fortemente condicionado pelas pressões internacionais do pós-partilha da



África, o colonizador português não podia, contudo, romper inteiramente com a longa duração histórica da interidentidade entre Próspero e Caliban. Revelou-se, assim, um Próspero inconsequente e subdesenvolvido. (SANTOS, 2010, p. 271-272).

O despreparo econômico e político português, na visão de Santos (2010), fez de Portugal um país semiperiférico, possuidor de um império igualmente semiperiférico, constantemente assombrado pelos vizinhos europeus, principalmente pela ambígua aliança do país com a poderosa Inglaterra, que em muitas oportunidades pressionava Portugal “através de mecanismos como condições de crédito e tratados internacionais desiguais.” (p. 230).

Portugal foi sempre obrigado a se equilibrar entre duas imagens, isto é, de país protagonista dos Descobrimentos e das Grandes Navegações, responsável por conduzir a Europa ao desconhecido; e de país semiperiférico, que vivia à sombra de pactos e alianças que lhe garantiam, de maneira quase que provisória, a posse de seus territórios ultramarinos, fontes inspiradoras do imaginário nacional, capazes de lhe proporcionarem uma autoimagem de centralidade. Aos portugueses, na visão de Santos (2010), restou o espaço da liminaridade, o espaço-tempo existente na divisão entre ser ou não um país imperialista de primeira linha.

Os portugueses nunca puderam instalar-se comodamente no espaço-tempo originário do Próspero europeu. Viveram nesse espaço-tempo como que internamente deslocados em regiões simbólicas que lhes não pertenciam e onde não se sentiam à vontade. Foram objeto de humilhação e de celebração, de estigmatização e de complacência, mas sempre com a distância de quem não é plenamente contemporâneo do espaço-tempo que ocupa. Forçados a jogar o jogo dos binarismos modernos, tiveram dificuldades em saber de que lado estavam. Nem Próspero nem Caliban, restou-lhes a liminaridade e a fronteira, a interidentidade como identidade originária. (SANTOS, 2010, p. 156).

O *Ultimatum*, como aponta Ribeiro (2004), trouxe a Portugal a noção de subalternidade, pois assim como em Alcácer Quibir, o país se viu marginalizado frente às grandes potências imperiais da Europa. A ameaça britânica referente às pretensões portuguesas em concretizar o projeto de estender seu domínio pelo continente africano acabou por causar uma ruptura no imaginário nacional, obrigando o país a se fechar novamente sobre as suas colônias como forma de recuperar o histórico *status* de grande nação.

Nem todos os setores da sociedade portuguesa, porém, estavam de acordo com essa nova “compensação” do imaginário imperial. A Geração de 70, formada

em Coimbra e integrada por escritores e intelectuais como Oliveira Martins, Alexandre Herculano e Eça de Queirós apresentou-se, como sugere Ribeiro (2004), como responsável por lançar um discurso devastador sobre a retórica imperialista que, apoiada na tradição histórica, visava restabelecer a identidade portuguesa a partir da extensão do imperialismo e do domínio de possessões na África.

A Geração de 70 proporcionou, por meio de suas produções críticas e ficcionais, um espaço para as “ideias centrais que estariam na origem de uma nova forma de pensar o sentido da existência da nação e, sobretudo, as maneiras de a representar e rerepresentar.” (RIBEIRO, 2004, p. 59). O discurso ficcional de Eça de Queirós destaca-se por propor uma análise crítica e profunda da decadência econômica e social das classes burguesas dominantes, que aparecem como metáfora de um país atrasado culturalmente e preso aos padrões do passado.

O contraponto das visões imperiais de centralidade de uma sociedade decadente que se compensa em discursos sobre projetos imperiais sem se empenhar neles do ponto de vista prático foi dado pelos homens da Geração de 70, particularmente nos textos jornalísticos e ficcionais de Eça [...] e na obra de Oliveira Martins. (RIBEIRO, 2004, p. 78).

O Hino Nacional português, composto em 1890, conhecido como *A Portuguesa*, nasceu como uma resposta nacionalista à negativa britânica. Sua composição remete ao passado heroico português, ressaltando as grandes navegações e a ligação do espírito nacional com as conquistas do passado, que deveriam servir de inspiração para o futuro.

**A Portuguesa**

Heróis do mar, nobre povo,  
 Nação valente, imortal,  
 Levantai hoje de novo  
 O esplendor de Portugal!  
 Entre as brumas da memória,  
 Ó Pátria, sente-se a voz  
 Dos teus egrégios avós,  
 Que há-de guiar-te à vitória!  
 Às armas, às armas!  
 Sobre a terra, sobre o mar,  
 Às armas, às armas!  
 Pela Pátria lutar  
 Contra os canhões marchar, marchar!  
 (MENDONÇA, Henrique Lopes de, 1890).

Percebe-se, ao analisar a composição do Hino Nacional português, que sobrevivia no imaginário coletivo um sentimento de saudade e a necessidade de

recuperar, por intermédio da memória dos grandes feitos coletivos do passado, a identidade nacional fragilizada pela negativa britânica. O passado surge como local de exílio diante das ameaças e dificuldades enfrentadas no presente. As glórias e a memória das conquistas serviriam, então, como combustível e como amparo para se atingir a regeneração da pátria no futuro.

#### **4.4 A ficção antuniana e o Portugal antiépico**

Portugal sempre utilizou o seu império como uma espécie de refúgio, como base de sua essência, de onde podia se imaginar como uma nação com papel de destaque no concerto europeu e mundial. O imaginário nacional, após diferentes processos de rupturas políticas e sociais que afetaram o país ao longo da História, sempre buscou reinventar o império e utilizá-lo como espaço de proteção e compensação identitária.

O império se mantém e existe por meio das narrativas que sobre ele são criadas e veiculadas. As narrativas culturais, como já mencionado, em particular o caso de *Os Lusíadas*, de Camões, servem como embasamento histórico e cultural, e até mesmo como forma de legitimação de ideologias e projetos políticos. Percebe-se que em Camões, de forma épica, é narrado o processo de desterritorialização imanente ao imaginário imperialista português, que concebe ao país um contínuo movimento de fluxo e propagação imperial.

A ficção antuniana possui como característica marcante a abordagem de acontecimentos traumáticos para a coletividade nacional, como o caso da Guerra Colonial, em *Memória de elefante* e *Os cus de Judas*, e o processo de descolonização da África, em *As naus*. Tais acontecimentos históricos, conjuntamente com Alcácer Quibir e o *Ultimatum* britânico, foram responsáveis por causar rupturas no imaginário nacional e dar início a novas perspectivas no movimento de evolução do país.

Sempre que havia algum trauma coletivo, o imaginário imediatamente buscava um novo espaço para suprir as carências e sentimentos de subalternidade nacional, o que não aconteceu após 1974, quando no final do império, Portugal precisou voltar para si próprio. Neste capítulo, as narrativas de Lobo Antunes são analisadas como possibilidades de releitura antiépica do imaginário coletivo

português, sendo responsáveis, por meio da ficção, pela revisitação aos acontecimentos traumáticos e decisivos da História de Portugal.

Os romances analisados durante esta pesquisa compreendem a abordagem de um movimento de refluxo do imaginário português para a Europa, uma vez que, após a Revolução dos Cravos, em 1974, Portugal se viu desligado de seus territórios africanos e, a partir daí, precisou se confrontar consigo próprio, com seu passado, presente e futuro.

A ficção antuniana lança um olhar antiépico sobre o imaginário nacional, reavaliando, em *Memória de elefante* e *Os cus de Judas*, a abordagem da Guerra Colonial e seus duros efeitos na sociedade portuguesa por meio da perspectiva individual de um ex-combatente. Em *As naus*, Lobo Antunes realiza um exercício de desmanche de toda a mitologia cultural que serviu historicamente como base para a identidade e para o imaginário imperial lusitano.

De acordo com Cardoso (2011), na ficção de Lobo Antunes, principalmente em *Memória de elefante* e *Os cus de Judas*, predomina o “herói crepuscular”, aquele sujeito que, após cumprir com o seu dever social, se vê marginalizado e excluído da representação nacional, não servindo mais de modelo identitário. Pode-se afirmar que existe uma aproximação entre este modelo antiépico dos dois romances do primeiro ciclo da produção literária do autor e *As naus*, haja vista que, nesta ficção, todos os personagens responsáveis por alimentar e construir o “Portugal das conquistas” são postos à margem e descaracterizados de toda a grandeza ao empreenderem um percurso de refluxo para a Europa, contrariando o movimento épico da expansão e das conquistas.

O gênero romanesco, como assinala Bakhtin (1998), é o inacabado, ou seja, o gênero literário do devir. Segundo ele, “o romance está ligado aos elementos do presente inacabado, e o romancista gravita em torno de tudo aquilo que não está ainda acabado.” (p. 417). O romance possui, então, uma essência antiépica ao abordar questões pertinentes à contemporaneidade e ao contexto histórico e social em que o autor se encontra envolvido.

O romance português surgido após Abril de 1974 caracteriza-se, de maneira geral, pela sua estreita ligação com a realidade histórico-social de Portugal, desempenhando, muitas vezes, um papel de denúncia e desconstrução dos discursos responsáveis por embasar a formação da identidade e do imaginário nacional ao longo da História. Ao abordar e reler o imaginário nacional justamente

nas suas frestas e rupturas, a ficção surgida neste período de transição pós-colonial possibilita uma análise mais aprofundada do imaginário português e dos acontecimentos que marcaram o país após 1974.

A ficção antuniana desconstrói o modelo épico e clássico do herói, daquele sujeito que defende seu país na guerra, que mostra bravura e que após o retorno vitorioso é o responsável pela transmissão de ensinamentos gloriosos que remontam às origens da fundação da nação portuguesa. Os personagens antunianos, nas narrativas analisadas, desempenham a função de anti-heróis, incapazes de transmitir todo o sentido de grandeza e expansão que sempre povoaram o imaginário nacional português.

Se o conceito de herói está estreitamente ligado aos códigos culturais, éticos e ideológicos, dominantes numa determinada época histórica e numa determinada sociedade, vemos que, em Lobo Antunes, o herói é aquele que rompe com a crença da maioria que, de resto, considera ser a fonte da sua decadência. (CARDOSO, 2011, p. 222).

Em Lobo Antunes, como aponta Cardoso (2011, p. 222), “encontramos o anti-herói, o Judas”, aquele cuja presença desmonta toda a tradição nacional, cujo percurso, ao invés de engrandecer a coletividade, é responsável por rasurá-la, ao exhibir suas chagas em público, ao retirar-se do crepúsculo lunar e invadir as ruas. Isso pode ser constatado com os retornados de *As naus*, que chegam sem serem convidados e se espalham pelo reino, outrora centro proveniente de estabilidade, glórias e poder. Também, com o médico psiquiatra, incapaz de reatar a vida após os traumas da guerra, e inutilmente empreende jornadas desesperadas por Lisboa, “à procura de um sono impossível”, que lhe restitua a existência roubada pela violência de que foi cúmplice e vítima ao mesmo tempo.

A ficção antuniana estabelece o rompimento da barreira que protege e envolve o mundo perfeito e acabado da epopeia, esvaziando e depois ressignificando a distância épica absoluta, responsável por separar as origens gloriosas do país de uma contemporaneidade marcada pelos traumas da Guerra Colonial e pelo processo de descolonização dos territórios ultramarinos. Por meio do discurso ficcional, o autor aproxima o passado do presente, a fim de que possa ser melhor examinado e interpretado.

O que também aproxima as três narrativas é o fato de elas tratarem do traumático regresso do imaginário imperial para a Europa. Ao abordarem a

experiência de personagens que, de uma maneira ou de outra, o que os une é o movimento de regresso, de refluxo para a península ibérica. A ficção de Lobo Antunes proporciona um espaço de análise do imaginário português ao revelar, pelo discurso literário, novas formas de abordagem e interpretação do Portugal recém-saído de uma guerra e buscando sua aceitação e integração ao bloco europeu após Abril de 1974.

#### **4.5 A Guerra Colonial e a (não) perspectiva do retorno**

Em *Memória de elefante* e *Os cus de Judas*, romances que tematizam a experiência da Guerra Colonial e o processo de regresso e readaptação de um ex-combatente, acompanha-se a jornada antiépica de um indivíduo que, após cumprir com suas obrigações para com o Estado, e retornar ao seu país, foi marginalizado e excluído. Sua imagem representa uma memória incômoda ao sistema e ao movimento de evolução do país em relação ao apagamento dos traumas da contemporaneidade.

Nesses dois romances, centrados na experiência autobiográfica de Lobo Antunes durante a sua participação na Guerra, em Angola, no início da década de 1970, percebe-se a representação de um movimento de regresso antiépico do imaginário nacional português. Aquele sujeito que retorna, e teoricamente deveria ser responsável por engrandecer a coletividade com a narração de sua bravura e conquistas, traz consigo, no regresso ao Império, a incompreensão, a fragilidade e a revolta de alguém que foi traído pelo sistema que defendia.

O retorno, em *Memória de elefante* e *Os cus de Judas*, acaba por nunca se concretizar inteiramente, pois os traumas da guerra e o gradual movimento de apagamento da contemporaneidade impedem que o ex-combatente encontre seu espaço em uma sociedade que passava por profundas transformações após a Guerra, a Revolução e a descolonização. Nestes romances, na perspectiva de uma figura marginalizada pelo sistema, acompanha-se o movimento de refluxo do Portugal imperial para a Europa.

#### 4.5.1 *Memória de elefante*

Em *Memória de elefante*, primeiro romance de Lobo Antunes, tem-se uma narrativa centrada na abordagem da rotina diária de um médico psiquiatra, ex-combatente português na Guerra Colonial, após o seu regresso a Lisboa. A obra decorre num dia e descreve o traumático processo de desagregação familiar e individual a que o indivíduo foi submetido após a transformadora experiência da guerra em Angola e o doloroso processo de retorno e readaptação.

Percebe-se que o protagonista, após seu regresso da África, passa a viver em uma temporalidade à margem, pois apesar de a sociedade portuguesa já estar inserida em um novo tempo nacional, um tempo pós-colonial, ele ainda é marcado pelo peso do passado, e por carregar consigo uma memória incômoda para a coletividade nacional. Isso decorre do fato de ser ele um representante do passado imperialista e da Guerra Colonial, acontecimentos que, após Abril de 1974, deveriam ser ultrapassados a fim de que o país pudesse iniciar seu movimento de aproximação da Europa.

Em *Memória de elefante*, o imaginário nacional português é subvertido a partir do momento em que o protagonista apresenta-se como portador de uma experiência devastadora – a experiência da guerra na África e, ao reentrar no país já não se reconhece como participante daquela coletividade nacional. O protagonista sente-se alheio ao seu país, distante de todas as relações sociais e familiares devido ao trauma e ao isolamento vivenciado durante a experiência degradante dos combates.

Como aponta Francisco (2011), o combatente retornado, após a experiência da guerra, não consegue reingressar na centralidade europeia. Ele é tornado, pela memória ativa do regime, de que ainda seu corpo e sua imagem são portadores, um estrangeiro em seu próprio país, por ser ligado a um recente passado traumático, onde ainda eram ativos os efeitos da guerra e do regime fascista, que cerceou a liberdade do país por cerca de 40 anos.

Esse “retornado” de um país colonizado, ao ingressar novamente na centralidade europeia, não se habitua a uma temporalidade tão distinta daquela vivenciada na periférica África senão por meio de um “penoso esforço de acomodação interior”: o texto antuniano exhibe essa inaptidão valendo-se de um discurso que, sempre algo “desconjuntado” ou disjuntivo em seus procedimentos de enunciação, homologa a inadequação temporal ao curso incipientemente “truncado” das frases e dos períodos. (FRANCISCO, 2011, p. 34).

A inadequação do protagonista nesse “novo” Portugal que ele encontra após regressar de Angola é refletida nas estratégias ficcionais da narrativa antuniana. A narração que diversas vezes coaduna temporalidades distintas com memórias fragmentárias e recortes do passado fazem com que lembranças da guerra invadam o presente e causem uma espécie de confusão labiríntica na prosa narrativa.

Disfarçadamente olhou o relógio do homem dos sonhos ao seu lado: mais uns minutos e o analista apoiaria os dedos nos braços da cadeira e levantar-se-ia a dar por finda a sessão: descer as escadas, sair para a rua, recomeçar: subir o poço a pulso até à paisagem de ervas de cá de fora, torcer a roupa molhada, partir: como quando cheguei da África e não sabia o que fazer, e me achava em corredor muito comprido e sem nenhuma porta, e tinha uma filha e mulher grávida e um vasto cansaço nos ossos chocalhados por demasia de picadas. Reviu mentalmente o túmulo do Zé do Telhado em Dala e a casa com tecto de capim do senhor Gaspar no meio das árvores altas em que pulava um enorme macaco domesticado, de focinho branco, preso por uma trela a um poste de ferro, reviu a morte do cabo Pereira no incêndio do unimogue e o fantástico das queimadas noite fora: desde que me levaram a Pádua a fazer a primeira comunhão, pensou o médico, já andei um bom bocado. (sic). (ANTUNES, 2009, p. 121-122).

Como se pode observar no trecho anterior, durante uma sessão de análise em grupo, as lembranças do tempo da África e da guerra irrompem de maneira abrupta, invadindo o presente da narrativa. Passado e presente se entrecruzam em seu relato marcado pela melancolia e pela depressão de que padece após a separação da esposa e do convívio diário com as duas filhas. O narrador compara os problemas familiares que vem enfrentando no presente com a trágica situação do regresso da África, quando se sentia abandonado, desorientado, como se estivesse em um “corredor sem nenhuma porta”.

Após a experiência africana, onde logrou ter contato com o “outro”, o protagonista assume não ser mais o mesmo, devido às situações extremas que foi obrigado a vivenciar pelo seu país, em defesa de uma ideologia que via no imperialismo e na prática do colonialismo da África uma alternativa de manutenção do imaginário e da identidade nacional. O regresso a Portugal fez com que este sujeito, antes um guerreiro a serviço da causa nacional, se tornasse um estrangeiro em seu próprio país, dominado pelos traumas do passado e pela desorientação frente ao presente e ao futuro.

Como aponta Francisco (2011), a guerra que a ficção antuniana tematiza, principalmente nos seus três primeiros romances, não passa somente pelo conflito armado propriamente dito, mas é uma característica que se espalha pela obra do



autor e compreende, também, diversos confrontos existenciais, familiares e sociais. Segundo o autor, “a categoria guerra se desdobra ou ramifica, rizomaticamente, em várias outras negatividades que se projetam tanto no âmbito do enunciado quanto no da enunciação” (p. 32).

[...] achávamos sem passageiros na jangada, condenados à companhia uns dos outros como, pensou o psiquiatra, no arame farpado em África: para o fim da comissão já se jogava king com entonações de ódio na garganta, formigueiros de bofetadas nos dedos, a ira pronta a disparar da boca desengatilhada. Por que será que continuamente me recordo do inferno, interrogou-se ele: por de lá não ter escapado ainda ou por haver substituído por outra qualidade de tortura? (ANTUNES, 2009, p. 107-108).

A negatividade ligada à experiência da guerra invade o presente e o perturba constantemente. O narrador sente-se perseguido pelo passado, pelo “inferno” vivenciado em Angola durante o período em que lá esteve a serviço de seu país. O regresso, a extrema dificuldade e a impossibilidade de readaptação é comparada a outra forma de tortura, que substituiu a “aprendizagem da agonia” e o medo da morte enfrentado na África.

Ao voltar da guerra, o médico, habituado entretanto à mata, às fazendas de girassol e à noção de tempo paciente e eterna dos negros, em que os minutos, subitamente elásticos, podiam durar semanas inteiras de tranquila expectativa, tivera de proceder a penoso esforço de acomodação interior a fim de reacostumar aos prédios de azulejo que constituíam as suas cubatas natais. A palidez das caras compelia-o a diagnosticar uma anemia colectiva, e o português sem sotaque surgia-lhe tão desprovido de encanto como um quotidiano de escriturário. (sic). (ANTUNES, 2009, p. 80-81).

Ao retornar da África, tudo o que antes lhe era familiar, agora é revestido de um sentimento de melancolia. O seu país natal aparentava-lhe agora ser possuidor de uma espécie de anemia coletiva, diagnosticada no desinteresse da sociedade frente ao passado traumático. O processo de reentrada na centralidade europeia dá-se de forma atribulada, necessitando um “penoso esforço de acomodação interior”.

O português, língua materna do médico protagonista, apresenta-se no seu regresso, de forma desinteressante, monótona, desprovida do sotaque africano, a que se acostumara durante a estadia na guerra em Angola. A experiência africana levou-o a uma alteração em seu imaginário. Tudo o que antes lhe inspirava segurança e tranquilidade, agora se apresenta como desprovido de vida, de

interesse. A guerra é responsável por proporcionar uma mudança de paradigmas, alterando os pontos de referência existenciais do protagonista.

Ribeiro (2004), ao analisar as particularidades da literatura surgida em Portugal, cuja temática direciona-se à Guerra Colonial, assinala que, nessa literatura, que marca o regresso dos ex-combatentes do continente africano, o país de origem “reencontrado é já outro, tanto pelo excesso de imagem idealizada que dele foi construída ao longo do percurso africano como porque são outros os olhos que trazem para o contemplar.” (p. 263).

A experiência da guerra ocasiona uma perda de identidade ao protagonista que, após a traumática experiência dos combates na Guerra Colonial, não retorna com a mesma percepção ao seu país. Passa, então, a lutar cotidianamente com o isolamento a que é submetido pela sociedade e pelas relações familiares falhadas, pois não mais se vê capaz de habituar-se à rotina de vida que levava antes da viagem à África. A África surge, portanto, como um espaço revelador, transformador, como um espelho de Portugal, que reflete assombrosas imagens de fragmentação e descontinuidade individual e coletiva.

De acordo com Vecchi (2010, p. 46), “a melancolia isotópica que aflora em todos os textos da guerra colonial” está ligada diretamente à perda de um objeto, que visto no contexto, não se refere somente aos territórios do império, “perdidos” para os africanos durante a guerra e após 1974. Refere-se, sim, à perda de uma identidade, de uma essência, responsável por alimentar e sustentar o imaginário coletivo português. Em relação ao protagonista, a guerra alimenta o sentimento de perda do “eu”, da identidade individual que, a partir da ficção, transmite-se para o contexto da amnésia coletiva que dominou Portugal pós-74.

Entre a Angola que perdera e a Lisboa que não ganhara o médico sentia-se duplamente órfão, e esta condição de despaisado continuara dolorosamente a prolongar-se porque muita coisa se alterara na sua ausência, as ruas dobravam-se em cotovelos imprevistos, as antenas de televisão espantavam os pombos na direcção do rio obrigando-os a um fado de gaivotas [...]. De modo que nas tardes livres cavalgava o pequeno automóvel amolgado e procedia com método à verificação da cidade, bairro por bairro e igreja por igreja, em peregrinações que terminavam invariavelmente na Rocha do Conde de Óbidos, da qual largara um dia para a aventura imposta e com quem mantinha, apesar de tudo, a intimidade respeitosa e masoquista que as vítimas reservam aos carrascos reformados. (sic). (ANTUNES, 2009, p. 82-83).

A Guerra Colonial, como aponta Ribeiro (2004, p. 251), é um movimento de tensão da identidade e do imaginário nacional português, “o início do processo de desterritorialização do império”, responsável por assinalar o começo do movimento de refluxo de Portugal para si próprio. Um movimento antiépico na sua essência, pois ao invés de conquistas e glórias, os soldados retornados somente conseguem narrar fragmentos de derrotas e traumas, causados pela violência imposta pelo poder estatal aos africanos e aos próprios portugueses.

Segundo Lourenço (2001), o movimento de regresso de Portugal à Europa, metaforizado pela ficção de Lobo Antunes em sua abordagem da Guerra Colonial e do processo de descolonização da África, tinha de ser e é singular, marcado pela melancolia e pelo sentimento de estranhamento frente às novas fronteiras, tendo em vista que a segurança provida pelo império foi perdida.

*Memória de elefante* assinala o estranhamento do ex-combatente com o seu país após o regresso de Angola. A experiência da guerra apresenta-se como devastadora e responsável por alterar a forma como o médico protagonista se relaciona consigo mesmo e com o seu país. O romance apresenta um percurso antiépico do imaginário nacional, ao apresentar, como protagonista de sua narrativa, um personagem que, ao cumprir a defesa dos ideais da nação, regressa ao cais de partida aos pedaços, assumindo-se como metáfora da falência e da desintegração do império nacional.

#### **4.5.2 Os cus de Judas**

No segundo romance de Lobo Antunes encontra-se a continuidade do projeto iniciado em *Memória de elefante*, ou seja, a representação dos efeitos da Guerra Colonial sobre o soldado português e a sua dificuldade de se readaptar ao seu país de origem após o regresso do continente africano. Assim como nos outros dois romances que compõem a trilogia, *Os cus de Judas* tem como objetivo central trazer à tona os traumas da guerra e desconstruir, por meio de sua narrativa, todo o cerceamento social e cultural promovido pelo regime do Estado Novo e pela mitologia imperialista ao longo da História sobre o imaginário coletivo português.

*Os cus de Judas* centra-se com maior ênfase na exploração de acontecimentos da guerra, “a dolorosa aprendizagem da agonia”, revelando, mediante um relato brutal em primeira pessoa, toda a violência a que os soldados

portugueses e o povo africano foram expostos devido aos ideais nacionais de manutenção do colonialismo na África. Num fluxo narrativo que coaduna acontecimentos da infância e da guerra com o presente da enunciação, o médico tece uma dura crítica à sociedade e a Portugal que lhe formou e depois o conduziu à guerra.

O título do romance, além de remeter à lonjura e ao isolamento geográfico que os combatentes enfrentavam ao serem enviados para Angola, remete também a Judas, personagem bíblico conhecido pela traição, por entregar Jesus aos seus perseguidores, condenando-o à sentença de morte em troca de benefícios irrelevantes. Essa metáfora utilizada por Lobo Antunes transmite a ideia da traição, do sujeito que seguiu os ensinamentos de sua pátria, mas que no decorrer da vida se encontra marginalizado, entregue a um tempo pós-colonial onde não é aceito, por ser ele a memória viva de um passado traumático e opressor, no qual ele próprio também acaba sendo vitimado.

Cardoso (2011) constata que o soldado antuniano, principalmente em *Os cus de Judas*, encontra-se em uma posição ambígua frente à sua sociedade, pois ele acaba por ser tomado como um “outro”, alguém que após cumprir suas funções a mando do Estado se vê marginalizado, pois não mais encontra espaço no imaginário coletivo. Além de ser ícone de um imperialismo que se prolongou por demasiado tempo, causando graves rupturas na sociedade, ele é portador do estigma da derrota, da perda das colônias. Ele representa os dois lados da moeda, aquele que defendeu a pátria, mas que ressurgiu trazendo o sentido da derrota antiépica.

Portanto, compreender a identidade do “soldado antuniano” será compreender outras identidades dentro da obra do autor. Em certa medida, podemos verificar que essa identidade se liga ao título do seu segundo romance publicado, *Os cus de Judas*. Referimo-nos aqui à figura de Judas, personagem bíblica à qual se apoia a imagem da “traição”. Daqui retiraremos a ilação de que o soldado português acabou por ser um outro, “um Judas”, aquele que estará numa “porta giratória”, ou seja, que será ambos os lados e nenhum, algures entre a traição e a exclusão. (CARDOSO, 2001, p. 30).

Seixo (2002, p. 55) comenta que a questão da identidade do médico protagonista, que se espalha para questões de “personalidade, de profissão, de família, de identificação amorosa, de terra, de país” liga-se ao contexto pós-colonial da narrativa. Após o regresso de Angola, o ex-combatente não mais consegue

encontrar espaço nesse “novo” tempo em que seu país está inserido e que busca inserir-se à custa da ocultação e da superação do passado recente.

Ribeiro (2004) salienta que o conceito de traição aludido pelo título do romance recai sobre a figura do protagonista de forma dupla, uma vez que ele é alguém que “traiu” o sistema fascista alimentado pelo Estado Novo, ao regressar portador de uma memória desagradável – a perda dos territórios ultramarinos. Manifesta, então, de forma ambígua, repulsa e ódio pelo Estado português e simpatia pelo ímpeto libertador dos africanos, mas que ao ser submetido à violência da guerra e não mais conseguir reentrar na centralidade europeia, sente-se traído e vitimado pela família e pelo poder estatal, que lhe orientaram e encaminharam para a África.

O narrador-personagem não se coloca em nenhum dos espaços, ainda que por simpatia e solidariedade de vitimização pareça estar com os guerrilheiros, mas integrado na estrutura que os combate e, à parte pequenos gestos de raiva e fúria mais ou menos inconsequentes, nada fazendo para a mudar, o conceito de traição recai sobre ele próprio de forma dupla: ele é, depois dos cus de Judas, um traidor (um Judas) em relação aos valores em que tinha sido educado e do Estado que o seu uniforme militar representa, mas apresenta-se sobretudo como vítima de uma traição da família e do Estado que o conduziram a um engano. (RIBEIRO, 2004, p. 280).

A posição ambígua do protagonista em relação à guerra e ao seu país destaca-se, também, pelo fato de, apesar de não se identificar com a causa imperialista portuguesa, e simpatizar com os africanos, tem de desempenhar a função de médico. No exercício de sua função, ele é o responsável por, metaforicamente, manter em funcionamento o corpo físico do Estado, representado pela figura dos combatentes, seus companheiros na antagônica experiência da “aprendizagem da agonia”. Cabe a ele o papel de consertar os corpos dilacerados pela violência da guerra, sendo o responsável direto por salvar suas vidas ou por assistir seu regresso a Lisboa, em caixões de chumbo no porão dos navios.

A experiência da guerra, assim como em *Memória de elefante*, mostra-se decisiva no processo de desestruturação do corpo físico e social do protagonista, que após o retorno é impedido pelos traumas e vivências extremas de reatar o ritmo de sua vida, que invariavelmente assume um prolongamento do “inferno” e do sofrimento da guerra.

Cardoso (2011) aponta que essa experiência da guerra e da viagem para a África, onde o soldado trava conhecimento da real e efetiva existência do “outro” – o povo africano – tiranizado pela violência e pela opressão do imperialismo europeu, causa-lhe um sentimento de ambiguidade. Apesar de lutar e defender o lado opressor, sente-se atraído pelos colonizados, tomando consciência do processo que estava a decorrer com a Guerra Colonial, a manutenção do colonialismo e da exploração de países e povos que sofriam com a miséria e com o isolamento promovido pelos combates.

Para Cardoso (2011, p. 173), “a experiência leva-o a uma apreensão antagônica”, pois ao viajar para a África e vivenciar de perto a guerra e a degradação a que seu país chegou, o soldado antuniano passa a se colocar ao lado da causa africana, mesmo pertencendo ao lado do opressor. É, portanto, mais uma vítima da opressão que lhe priva do contato com familiares e lhe afasta de sua casa.

Quem veio aqui não consegue voltar o mesmo, explicava eu ao capitão de óculos moles e dedos membranosos colocando delicadamente no tabuleiro, em gestos de ourives, as peças de xadrez, cada um de nós, os vivos, tem várias pernas a menos, vários braços a menos, vários metros de intestino a menos, quando se amputou a coxa gangrenada ao guerrilheiro do MPLA apanhado no Mussuma os soldados tiraram o retrato com ela num orgulho de troféu, a guerra tornou-nos em bichos, percebe, bichos cruéis e estúpidos ensinados a matar [...], o mundo-que-o-português-criou são estes luchazes côncavos de fome que nos não entendem a língua, a doença do sono, o paludismo, a amibiase, a miséria [...]. (sic). (ANTUNES, 2009, p. 123).

A guerra é responsável por uma espécie de metamorfose, um movimento de desintegração e desumanização, que transforma os combatentes em “animais”, cujos gestos se revestem de crueldade contra o povo africano. O império, o “mundo-que-o-português-criou”, aos olhos do médico protagonista, não passa de uma terra destruída, repleta de fome, doenças e miséria. Os ideais que embasaram o movimento de desterritorialização do imaginário nacional são postos à prova na narrativa que averigua o produto final do colonialismo português.

A guerra, aos olhos do médico protagonista, prova que aquele “mundo-que-o-português-criou” ao longo de cinco séculos de colonização e imperialismo travestidos de missão civilizadora, não passava de uma completa falsidade. Uma mentira responsável por explorar os povos das colônias africanas e manter preso o próprio povo português em um regime fascista e antidemocrático.

O “mundo-que-o-português-criou”, aprendido desde os bancos da escola como uma verdade nacional indiscutível, assumia aos olhos do narrador-personagem o espelho grotesco e excessivo de grande mentira da casa portuguesa, também ela oficialmente feliz e ordeira. (RIBEIRO, 2004, p. 270).

A imagem da África repleta de miséria e dor causada pela guerra contrasta com aquela que o protagonista tem do continente no momento de sua chegada. A intensidade da luz, dos sons e cheiros invade os seus sentidos, e a primeira impressão que o médico tem ao desembarcar em Angola é de êxtase, uma espécie de anestesiamento frente ao ineditismo da nova terra. Ineditismo que contrasta com seu imaginário europeu, “homem de um país estreito e velho, de uma cidade afogada de casas que se multiplicam e reflectem umas às outras nas frontarias de azulejo”. (sic). (ANTUNES, 2009, p. 32).

A terra africana se mostra pujante e forte frente ao homem branco – o português colonizador – que na figura do protagonista, refazendo os passos dos seus míticos e bravos ancestrais, se vê obrigado a retornar à força para o continente africano, desta vez não dotado do glorioso intuito do crescimento e da expansão, mas imbuído de um sentimento de retomada e manutenção das posses e do orgulho identitário nacional, na ocasião ameaçados pelo ímpeto libertador do povo angolano.

[...] e você acordava numa camioneta, não muito confortável, é certo, e cheia de tropas, é verdade, mas circulando numa paisagem inimaginável, onde tudo flutua, as cores, as árvores, os gigantescos contornos das coisas, o céu abrindo e fechando escadarias de nuvens em que a vista tropeça até cair de costas, como um grande pássaro extasiado. (ANTUNES, 2009, p. 32).

A força da África se manifesta nas descrições de uma natureza impositiva, repleta de vida e mistérios, que se apresenta com uma espécie de autoridade frente ao português colonizador, mostrando-lhe que ele não pertence àquela terra embora tenha dominado seus habitantes naturais. Em *Os cus de Judas*, as visitas ao Jardim Zoológico, espaço comum da infância do médico protagonista, responsável por despertar-lhe intensa curiosidade, contrastam com a experiência africana na fase adulta, com o ineditismo de um novo continente.

Durante as visitas ao Jardim Zoológico, lhe era consentido visualizar os animais, admirá-los sob a ótica da dominação do europeu sobre produtos do terceiro mundo, das colônias, encarcerados para servirem como distração e entretenimento dos europeus frente ao exótico e ao novo. A viagem para a África despoleta esta

metáfora representada pelo zoológico, pois a partir daí o confronto com o outro, com o diferente, se dá diretamente no corpo a corpo, ou mais diretamente, por meio do conflito armado.

Como aponta Seixo (2002, p. 43), as descrições do Jardim Zoológico, espaço marcante no imaginário do médico protagonista durante a sua infância, demonstram o aparecimento “de várias formas de africanidade” que contrastam com a sua criação familiar, dominada por uma espécie de aprisionamento. O contato com esse universo “pitoresco”, instalado em pleno centro metropolitano, antecipa a relação conturbada que o protagonista tecerá durante toda a sua vida com a experiência marcante e transformadora proporcionada pela sua viagem à África.

O protagonista, ainda durante a estadia em Angola, passa a temer o doloroso processo de reaprendizagem da vida cotidiana que o acompanharia no momento de seu regresso para Lisboa. A volta para casa, que deveria ser sinônimo de um acontecimento feliz e muito desejado por um soldado que já havia cumprido seus deveres militares durante a guerra, assume a figura de uma tortura, um processo gerador de sentimento de agonia, pois o protagonista sente que o absurdo da guerra foi responsável por criar nele uma espécie de despersonalização, impedindo-o de se readaptar à rotina e ao mundo que havia deixado para trás ao embarcar para a África.

O medo de voltar ao meu país comprime-me o esófago, porque, entende, deixei de ter lugar fosse onde fosse [...]. Flutuo entre dois continentes que me repelem, nu de raízes, em busca de um espaço branco onde ancorar, e que pode ser, por exemplo, a cordilheira do seu corpo, um recôncavo, uma cova qualquer do seu corpo, para deitar, sabe como é, a minha esperança envergonhada. (sic). (ANTUNES, 2009, p. 182).

A guerra foi responsável por fazer com que o médico protagonista se sentisse “nu de raízes”, repellido tanto pela África, continente a que nunca pertenceu, mas que fora obrigado a visitar para combater seu ímpeto libertador, como pelo seu país, que após a esquizofrênica e desumana experiência dos conflitos já não o aceita, por ser representante do passado ditatorial. Estava, pois, marcado por um poder estatal que levou até as últimas consequências a manutenção do colonialismo como forma de se afirmar econômica e politicamente.

No momento do regresso da África, conforme o protagonista, os soldados retornados assumiram o aspecto de fantasmas que pouco a pouco se



materializaram, e que passaram a ocupar as ruas e os espaços da metrópole, trazendo consigo, na bagagem da memória, o inenarrável e o indizível absurdo da guerra. Isso precisou ser assimilado internamente por cada um deles, uma vez que a repressão a que o país estava submetido impedia que a dor e a experiência fossem comunicadas com sua plenitude.

A Lisboa que o médico reencontra após o regresso definitivo da África apresenta-se como uma cidade vertical, hostil e desprovida de humanidade, por onde desfilam rostos alheios ao seu, pessoas que, assim como ele, são vítimas de um sistema que fez de tudo para neutralizar e homogeneizar a opinião da sociedade. A cidade assemelha-se a um labirinto, onde este Judas, encarcerado entre a vida perdida e o serviço militar cumprido, encontra-se anônimo, buscando espaços e relações que lhe transmitam alguma segurança e tranquilidade.

Fardado, com um saco cheio de livros ao ombro e outro de roupa na mão, Lisboa ergue perante mim a sua opacidade de cenário intransponível, subitamente vertical, lisa, hostil, sem que nenhuma janela abra, diante dos meus olhos sequiosos de repouso, côncavos favoráveis de ninho. O trânsito roda majestosamente na Rotunda da Encarnação, numa indiferença puramente mecânica que me exclui, os rostos na rua deslizam ao lado do meu num alheamento absoluto, em que qualquer coisa da inércia geométrica dos cadáveres se insinua. (ANTUNES, 2009, p. 195).

Esse retorno, segundo o protagonista, assemelha-se a um “ressuscitar de Lázaro desnortado, que reaprende penosamente o uso dos objectos e dos sons.” (sic) (ANTUNES, 2009, p. 195) e que precisa readaptar-se à centralidade da vida urbana e às relações familiares e sociais, interrompidas com a fatídica viagem para a guerra na África. Em Lisboa, sua cidade natal, o ambiente torna-se estrangeiro, e na imaginação do médico, habituado à África, lhe parece que os ambientes, tão distintos um do outro, são capazes de se interpenetrar, como se Angola tivesse lhe acompanhado Atlântico adiante.

Habituar-me demais ao silêncio e à solidão de Angola, e afigurava-se-me inimaginável que o capim não rompesse do alcatrão das avenidas os seus longos dedos verdes acerados pelas primeiras chuvas. Não existia nenhuma máquina de costura ferrugenta e avariada na casa dos meus pais, e o soba do Chiúme não me esperava na sala, a fitar, para lá da estante envidraçada dos livros, a vastidão, húmida de sapos e de lodo, da chana. Idêntico a uma criança quando nasce, contemplava, com órbitas redondas de surpresa, os semáforos, os cinemas, o contorno desequilibrado das praças, as melancólicas esplanadas dos cafés, e tudo se diria possuir, ao meu redor, uma carga de mistério que eu seria sempre incapaz de elucidar. De forma que encolhi a cabeça entre os ombros e curvei as omoplatas

como as pessoas sem gabardina perante uma chuva inesperada, oferecendo o mínimo possível do meu corpo a um país que não entendia já, e embarafustei pelo janeiro da cidade. (sic). (ANTUNES, 2009, p. 195).

A sua casa, ambiente que deveria ser responsável por emanar segurança e conforto, assemelha-se agora a uma “espécie de jazigo, vazio e hirtó” (ANTUNES, 2009, p. 125) após o retorno de Angola. Da mesma forma a cidade, que é invadida pela guerra e por toda a sua pulsão de morte, desumanizando todas as pessoas, seres e objetos, e tornando-o um sujeito assombrado por fantasmas que insistem em persegui-lo, fazendo com que jamais consiga reconquistar a vida que tinha antes de visitar o “inferno” e de lá regressar aos pedaços.

Como aponta Ribeiro (2004, p. 284), “a excessiva e neurótica imagem de África, com os seus cheiros de morte e estropiamento, projecta-se em tudo, bloqueando o futuro.” (sic). A morte e a guerra instalam-se, confortavelmente, substituindo a antiga existência do protagonista, em sua casa, em sua cidade e em suas relações amorosas. O cotidiano do médico protagonista torna-se agora um “mundo labiríntico e assumidamente marginal” (p. 289), de onde o mundo tido por ele como “normal” antes da experiência africana, afasta-se progressivamente, deixando-lhe desorientado, morador de uma casa vazia, preenchida tão somente pelos traumas e pela dor que carrega na memória.

O quimbo da tia Teresa, cercado pelo odor doce dos pés de liamba e de tabaco, é talvez o único sítio que a guerra não logrou invadir do seu cheiro pestilento e cruel. Alastrou por Angola, a terra sacrificada e vermelha de Angola, alcançou Portugal a bordo dos barcos de militares que regressavam, desorientados e tontos, de um inferno de pólvora, insinuou-se na minha humilde cidade que os senhores de Lisboa mascararam de falsas pompas de cartolina, encontrei-a deitada no berço da minha filha como um gato, fitando-me com pupilas de maldade oblíqua, a mirar-me dos lençóis com a turva raiva invejosa [...]. A guerra propagou-se aos sorrisos das mulheres nos bares, sob as ampolas despolidas dos candeeiros que lhes multiplicam de sombras a curva indagadora dos narizes, turvou as bebidas de um gosto azedo de vingança, aguarda-nos no cinema, instalada no nosso lugar, vestida de preto como um notário viúvo a retirar do bolso do casaco o estojo de plástico dos óculos. Está aqui, nesta casa vazia, nos roupeiros desta casa vazia, grávida dos fetos moles das minhas cuecas, no geométrico espaço de trevas que as lâmpadas não alcançam nunca, está aqui e chama-me baixinho com a pálida voz ferida dos camaradas assassinados nas picadas de Ninda e de Chiúme. (ANTUNES, 2009, p. 173).

A guerra e a experiência da viagem à África surgem em *Os cus de Judas* como elementos reveladores, responsáveis por promover uma mudança de

consciência e identidade no médico protagonista, que agora passa a ver o seu próprio país pelo olhar de um estrangeiro. Alguém que vivenciou os horrores da guerra e toda a agonia de um regresso falhado, repleto de traumas, estigmas e cicatrizes causadas pela violência e desumanização de um combate inútil.

*Os cus de Judas* e *Memória de elefante* aproximam-se pelo fato de que ambas as narrativas abordam a experiência do soldado retornado, que desempenha uma função antiépica na sociedade ao exercer o posto de representante de uma geração que foi obrigada pelo poder estatal a lutar numa guerra a fim de manter a posse nacional sobre as colônias africanas. Nesses dois romances, a figura e a imagem do protagonista são responsáveis por desconstruir o imaginário nacional, ao lançar suspeita sobre a glória portuguesa construída ao longo de toda a História.

Este primeiro ciclo da produção ficcional de António Lobo Antunes, muito ligado à exploração da experiência autobiográfica e do testemunho da Guerra Colonial, possui um papel marcante na perspectiva do regresso antiépico a que o soldado português e o próprio Portugal são submetidos após a Revolução dos Cravos, em 1974. O referido ciclo também é responsável por marcar o fim da ditadura do Estado Novo e a independência das províncias ultramarinas.

*Memória de elefante* e *Os cus de Judas* ressaltam a traumática última fase do império português, que durante os 13 anos da Guerra Colonial (1961-1974) combateu, de certa forma, contra si próprio, a fim de evitar que o corpo político da nação fosse desmembrado. Era um movimento de exceção, que contradizia totalmente o discurso construído e pregado pela retórica fascista do regime, que defendia a inabalável estabilidade e a união entre a metrópole e as colônias.

Ambos os romances explicitam um movimento de refluxo do imaginário nacional para junto da Europa após 1974, e assumem contornos antiépicos, distanciando-se de narrativas centrais para a construção do imaginário e da identidade nacional, como os *Lusíadas*. Na ficção antuniana, o regresso é sombrio, acompanhado de derrota e do sentimento de incompletude de um país que, após ter andado o mundo inteiro, é obrigado a retornar aos pedaços ao cais de partida.

#### **4.6 As confusas impressões da última viagem: o regresso para si próprio**

A descolonização dos territórios ultramarinos na África após 1974, na visão de Santos (2010), representa um momento único na história e no imaginário nacional

de Portugal. Este movimento de refluxo do império, sucedido de maneira extremamente acelerada e conturbada, como aponta o autor, faz parte de um segundo momento histórico em que Portugal viveu como Próspero, ou seja, o ato de desfazer-se das posses africanas serviria como passe de entrada para o país a uma aproximação com o bloco de países da Europa.

A descolonização caracteriza-se, assim, como um movimento ambíguo em relação à tradição imperialista que alimentava o imaginário nacional português ao longo de toda a História. O império, marcado pelos constantes processos de desterritorialização e fluxo de avanço, após 1974, empreendeu uma jornada ao contrário, uma viagem de regresso para si próprio e de aproximação ao continente europeu.

Em *As naus*, romance publicado em 1988, às vésperas da adesão de Portugal ao bloco político-econômico de países da União Europeia (UE) e período marcado pelo aniversário das primeiras navegações e conquistas portuguesas, Lobo Antunes, num discurso ficcional, revisita o último movimento de reterritorialização do império português. Numa mescla de tempos históricos, a narrativa desconstrói as grandes conquistas nacionais, atualizando-as em um presente pós-colonial ainda em construção e marcado pelas mudanças políticas, sociais e culturais estabelecidas pela Revolução e pelo refluxo imperial da descolonização.

#### **4.6.1 *As naus***

Em *As naus*, a ficção antuniana tematiza a última hora da aventura imperial portuguesa, ressaltando, por meio da potencialidade criativa e lúdica da linguagem ficcional, alguns dos momentos capitais que compreendem o movimento de refluxo do imaginário português para junto de si próprio. Isso se dá a partir da descolonização dos territórios ultramarinos e do processo de reconstrução do país após a longa Guerra Colonial, a queda do Estado Novo e todo o ímpeto libertador que acompanhou a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974.

O romance, pertencente ao segundo ciclo da produção literária do autor, denominado pela crítica como “o ciclo das epopeias”, onde Portugal surge como protagonista das narrativas, revisita a História e o imaginário nacional e acompanha o gradual processo de desconstrução e reconstrução do império português após Abril de 1974. Ao transformar ícones da identidade nacional em meras vítimas da

descolonização, fazendo-os regressar desfigurados e despojados de toda a glória para o cais da partida, Lobo Antunes estabelece novamente, a partir da ficção, a representação de um movimento de regresso antiépico, onde o imaginário nacional é subvertido pela ficção.

*As naus* caracteriza-se por desconstruir a ideia da viagem, temática muito presente no imaginário imperialista português. Ao invés das viagens que levavam ao descobrimento de novas terras, em seu romance, Lobo Antunes narra uma viagem ao avesso, antiépica na sua essência, pois ela compreende um movimento de refluxo de Portugal para a Europa após a descolonização e o fim do império decretado pela Revolução dos Cravos, em Abril de 1974.

Como aponta D'Angelo (2014, p. 88), na narrativa de Lobo Antunes “a viagem termina com uma derrota”, com a queda de toda a memória imperial que durante cinco séculos de História alimentou o imaginário nacional português. Este imaginário precisa, agora, efetuar um processo de reconstrução e readaptação às próprias fronteiras nacionais, pois o refúgio oferecido pelos territórios africanos foi perdido.

Segundo entendimento de Seixo (2002), a viagem compreendida em *As naus* no sentido de um retorno, representa um processo de perda e desestruturação, ao contrário das demais viagens marcantes do imaginário nacional português, responsáveis por revelar novas terras e novas possibilidades. A ideia do regresso assume, assim, em Lobo Antunes, contornos antiépicos, pois ao invés de vitórias e conquistas, a única coisa que os navegadores e colonos têm a oferecer a seu país é a sua fragmentação moral e corporal.

Os grandes ícones da narrativa histórica e do imaginário nacional são destituídos de todas as suas conquistas e, ao regressar, assumem o papel de meros colonos retornados, totalmente desumanizados e inaptos a se readaptarem ao Portugal que deixaram séculos atrás, ainda nos tempos dourados da expansão marítima portuguesa. O Portugal da década de 1970 mistura-se com o ambiente do século XVI, causando uma impressão labiríntica aos personagens que reentram na centralidade europeia.

A viagem de regresso é mais dramática e difícil do que a partida, cheia, talvez, de entusiasmo e de esperanças ridículas de novidades. Anula-se, assim, nesses personagens, o desejo de voltar para casa, que encontrou em Ulisses seu representante mais significativo. Trata-se, ao contrário, de uma viagem de regresso que desconstrói o sentido da viagem em si. (D'ANGELO, 2014, p. 85).

Todos os personagens de *As naus* desempenham uma viagem de regresso territorial, onde buscam concretizar uma espécie de volta para casa, mas também protagonizam viagens de busca existencial, pelas suas origens, na tentativa vã de reconquistar a glória do passado por meio de ocupações mesquinhas e desprovidas de humanidade. Como exemplo, pode-se citar Vasco da Gama, que após ter guiado as naus portuguesas para o caminho das Índias, agora tenta dominar uma parcela do país com as suas vitórias no jogo de cartas, ou como Francisco Xavier, antes responsável por catequizar povos, e que agora se dedica ao ramo da prostituição.

Adquirira o hábito de se passear a cavalo, à tarde, pelos largos da terra, exibindo cartas e desafiando forasteiros para duelos de manilhas, e assim se tornou proprietário da fábrica de gás butano, da electricidade do Cartaxo, das misturadoras de cimento do distrito, da agência funerária, de sete ganadarias, do hospital da Misericórdia e da maior parte dos estabelecimentos de comércio entre Tomar e Santarém. Concebeu o plano medonho de se apoderar de Portugal morgadio a morgadio e cidade a cidade com a sorte dos trunfos, e a sua jurisdição delirante estendia-se a Portalegre, onde detinha o tribunal e três quartos dos vereadores da Câmara, quando o rei dom Manoel, instado pela preocupação das cortes, o chamou a Lixboa e lhe participou que o nomeara comandante de uma expedição de biólogos sudaneses enviados de submarino ao Pólo Norte, a fim de estudarem as leis genéticas da reprodução dos pinguins. (sic). (ANTUNES, 2011, p. 86-87).

Ao se referir aos personagens históricos representados no decorrer da narrativa, Seixo (2008, p. 153) afirma que “a cidade não os quer de volta” por serem representantes de um tempo ultrapassado. Renegados pelos familiares e pela sociedade em geral nesse tempo pós-colonial ainda em processo de construção, resta-lhes encontrar seu espaço em uma cidade retratada a partir de aspectos degradantes e nauseabundos. O movimento de regresso dos personagens, segundo a autora, “não corresponde a uma estabilização, mas a movimentos de busca e abalos que resultam da situação política, econômica e afetiva” (SEIXO, 2002, p. 169) de um país que, após 40 anos de ditadura salazarista, tentava encontrar a si próprio após a queda do modelo imperialista e a perda das colônias na África.

Um dos interesses maiores deste livro consiste em sugerir também a dimensão neocolonial que a descolonização portuguesa (como todas as outras) implicou, e em inverter papéis de representação “histórica” numa conversão “fabular” que lhes retira a componente mítica e lhes restituiu a grandeza e a fragilidade humana. (SEIXO, 2002, p. 173).

Ao fazer uso do discurso literário, Lobo Antunes reescreve a trajetória imperialista portuguesa. E, ao transformar figuras marcantes do imaginário nacional português em meras vítimas do sistema colonial, revestindo-as de fraquezas e sentimentos humanos, rebaixando-as a patamares de pobreza e desintegração social e afetiva, o autor explora o contexto pós-colonial português, indagando, de certa forma, a respeito dos frutos deixados pelo imperialismo após os 500 anos de viagens e conquistas.

É justamente esse momento de retorno e suas consequências que nos é apresentado, *n'As naus*, com cores nefastas, como forma de questionar o valor da grande empreitada lusitana de quinhentos anos atrás: a descoberta do caminho marítimo para as Índias, do Brasil e a conquista militar de diversas regiões da África e da Ásia. Uma situação esquizofrênica, porque depois de se lançarem ao mar, numa época em que o Atlântico significava para cartógrafos e marinheiros muito mais do que o sistema solar significa hoje para astrônomos e astronautas, os conquistadores agora estão de volta, e o que encontram, no modo de ver de Lobo Antunes, é algo bem menos glamouroso do que podiam imaginar. (OLIVEIRA, 2002, p. 186-187).

O que os navegadores encontram após o regresso é um ambiente labiríntico e nauseabundo, que os repele constantemente, obrigando-os a se misturarem aos despojos e andrajos dos subúrbios a fim de que possam reencontrar seu espaço. Muitos deles, como Cabral e Diogo Cão, acabam residindo no Residencial Apóstolo das Índias, espaço de exclusão, responsável por receber, a mando do governo revolucionário, todos os colonos que estavam ingressando no país.

Como aponta D'Angelo (2014, p. 86), “os personagens desse romance antuniano, destronizados e desmistificados, são estrangeiros em pátria: sem documentos, sentem a realidade portuguesa terrivelmente estranha e alheia.” Após o regresso dos territórios do império, o presente pós-colonial não lhes oferece espaço e alternativas a não ser a subalternidade e a gradual desconstrução de suas imagens outrora marcantes no imaginário nacional.

Na visão de D'Angelo (2014, p. 90), em *As naus*, “a viagem é destituída de todo caráter idealista. Não há nada de libertário e alternativo na vida dos viajantes.” Na proposta de Lobo Antunes, a viagem atua como um processo de bloqueamento de um passado idealizado pela História e pelo imaginário nacional, um passado que, ao se reatualizar segundo os mecanismos da ficção, é rebaixado e caracterizado como completamente anacrônico e insustentável.

O processo de exclusão desses personagens, assim como o fato de Cabral descobrir que ele era inexistente, que fora apagado dos registros oficiais do Estado ao retornar de Angola revela o movimento de apagamento e esquecimento do passado recente. Esse processo estava em curso na sociedade portuguesa após a Revolução dos Cravos, como alternativa para que Portugal pudesse expurgar o passado e reerguer seu imaginário e memória coletiva após as catástrofes sociais da Guerra Colonial e da descolonização.

Ao analisar a figura do Homem de nome Luís, personagem que representa o maior poeta da História da Literatura Portuguesa, Luís de Camões, percebe-se que Lobo Antunes realiza um processo de desconstrução da imagem deste ícone do imaginário e da identidade nacional. E, ainda mais, pode-se concluir que *As naus* se apresenta como o exercício de um processo de releitura da épica camoniana, reescrevendo-a, de certa forma, ao avesso.

Ao chegar à capital do *reyno*, fugindo de Angola após a morte do pai, assassinado nos confrontos de libertação nacional, o Homem de nome Luís passa a vagar pelas ruas da cidade que, para ele, assumem um caráter inédito e estranho. A imagem idealizada que ele conserva e alimenta em seu imaginário sobre o que seria a capital do império é totalmente deturpada pelo ambiente inóspito que se apresenta após a sua chegada.

Nunca pensei que Lixboa fosse este dédalo de janelas de sacadas comidas pelos ácidos do Tejo, as vacas sagradas destes rebanhos de eléctricos, estas mercearias de saquinhos de amêndoas e de garrafas de licor, palavra que imaginava obeliscos, padrões, mártires de pedra, largos percorridos pela brisa sem destino da aventura, em vez de travessas gotosas, de becos de reformados e de armazéns nauseabundos, palavra que imaginava uma enseada repleta de naus aparelhadas que rescendiam a noz-moscada e a canela, e afinal encontrei apenas uma noite de prédios esquecidos a treparem para um castelo dos Cárpatos pendurado no topo, uma ruína com ameias em cuja hera dormiam gritos estagnados de pavões. (sic). (ANTUNES, 2011, p. 122).

A *Lixboa* surreal, miserável e destruída torna-se a representação moral da pátria portuguesa após a revolução e o final do período colonial. Representa o estado deplorável em que o retornado encontra a sua pátria, a sua casa, sempre descrita e imaginada como capital do Império, como grande centro nacional. O Homem de nome Luís, nacionalista ferrenho, ao regressar de Angola para Portugal, se depara com uma surpresa, pois encontra a sua *Lixboa* transformada em um ambiente de pobreza, e o seu imaginário não corresponde à realidade dos fatos.



Após acentuarem-se os combates da Guerra Colonial Pedro Álvares Cabral, radicado em Angola, foi obrigado a retornar a Portugal na companhia da esposa e do filho. Ao regressar, demonstra estranhamento com o fato de a cidade que conhecera no momento da partida para a África encontrar-se agora totalmente modificada e irreconhecível. Contrasta, na sua viagem de regresso, o fato de retornar de avião, ao contrário do que ocorrera quando saiu do país, na companhia dos familiares em uma caravela.

E agora que o avião se fazia à pista em Lisboa espantou-se com os edifícios da Encarnação, os baldios em que se ossificavam pianos despedaçados e carcaças rupestres de automóvel, e os cemitérios e quartéis cujo nome ignorava como se arribasse a uma cidade estrangeira a que faltavam, para a reconhecer como sua, os notários e as ambulâncias de dezoito anos antes. [...] Em vez do labiríntico mercado da manhã da partida, a seguir aos palácios das condessas maníacas e aos bares de sombras lúgubres dos estrangeiros anémicos, em vez da praia do Tejo onde erguiam o mosteiro e dos pedreiros talhando o calcário a grandes golpes de maço, em vez dos bois e das mulas das carroças de carga [...] enxotaram-me para um miserável edifício de cimento com painéis de voos nacionais e internacionais a pulsarem ampolas coloridas ao lado do free shop dos uísques. (sic). (ANTUNES, 2011, p. 8-9).

*As naus*, como já mencionado, estabelece também um diálogo com a épica camoniana, e tenta, por meio dos mecanismos do romance, desconstruir e atualizar o gênero mais marcante da literatura e da identidade nacional. Como aponta D'Angelo (2014, p. 86), o romance antuniano é “uma versão que não entende desprezar a épica de Camões, mas recicla os tropos épicos para atualizar o processo histórico” e, assim, explorar os espaços interditos e problemáticos do imaginário nacional português, promovendo uma releitura do passado a partir do discurso ficcional.

*As naus* não só se aproximam d'*Os Lusíadas*, de Camões, como passam a navegar lado a lado com esta obra capital do classicismo português, a fim de, graças principalmente ao contraste de estilos (prosa *versus* poesia) e de dicção (vulgar *versus* erudita), melhor levar a cabo a desmistificação do ideal mítico de coragem e glória criado no Renascimento. *As naus* estão para *Os Lusíadas* assim como um objeto está para sua imagem refletida num espelho: os pontos que definem as duas obras seriam praticamente os mesmos, caso não ocupassem posições diametralmente opostas no tempo e no espaço. (OLIVEIRA, 2002, p. 187).

*As naus* e a épica camoniana, na visão de Oliveira (2002), tratam da mesma temática – a viagem. Utilizam, entretanto, estilos totalmente diferentes, uma vez que

ambas estão separadas por cerca de cinco séculos de História. Enquanto Camões canta as glórias e conquistas portuguesas, Lobo Antunes, por intermédio de uma prosa fragmentada e burlesca, representa a última viagem do império lusitano – a fatídica viagem do regresso, quando Portugal se vê destituído da posse dos territórios africanos.

Segundo Oliveira (2002), os mesmos desbravadores que no século XVI foram responsáveis por levar o nome de Portugal para os quatro cantos do planeta, colocando-o numa posição central no eixo geopolítico da época, são enaltecidos e eternizados nos versos épicos de *Os Lusíadas* e rebaixados na prosa romanesca de Lobo Antunes, que os converte em anti-heróis, seres sem espaço ou serventia no Portugal pós-colonial.

Os mesmos desbravadores que no poema lançaram-se com destemor ao mar, rumo a Calicute, à ilha dos Amores e, prêmio final, ao cerne da máquina do mundo que lhes descortinou o destino heroico do povo português, no romance estão retornando à terra natal, alquebrados e enlouquecidos, mantendo somente vaga lembrança dos feitos do passado; ou seja, tudo o que é glorioso e pleno de luz na epopeia camoniana, no texto de Lobo Antunes torna-se mesquinho e destituído de brilho. Enquanto Camões, fiel à estética renascentista, apropriou-se dos procedimentos dos antigos gregos e latinos para compor sua própria Odisseia, Lobo Antunes, não menos fiel ao modo de ver modernista, subverteu todas aquelas apropriações com o intuito de questionar o momento presente tão saudosos do tempo em que os deuses comungavam com os homens. (OLIVEIRA, 2002, p. 187-188).

A narrativa antuniana, em *As naus*, faz uso da temática da viagem e do regresso como forma de problematizar o imaginário nacional. Ao representar os personagens responsáveis pelos descobrimentos e pelas conquistas como meros humanos, destituídos de caráter e de habilidades, Lobo Antunes reescreve os feitos portugueses de maneira antiépica, apresentando o avesso do imperialismo e reduzindo-o a um mero acaso protagonizado por criaturas irrelevantes.

*As naus*, no gênero romanesco, rompe com a distância absoluta que separa o passado glorioso da contemporaneidade, característica que é particular da epopeia. Lobo Antunes, como que um viajante do tempo, revisita o passado épico e o arrasta consigo até o presente pós-colonial, fazendo com que seja exposto e travestido, a partir do contraste com o Portugal esvaziado que as conquistas e avanços deixaram como herança após 1974.

*As naus* traz, também, o processo de releitura e reinterpretação de um dos eventos mais marcantes do imaginário nacional português: o sebastianismo, processo de ruptura do imaginário nacional, ligado ao desaparecimento do rei D. Sebastião após a batalha de Alcácer Quibir, no Marrocos, que culminou com a perda da independência e posterior anexação de Portugal ao território da vizinha Espanha. No ano de 1578, D. Sebastião parte para Alcácer Quibir, no Marrocos, a fim de realizar uma cruzada para combater tropas marroquinas e conquistar alianças econômicas e novos domínios terrestres. As tropas lusas, porém, acabam sendo dizimadas em pouco tempo e o rei português desaparece sem deixar rastros.

As consequências dessa batalha foram fatídicas para o reino de Portugal, uma vez que resultou na perda do seu monarca e comandante, bem como de vários nomes da nobreza que também morreram ou foram feitos prisioneiros pelas tropas marroquinas. Por não ter deixado herdeiros ao trono, Portugal foi anexado à Espanha pelo rei Filipe II, a quem cabia a linha de sucessão, e durante 60 anos o país perdeu sua independência política e econômica para o domínio castelhano.

A partir daí, o retorno de D. Sebastião adquiriu contornos de um movimento místico e messiânico, pois a população portuguesa esperou durante anos o improvável regresso de seu rei, afim de que ele pudesse reassumir o trono de Portugal e libertar o país do domínio da coroa espanhola. A imagem do regresso messiânico do seu governante faz parte do imaginário nacionalista português, tendo sido alimentada e explorada pela literatura e cultura nacional ao longo de vários séculos. A derrota em Alcácer Quibir ficou marcada no imaginário nacional como um símbolo atemporal de um desastre e de uma morte coletiva, e representa o início de um período de nostalgia no imaginário nacional português. A espera pelo milagroso e redentor regresso de D. Sebastião obrigou a nação a olhar o passado e aguardá-lo como resposta e salvação para o futuro.

Ao analisar o mito e as consequências do sebastianismo na cultura e imaginário nacional, Lourenço (1999, p. 46) afirma que “quem desaparecera no areal era um adolescente imaturo, vítima de sonhos mal sonhados. Era um rei frágil de um reino frágil que a sua morte punha à beira da inexistência.”

É neste mesmo sentido que António Lobo Antunes representa a fatídica empreitada de D. Sebastião em *As naus*. Trata-se de uma aventura demasiada pretenciosa, comandada por um sujeito cuja memória coletiva, já no período pós-colonial, se apresenta em processo de esvaziamento, uma vez que sua partida para

a África se dá sem grandes atenções populares nem grandes expectativas, sendo acompanhada apenas pelo Homem de nome Luís, que, ao acaso, durante suas andanças pelas ruas de *Lixboa*, encontra-se com a Comitiva Real.

De modo que fui moendo episódios heroicos, parando a tomar notas nas retrosarias iluminadas, até desembocar na praça da minha estátua, mãe, com centenas de pombos adormecidos nas varandas em atitudes de loiça e cães que alçavam a pata no pedestal da minha glória, e embora o bagaço me atrapalhasse as pernas e me obrigasse a arrastar os sapatos numa marcha de trombose, consegui alcançar um troço de escadas entre dois becos, de onde se via ao mesmo tempo o monumento, os comboios para Cascais e as lanternas de pesca das traineiras do rio, e precisamente nessa altura, estimados leitores, a Rua do Carmo acendeu-se de um cortejo de tochas e de risos de pajens, alabardas picavam o asfalto, adenoides de ginetes fungavam, e o rei D. Sebastião surgiu a cavalo rodeado de validos, arcebispos e privados, vestido de uma armadura de bronze e de um elmo de plumas, e desapareceu para as bandas de pelourinho da Câmara, seguido pelo espanto dos polícias e dos guardas-nocturnos, a caminho de Alcácer Quibir. (sic). (ANTUNES, 2011, p. 123).

A partida do rei é presenciada pelo Homem de nome Luís, cantor da alma e das conquistas portuguesas, logo após se deparar com sua estátua, erguida pelo poder estatal em sua homenagem, agora esquecida e visitada unicamente pelos cães de rua e pombos. O encontro do poeta com sua estátua abandonada ressalta novamente no romance o processo de apagamento do passado ligado ao imperialismo como forma de avanço da nação, e representa, também, a forma crítica como o imaginário nacional, na visão de Lobo Antunes, precisa ser revisitado no período pós-colonial português.

A narrativa encerra de forma melancólica o que não significa que os desencontros existenciais dos personagens não prossigam. Pedro Álvares Cabral se vê obrigado a emigrar clandestinamente para a França, após a mulher trocá-lo pelo bem sucedido empresário Francisco Xavier; Diogo Cão reata as relações com a prostituta angolana, que cruza o Atlântico a fim de reabilitá-lo e lhe retirar do Residencial Apóstolo das Índias; e o Homem de nome Luís segue em sua jornada sem destino pela cidade até ser alojado em um hospital para tuberculosos.

Cabe ao Homem de nome Luís reunir, na praia, um grupo de doentes para, em delírio místico, se reunir à espera da redenção final, trazida pelo triunfal regresso de D. Sebastião. Este regresso não se confirma e revela toda a carga de saudade, “supremo ícone da cultura portuguesa” (LOURENÇO, 1999, p. 26), que invariavelmente ainda sobrevivia no imaginário nacional pós-colonial.

Esperámos, a tiritar no ventinho da manhã, o céu de vidro das primeiras horas de luz, o nevoeiro cor de sarja do equinócio, os frisos de espuma que haveriam de trazer-nos, de mistura com os restos de feira acabada das vagas e os guinchos de borrego da água no sifão das rochas, um adolescente loiro, de coroa na cabeça e beiços amuados, vindo de Alcácer Quibir com pulseiras de cobre trabalhado dos ciganos de Carcavelos e colares baratos de Tânger ao pescoço, e tudo o que pudemos observar, enquanto apertávamos os termómetros nos sovacos e cuspiamos obedientemente o nosso sangue nos tubos do hospital, foi o oceano vazio até à linha do horizonte coberta a espaços de uma crosta de vinagreiras, famílias de veraneantes tardios acampados na praia, e os mestres de pesca, de calças enroladas, que olhavam sem entender o nosso bando de gaivotas em roupão, empoleiradas a tossir nos lemes e nas hélices, aguardando, ao som de uma flauta que as vísceras do mar emudeciam, os relinchos de um cavalo impossível. (sic). (ANTUNES, 2011, p. 181-182).

Como aponta Francisco Bethencourt (2003, p. 70), em *As naus*, Lobo Antunes pratica um processo de escrita “que dinamita o imaginário imperial construído ao longo de séculos”, despindo violentamente o império de todos os seus sonhos, idealizações e saudades. O fracasso do retorno de D. Sebastião, ícone máximo do imaginário nacional, demonstra que, para Portugal, as alternativas que buscavam o passado estão bloqueadas e condenadas neste novo tempo pós-colonial.

Cabe, assim, ao imaginário repensar-se de outra forma, pois a nostalgia imperial é totalmente expurgada pela ficção antuniana, que não a admite visível sob nenhuma hipótese que não seja o rebaixamento e a desconstrução. Em *As naus*, Lobo Antunes apresenta o percurso antiépico de Portugal ao longo de sua História, demonstrando o lado sombrio e inquieto do imaginário nacional a partir da miserável representação dos agora anti-heróis da pátria.

Em *As naus*, esta viagem de regresso a Portugal e ao seu imaginário desperta todo o sentimento de incompletude e fragmentação que o país enfrenta no período pós-colonial, ainda marcado por um processo de transição, onde o imaginário imperialista não havia definitivamente sido sepultado, tampouco a integração total e confortável à Europa havia se concretizado.

É, então, nesta espécie de antecâmara do novo tempo pós-colonial ainda em construção, que *As naus* aportam, transportando consigo uma carga de fantasmas, vítimas do último naufrágio imperial que, na ficção antuniana, podem encontrar o seu merecido e inevitável sepultamento, a fim de que não mais assombrem o imaginário nacional e bloqueiem o futuro português.

## 5 Considerações Finais

Conforme abordado no decorrer desta pesquisa, a produção ficcional de António Lobo Antunes, mais especificamente no que se refere aos romances *Memória de elefante*, *Os cus de Judas* e *As naus*, efetiva a desconstrução da memória imperial portuguesa, ao problematizar, por intermédio do discurso ficcional, o movimento de transição entre o Portugal imperial e o novo tempo pós-colonial, iniciado com a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974.

Com a representação da Guerra Colonial e da descolonização, os referidos romances propõem uma releitura da História e do imaginário nacional português, pois evidenciam acontecimentos traumáticos para a coletividade nacional. Tais acontecimentos, com o desenrolar da dinâmica da Revolução, não haviam ainda sido totalmente assimilados pela sociedade portuguesa, que via na alternativa do esquecimento do passado recente uma forma de sepultar a negativa imagem do regime ditatorial do Estado Novo.

A literatura surge, no contexto pós-colonial português, como uma alternativa à elaboração de uma memória coletiva sobre o passado traumático e sobre os últimos capítulos do império. Ademais, o discurso literário apresenta-se como uma possibilidade de interpretação da dinâmica política e social existente na construção de um novo Portugal após a Guerra Colonial, a Revolução dos Cravos e a descolonização dos territórios ultramarinos.

A literatura antuniana, publicada em um período pós-Revolução, notabiliza-se pela tentativa de estabelecer uma forma de simbolizar, de transformar em linguagem, os traumas e os lapsos causados pelo Estado Novo, pela Guerra Colonial e pela descolonização da África na sociedade portuguesa. Com seus romances, Lobo Antunes busca reelaborar o passado, evitando que acontecimentos marcantes sejam esquecidos pela sociedade com o decorrer do tempo.

Em *Memória de elefante* e *Os cus de Judas*, Lobo Antunes supre o vácuo historiográfico deixado sobre a Guerra Colonial ao representar todo o drama de uma geração de portugueses que foi obrigada pela opressão do Estado Novo a defender a posse dos territórios ultramarinos no continente africano. Por meio da representação de um ex-combatente, produto final do imperialismo português, o autor constrói uma severa crítica à sociedade portuguesa e à memória imperial,

elaborando uma textualidade que luta contra o esquecimento dos traumas da guerra e oferece representação para todos aqueles que foram vitimados pela violência e pela opressão do colonialismo.

A literatura que tematiza a Guerra Colonial se apresenta como um discurso que atravessa a narrativa histórica portuguesa, rompendo, assim, com o contínuo movimento de avanço do país. Após 1974, a literatura desempenha um papel fundamental na sociedade portuguesa, pois passa a se dedicar ao trabalho de reconstruir os fragmentos e escombros do desmoronamento final do império português e, a partir desses restos e despojos, almeja a construção de uma memória compreensível sobre os efeitos da Guerra e sobre a opressão praticada pela máquina estatal do Estado Novo.

Percebe-se que a ficção antuniana, no que se refere à representação da Guerra Colonial, tenta elaborar uma História escrita por rastos e restos – rastos da memória dos ex-combatentes, marcada intensamente pelo trauma, e restos de corpos, fragmentados pela violência do conflito armado, responsável por desintegrar o corpo físico e mental dos envolvidos. Em *Memória de elefante* e *Os cus de Judas* o discurso ficcional almeja a reconstrução da experiência histórica que, caso não fosse recuperada com a literatura, poderia fatalmente cair no esquecimento, sem jamais ser problematizada.

Em *As naus*, com a sobreposição de diferentes tempos históricos, Lobo Antunes representa a descontinuidade da História. Ressalta, contudo, que ela é uma narrativa que sofre de diversos lapsos e silenciamentos, causados tanto pelos traumas de catástrofes sociais como pelo gradual movimento de evolução de Portugal, que via na ocultação do passado recente uma alternativa para encontrar o avanço rumo ao futuro e à aproximação ao bloco de países da Europa.

Ao representar reis, escritores e navegadores – personagens históricos responsáveis pelas Navegações e pelos Descobrimentos no século XVI – como meros colonos retornados das províncias ultramarinas, Lobo Antunes desconstrói a memória imperial e a atualiza em um presente marcado pela tragédia da descolonização, responsável por trazer centenas de milhares de portugueses à Europa após a Revolução dos Cravos. Em *As naus*, as conquistas portuguesas são resignificadas, e as viagens de expansão da nação são travestidas em um miserável regresso, desprovido de glórias e conquistas.

Os três romances analisados caracterizam-se por ressaltar o caráter ficcional e discursivo da narrativa histórica portuguesa. Por meio da literatura, Lobo Antunes estabelece um diálogo com a História de Portugal, atualizando-a e desconstruindo-a à medida que lhe acrescenta, pelo discurso ficcional, a representação de eventos traumáticos e excluídos do entendimento nacional, como a Guerra Colonial e a descolonização dos territórios ultramarinos. Assim, nos romances de Lobo Antunes, a literatura complementa a narrativa histórica, evitando que acontecimentos e subjetividades sejam esquecidos.

Assim como em *As naus*, as obras *Memória de elefante* e *Os cus de Judas* são romances que desconstroem a representação da viagem e da expansão que existe no imaginário nacional português. Os três romances apresentam uma jornada de regresso antiépica, onde os protagonistas, ao invés de engrandecerem a coletividade nacional, trazem consigo a marca da derrota e do sofrimento, sendo incapazes de se adaptar a um Portugal que para eles se torna esvaziado de sentidos.

Os ex-combatentes e os colonos retornados traçam uma viagem que marca um movimento de refluxo imperial, pois são eles os últimos representantes de um país que vivia sob forte opressão do regime do Estado Novo. Após a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974, eles necessitam regressar ao cais de partida, mas já sem a imagem de grandeza e refúgio que as colônias ultramarinas representavam no imaginário coletivo nacional. Após o regresso, essa parcela da sociedade passa a ser marginalizada por serem os representantes de uma memória incômoda que gradualmente vinha sendo substituída na construção de um novo tempo pós-colonial.

Os romances antunianos analisados são responsáveis por decodificar o imaginário nacional português ao representar um movimento de refluxo imperial, responsável por assinalar a queda do modelo imperialista que alimentava a identidade nacional ao longo de quase cinco séculos. As três narrativas representam jornadas antiépicas que desconstroem a grandeza do império português ao ressaltarem trajetórias individuais e coletivas marcadas pela derrota, pela fraqueza e pelo caráter inconcluso e fragmentário.

A ficção antuniana, tendo como base os romances analisados neste estudo, norteia-se pela construção de uma poética dos excluídos, ou seja, busca representar as jornadas e os dramas daqueles sujeitos que foram marginalizados ou silenciados



na memória coletiva portuguesa, como os ex-combatentes e os colonos retornados. Por meio da ficção, Lobo Antunes oferece voz e espaço para aqueles que foram apagados pelo movimento de evolução do país, que via na exclusão do passado traumático uma alternativa para a construção de um Portugal pós-colonial.

Ao analisar a produção ficcional de António Lobo Antunes como um todo, percebe-se que ao longo de sua carreira como escritor seus romances perseguem a representação da evolução histórica de Portugal. Romances como *Fado Alexandrino* (1983), *O manual dos inquisidores* (1996), *O esplendor de Portugal* (1997) e *Exortação aos crocodilos* (1999), almejam representar ficcionalmente o processo ainda em aberto da construção de uma memória sobre o período pós-colonial, marcado pela Guerra, pela Revolução dos Cravos e pela descolonização.

Notabiliza-se nos romances de Lobo Antunes a presença de temáticas que se ligam à exploração de capítulos traumáticos da História e do imaginário português. Suas narrativas, por meio de estratégias como a fragmentação, a polifonia e o caráter muitas vezes inconcluso, perseguem a abordagem de partes de verdades que seriam esquecidas ou lateralizadas pelo constante movimento de evolução de Portugal. A linguagem ficcional surge, na proposta de Lobo Antunes, como um meio de resguardar que o passado não seja esquecido ou excluído sem a devida problematização por parte daqueles indivíduos que, muitas vezes, são marginalizados da História oficial da nação.

O estudo da obra de António Lobo Antunes no decorrer desta trajetória acadêmica é responsável pelo despertar para a profunda relação existente entre a arte e a realidade, apresentando-se a literatura como uma possibilidade de interpretação do mundo e da sociedade. Os romances antunianos, com seus personagens e narrativas, em que na imensa maioria das vezes, a dor e o sofrimento humanos são levados até as últimas consequências, são responsáveis por demonstrar que, em meio ao caos e aos desastres, a arte aparece como alternativa de salvação, como possibilidade de interpretação do passado, do presente e do futuro.

Dedicar-se ao estudo da ficção antuniana é uma tarefa extremamente desafiadora, pois suas narrativas polifônicas, fragmentadas e muitas vezes repletas de silêncios conduzem a escrita a um certo hermetismo que desafia constantemente o leitor e que exige um envolvimento ativo para com o romance. Lobo Antunes exige que o seu leitor “viva” seus romances e seja capaz de ouvir o silêncio e a dor que

emergem em muitos dos casos na figura de personagens que caminham eternamente à procura de sua porção de humanidade, perdida e rasurada por traumas, preconceitos e violências, sejam elas oriundas do poder estatal, da esfera familiar ou da sociedade como um todo.

Ao analisar os romances *Memória de elefante*, *Os cus de Judas* e *As naus*, percebe-se que a produção ficcional de Lobo Antunes estabelece um diálogo com a contemporaneidade portuguesa, auxiliando a sociedade no processo de interpretação de acontecimentos traumáticos, como a Guerra Colonial e a descolonização dos territórios ultramarinos. A literatura atua no sentido de simbolizar estas catástrofes sociais a fim de transformá-las em uma memória coletiva sobre o processo de construção de um novo tempo pós-colonial em Portugal após a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974.

O presente estudo ressalta a importância que a arte e a Literatura estabelecem no combate ao esquecimento de acontecimentos traumáticos para determinadas sociedades, como catástrofes, guerras ou as marcas causadas por regimes autoritários. A Literatura apresenta-se como um espaço permeado pelo constante diálogo entre o indivíduo e o universo social em que ele está inserido. O discurso ficcional, surge, assim, como possibilidade de interpretação da dinâmica da História, como um local em que o homem pode interpretar e relacionar-se com o seu passado, o seu presente e o seu futuro.

## Referências

### A – Teorias do texto e do social

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. Epos e romance. In: \_\_\_\_\_. **Questões de literatura e estética**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 1998. p. 397-428.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 114-119.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura Comparada**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

COUTINHO, Eduardo F. e CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada: textos fundadores**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

\_\_\_\_\_. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: SOFIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: \_\_\_\_\_. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2001, p. 97-116.

### B – Obras de António Lobo Antunes

ANTUNES, António Lobo. **As naus**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

\_\_\_\_\_. **Explicação dos pássaros**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

- \_\_\_\_\_. **Os cus de Judas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Memória de elefante**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A ordem natural das coisas**. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Conhecimento do inferno**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Terceiro Livro de Crônicas**. Lisboa: Dom Quixote, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Fado alexandrino**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Exortação aos crocodilos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O manual dos inquisidores**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O esplendor de Portugal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Auto dos danados**. São Paulo: Best Seller, 1985.

**C – Referências bibliográficas sobre António Lobo Antunes (teses, dissertações, entrevistas, artigos e dicionários)**

- ARNAUT, Ana Paula. **António Lobo Antunes**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009.
- BLANCO, María Luisa. **Conversas com António Lobo Antunes**. Trad. Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Dom Quixote, 2002.
- CAMMAERT, Felipe. **António Lobo Antunes**. A arte do romance. Lisboa: Texto Editores, 2011.
- CARDOSO, Norberto do Vale. **A Mão-de-Judas**: representações da Guerra Colonial em António Lobo Antunes. Lisboa: Texto Editores, 2011.
- COSTA, Jorge Manuel de Almeida Gomes da. **Para um estudo da memória e identidade portuguesa com António Lobo Antunes**. 2013. 241 f. Tese (Doutorado em Letras – Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Centro Regional das Beiras, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.
- D'ANGELO, Biagio. **Tanatografias**: ensaios para uma poética da obra de António Lobo Antunes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- FRANCISCO, Denis Leandro. **Textualidades em negativo**: a ficção de António Lobo Antunes. 2011. 205 f. Tese (Doutorado em Letras – Literatura Comparada) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- OLIVEIRA, Clenir Bellezi; MAGNOLI, Demétrio. Os cus de Judas: a antiepopéia. **Discutindo Literatura**. São Paulo: Escola Educacional, 2009, ano I, n. 4, p. 12-21.

OLIVEIRA, Nelson de. A sobreposição de pólos em As naus, de Lobo Antunes. **O século oculto e outros sonhos provocados**. Crônicas passionais. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 183-210.

RIOS, Jefferson Del. O esplendor de Lobo Antunes. São Paulo, D'Avila Comunicações. Entrevista com Antonio Lobo Antunes. **Revista Bravo**, n. 28, jan. 2000.

SEIXO, Maria Alzira et al. **Dicionário da obra de António lobo Antunes**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008, 2 v.

\_\_\_\_\_. **Os romances de António Lobo Antunes**. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

\_\_\_\_\_. **As flores do inferno e jardins suspensos**. Lisboa: Dom Quixote, 2010.

## D – Literatura, cultura e história portuguesa

ACTO COLONIAL. 8 jul. 1930. Disponível em: <http://www.wikisource.org/wiki/ActoColonial>. Acesso em: 18 mar. 2015.

BETHENCOURT, Francisco. Desconstrução da memória imperial: literatura, arte e historiografia. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (Orgs.). **Fantasma e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo**. Porto: Campo das Letras, 2003, p. 69-90.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. Org. de Jane Tutikian. Porto Alegre: L&PM, 2013.

FELGUEIRAS, Margarida Maria Louro. O ensino da história em Portugal durante a ditadura: determinantes epistemológicas e condicionamento político no trabalho docente. **História da Educação**. Pelotas, RS: ASPHE/FaE/UFPel, abr. 2000, n° 7, p. 91-105.

GOMES, Álvaro Cardoso. **A voz itinerante**. Ensaio sobre o romance português contemporâneo. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1993.

GUERRA, João Paulo. **Descolonização portuguesa**: o regresso das caravelas. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996.

LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade**. Lisboa: Dom Quixote, 2013.

\_\_\_\_\_. **A nau de Ícaro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mitologia da saudade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MATOS, Helena. Os retornados começaram a chegar há 40 anos. **Observador**. 20 ago. 2014. Disponível em: <http://observador.pt/especiais/os-retornados-comecaram-chegar-ha-40-anos/>. Acesso em: 11 dez. 2015, às 10h:53m.

MENDONÇA, Henrique Lopes de. **A Portuguesa**. Hino Nacional Português. 1890. Disponível em: <http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/portuguesa.html>. Acesso em 19 jan. 2016, às 11h:21m.

RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (Orgs.). **Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo**. Porto: Campo das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Uma história de regressos**: império, guerra colonial e pós-colonialismo. Porto: Afrontamento, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

VECCHI, Roberto. **Excepção atlântica**: pensar a literatura da Guerra Colonial. Porto: Afrontamento, 2010.

VECCHI, Roberto. Das relíquias às ruínas. Fantasmas imperiais nas criptas literárias da Guerra Colonial. In: RIBEIRO e FERREIRA. **Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo**. Porto. Campo das Letras Editores, 2003, p. 187-202.

VIEIRA, Helena Isabel Almeida. **A disciplina de história no Ensino Técnico (1926-1973)**. 2013. 353 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2013.